



FACULDADE ALDETE MARIA ALVES
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Mantenedora:
INSTITUIÇÃO ITURAMENSE DE ENSINO SUPERIOR LIMITADA

FACULDADE ALDETE MARIA ALVES

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

Revisão do PPC realizada pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE e aprovada pelo Colegiado do Curso e pela Resolução CONSEPE n°. 12/2021.

Iturama - Minas Gerais
2022

Mantenedora:

INSTITUIÇÃO ITURAMENSE DE ENSINO SUPERIOR LIMITADA

DIRETORA PRESIDENTE

PROF.^a EVA DIAS DE FREITAS

FACULDADE ALDETE MARIA ALVES

DIRETOR GERAL

PROF. ME. RANDALL FREITAS STABILE

DIRETORA ACADÊMICA

PROF.^a ME. ANA PAULA PEREIRA ARANTES

CURSO DE GRADUAÇÃO EM

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

COORDENADORA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROF.^a Me. BÁCIMA ELIANA ALVES SIMÃO

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

PROF. ME. BÁCIMA ELIANA ALVES SIMÃO

PROF. ME. ANA PAULA DE ARAÚJO BARBOSA

PROF. ME. MARIA JOSÉ FLORIANO FERRACINI

PROF. ME. MÁRIO CÉSAR MIRANDA

PROF. ESP. FERNANDO TAKEO HARANO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 PERFIL INSTITUCIONAL.....	7
2.1 HISTÓRICO DA MANTENEDORA.....	7
2.2 DA FACULDADE ALDETE MARIA ALVES – FAMA	8
2.3 Missão	9
2.4 Visão	9
3 CONTEXTO REGIONAL.....	9
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	12
4.1 Políticas de Ensino	12
4.1.1 Políticas de Ensino - Graduação	13
4.1.2 Políticas de Ensino - Pós-Graduação	16
4.2 Políticas de Extensão.....	16
4.3 Políticas de Pesquisa e Iniciação Científica	18
4.3.1 Programas de Iniciação Científica.....	19
4.3.1.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC FAMA	19
4.3.1.2 Programa Institucional de Iniciação Científica - PIC FAMA.....	20
4.4 Política de Educação Inclusiva.....	20
4.5 Políticas de Gestão e Avaliação Institucional	21
4.6 Política para a Responsabilidade Social.....	22
4.6.1 Meio Ambiente.....	24
4.6.2 Desenvolvimento Econômico e Social.....	24
4.6.3 Memória Cultural, Produção Artística e do Patrimônio Cultural	24
4.6.4 Relações étnico-raciais e ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira.....	25
4.7 Política para os Direitos Humanos	25
4.8 Política de Comunicação Externa e Interna	26
4.9 Política para Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico	27
4.10 Políticas de Inclusão Social.....	28
4.11 Políticas para as Interfaces Sociais	29
4.12 Políticas para Infraestrutura	30
4.13 Política de Proteção dos Direitos da Pessoas com Transtorno do Espectro Autista	31
5 PROGRAMAS E PARCERIAS	42

5.1 Relações e Parcerias com a Comunidade.....	32
5.2 Relações e Parcerias com Instituições e Empresas	34
6 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	42
6.1 Objetivos do Curso.....	46
6.2 Necessidade de Criação do Curso	47
6.3 Perfil do Egresso	47
7 MATRIZ CURRICULAR.....	48
7.1 Estrutura Curricular.....	48
7.2 Núcleo de Conteúdos Básicos	48
7.3 Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes	48
7.4 Núcleo de Conteúdos Específicos	49
7.5 Conteúdos Optativos	49
7.6 Matriz Curricular.....	50
7.7 Representação Gráfica da Matriz Curricular por núcleo de formação.....	53
7.8 Ação Centrada no Aluno.....	54
8 METODOLOGIA DE ENSINO	54
8.1. Mecanismos de Nivelamento	55
8.2 Interdisciplinaridade.....	56
8.3 Operacionalização das aulas das disciplinas desenvolvidas na modalidade EAD	56
8.3.1 Metodologia utilizada nas disciplinas EaD	56
8.3.2 Coordenação do Curso	56
8.3.3 Professor- Tutor das disciplinas EaD.....	56
8.3.4 Equipe de Suporte Técnico - TI	56
8.3.5 Papel do Estudante nas Atividades EAD	57
8.3.6 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem	58
8.3.7 O Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA	59
8.3.8 Ambientação em EaD na FAMA	61
8.3.9 Material Didático-Pedagógico	62
8.3.10 Avaliação da Aprendizagem em EAD	63
8.3.11 Critérios de Aprovação na Disciplina EaD	63
8.3.12 Disciplinas EAD do Curso de Ciências Contábeis	64
9 ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO.....	64
9.1 Estágio Supervisionado e Prática Profissional	70

9.1.2 Estágio Extra Curricular:.....	72
9.2 Trabalho de Conclusão de Curso	72
9.3 Atividades Complementares	67
9.4 Extensão	74
9.5 Iniciação Científica	76
9.5.1 PIBIC-FAMA – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	77
9.5.2 PIC-FAMA – Programa de Iniciação Científica	77
9.5.3 Objetivos do PIC/FAMA	77
10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	78
10.1 Implantação do processo de acompanhamento do projeto pedagógico.....	77
11 MECANISMOS DE NIVELAMENTO.....	88
12 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO.....	9889
12.1 Conceito de Avaliação	89
12.1.1 Processo de Avaliação em Nível por Componente Curricular.....	100
12.1.2 Avaliação da Organização Vertical dos Componentes Curriculares	1001
12.1.3 Avaliação em Nível Global do Currículo.....	1001
12.2 Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	1012
13 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO	98
13.1 Colegiado do Curso.....	99
13.2 Corpo Discente.....	107
13.3 Corpo Técnico - administrativo	1103
13.4 Secretaria Geral.....	1113
14 ACOMPANHAMENTO DA PROPOSTA CURRICULAR E DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	1124
14.1 Organização e Gestão de Pessoas	1124
14.1.1 Formação Acadêmica e Profissional	1135
14.2 Núcleo Docente Estruturante: NDE	1147
14.2.1 Condições de Trabalho.....	114
14.2.2 Regime de Trabalho	114
14.2.3 Estímulos e Incentivos Profissionais.....	115
14.2.4 Núcleo de Apoio Pedagógico ao Professor	116
14.3 Núcleo de Apoio ao Discente.....	117

14.3.1 Serviços de Encaminhamento Profissional, de Apoio Pedagógico e de Acompanhamento Psico-Pedagógico.....	118
14.3.2 Acompanhamento Pedagógico de Discentes	118
14.4 Corpo Técnico Administrativo.....	119
14.4.1 Coordenação de Curso:	119
14.4.2 Técnicos do Laboratório de Informática:	119
14.5 Recursos de Infraestrutura.....	119
14.5.1 Laboratório de Informática	119
14.5.2 Sala de aula	120
14.6 Biblioteca e Acervo.....	121
14.7 Programas de Bolsas de Estudo para Discentes	122
14.8 Programa de Monitoria	127
14.9 Programa de Nivelamento.....	132
14.10 Programa de Acompanhamento de Egressos	132
14.11 Sistema de Avaliação Institucional	134
14.11.1 Auto avaliação da IES	134
14.11.2 Conceituação	134
14.11.3 Composição.....	Erro! Indicador não definido.
14.11.4 Avaliação Interna	135
14.11.5 Objetivos	136
14.11.5.1 Objetivo Geral.....	136
14.11.5.2 Objetivos Específicos.....	136
14.11.6 Metodologia	137
14.11.6.1 Primeira Etapa: Sensibilização, preparação e divulgação.....	138
14.11.6.2 Segunda Etapa: Desenvolvimento.....	139
14.11.6.3 Terceira Etapa: Auto-avaliação.....	139
14.11.6.4 Quarta Etapa: Consolidação do Relatório Final de Auto-avaliação.....	140
14.11.7 Recursos	140
14.11.7.1 Humanos:	140
14.11.7.2 Materiais:.....	141
15 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
16 REFERÊNCIAS	143
17 ANEXOS.....	144

1 INTRODUÇÃO

Considerando que o conhecimento e a informação se caracterizam como fatores essenciais na construção e socialização de conhecimentos e informações, a contabilidade do terceiro milênio necessita de profissionais especializados em vários segmentos operacionais, fiscais e tributários.

Sendo assim indispensável para todas as categorias de empresários, onde saberão com precisão a lucratividade por segmento operacional e até por produto fabricado ou revendido, além de ter a rentabilidade do capital investido.

Através de análise das Demonstrações Contábeis são obtidos a situação patrimonial da empresa nas diversas etapas do negócio e ainda diversos índices de liquidez e de risco de crédito.

Competência esta, desenvolvida pela Educação Superior e objetivo da Faculdade Aldete Maria Alves, através do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis. Desta forma, apresenta-se o Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis, embasado na contextualização da Resolução No. 10 de 16 de dezembro de 2004.

A presente proposta pedagógica tem como finalidade definir as linhas gerais de atuação política e pedagógica do referido curso, com o propósito de dar continuidade à proposta de reorganização estabelecida pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, através da Resolução No. 10, citada anteriormente.

Em síntese, estão aqui circunscritas as preocupações e as definições desta Instituição de Ensino Superior com relação ao curso ofertado. Sua materialização, entretanto, depende, fundamentalmente, do compromisso de todos os segmentos - Direção, Coordenação, Corpo Docente, Corpo Técnico-Administrativo e Corpo Discente – envolvidos no processo educativo desta Faculdade.

2 PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 Histórico da Mantenedora

A Instituição Ituramense de Ensino Superior Limitada - INSTITUES foi fundada em 04/11/1993, na cidade de Iturama, Minas Gerais.

A INSTITUES tem por finalidade organizar, incentivar e desenvolver o ensino superior de graduação e pós-graduação, no país, desenvolvendo estudos, pesquisas e extensão no campo educacional.

a) Situação Jurídica e Ato de Legislação de Funcionamento

- Ato de Criação: Portaria Ministerial n.º 376 de maio de 1998.
- Ato de Instituição: Autorizada pelo DOU de 08 de maio de 1998.
- Registro de Estatutos: Contrato Social de Constituição, Nire. n.º 3121016749-7, deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o n.º 31210167497 em 27/06/2014.
- Personalidade Jurídica: Sociedade Empresária Limitada.
- CNPJ/CGC: 00.099.845/0001-86
- Razão Social: Instituição Ituramense de Ensino Superior Limitada.
- Endereço: Av. Domingos Teixeira, n.º 664, Residencial Recanto dos Lagos, Iturama/MG, CEP: 38.280-000.

b) Dirigente da Mantenedora

Prof.^a Eva Dias de Freitas

2.2 Da Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA

A Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA iniciou suas atividades no dia 28 de maio de 1998 com o início das aulas no curso de Ciências Contábeis (autorizado através da Portaria nº. 375/98).

A criação da FAMA nasceu da necessidade de facilitar o acesso da população desta região a uma entidade de ensino superior da qual não se dispunha num raio de aproximadamente 280 km, além da impossibilidade de acesso a outras regiões devido à grande dificuldade de deslocamento por via asfaltada. A união de um grupo de pessoas, bem como o apoio de vários segmentos da sociedade ituramense e demais municípios vizinhos, propiciou a realização de uma pesquisa de opinião entre estudantes do ensino médio daquela época, mostrando necessidade de criação de uma instituição de ensino superior que oferecesse aos mesmos, a oportunidade de continuar seus estudos no referido nível, contribuindo para maior fixação dos estudantes na região, uma vez que os jovens deslocavam-se para outros centros, como São José do Rio Preto, Votuporanga, Fernandópolis, Jales, Paranaíba, Uberaba, Uberlândia, entre outros, e em geral não retornavam para a região, absorvidos que eram, pelos respectivos mercados de trabalho.

O Curso de Ciências Contábeis foi autorizado pela Portaria MEC nº. 375/98, de 08/05/1998, publicado no DOU em 11/05/1998, página 01, seção 1 e reconhecido pela Portaria MEC 3.481 de 26/10/2004. No ano de 1999 foram autorizados ainda os cursos de Administração de Empresas através da Portaria MEC nº. 890 de 21/06/1999 e reconhecido através da Portaria MEC nº.1.016 DE 30/03/2005 e Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar, Administração Escolar e Orientação Educacional, através da Portaria MEC nº. 1.506, de 19/10/1999, em 2002 foi autorizado o Curso de Direito através da Portaria MEC nº. 919 de 27/03/ 2002 e em 2013 foram autorizados os cursos de Engenharia Civil e Sistemas de Informação pela Portaria 144 de 07/03/2013 e Psicologia pela Portaria 914 de 27/11/2015.

A primeira turma da Faculdade iniciou as suas atividades com, aproximadamente, 80 alunos. A autorização da Faculdade foi uma conquista muito grande para a região, pois a mesma não dispunha de uma IES que pudessem oferecer cursos superiores e assim atender a demanda dos jovens dessa região.

Nesses 21 anos de funcionamento da FAMA, esta vem se consolidando pelo seu pioneirismo na geração do conhecimento científico através da oferta de cursos superiores,

pós-graduação e também pela extensão universitária, mas acima de tudo, pela qualidade de ensino na formação dos seus alunos, razão maior da existência da Instituição.

a) Ato de Credenciamento

- Portaria nº. 375/98

b) Ato de Recredenciamento

- Portaria nº. 042/12

c) Dirigentes da FAMA

Diretor Geral: Prof. Me. Randall Freitas Stabile

Diretora Acadêmica: Prof.^a Me. Ana Paula Pereira Arantes

2.3 Missão

A FAMA tem como missão:

“Tornar-se centro de referência na região, oferecendo subsídios à alteração da estrutura produtiva e nas condições sociais vigentes. Para tanto, propõe-se a organizar, incentivar e desenvolver, por meio da indissociabilidade entre ensino superior, pesquisa e extensão, a efetividade da capacidade técnica e a cidadania”.

2.4 Visão

Ser uma Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo governo, sociedade e cidadãos, como referência em termos da qualidade e excelência de seus serviços de ensino, pesquisa e extensão, formando profissionais comprometidos com a melhoria da qualidade de vida e a preservação do espaço político-cultural e socioeconômico.

3 CONTEXTO REGIONAL

No contexto regional a FAMA, centrada na cidade de Iturama, MG, atua no entorno de uma área que abrange um raio de 200 quilômetros, englobando um total de 25 (vinte e cinco) municípios em mais três Estados da região Sudeste e Centro Oeste, sendo: 06 (seis) em Minas Gerais, 12 (doze) em São Paulo, 03 (três) em Mato Grosso do Sul e 04 (quatro) em Goiás. Esta área de abrangência totaliza 1,7 milhões de habitantes (fonte: IBGE 2020). De acordo com os dados do IBGE (2020), Iturama conta com uma população estimada de 39.690 (trinta e nove mil, seiscentas e noventa) pessoas. A Figura 1 ilustra a área de abrangência da FAMA na região.

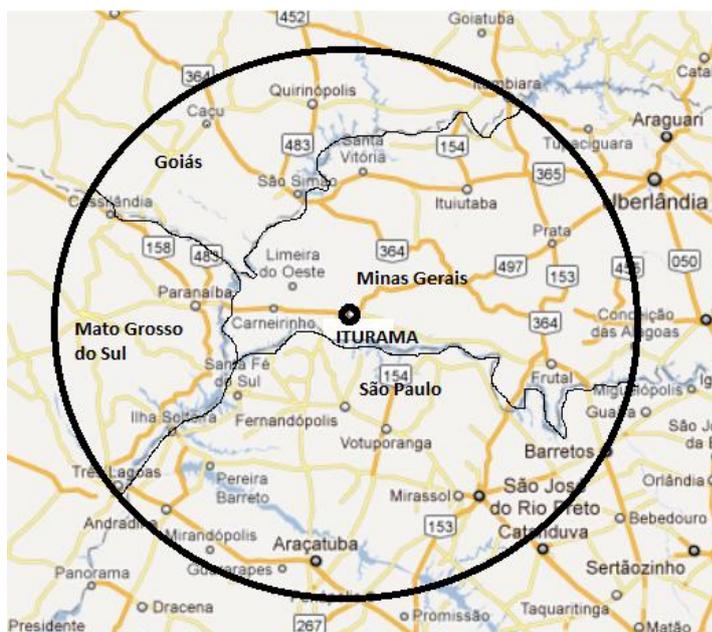


Figura 1- Área de abrangência da FAMA, Iturama, MG.
Fonte: Google mapas, 2020.

O município se caracteriza por estar situado na promissora região do Triângulo Mineiro a Oeste do Estado de Minas Gerais. A economia está solidificada na agricultura e pastoreiro, no cultivo da cana-de-açúcar, a produção do álcool e na prestação de serviços. Sua estrutura física e a organização urbana fazem dela uma referência nos diversos setores da economia, ainda somando a chegada da Usina de Biodiesel Triângulo e a implantação o Porto Intermodal de Cargas, que une os estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e deve gerar maior desenvolvimento para a cidade e região, além de alavancar o sistema de transporte rodoviário e hidroviário brasileiro. Outro destaque fica para o setor hoteleiro que conta com diversas opções para o bem estar do visitante e do turista. Por isso e demais fatores, Iturama se destaca para realização de novos empreendimentos e na perspectiva para melhoria contínua na qualidade de vida de seus habitantes.

Na área Industrial, encontram-se indústrias de diferentes ramos, e hoje se destaca na área por ser composta por mais de 190 indústrias que impulsionam a economia do município com destaques para a Usina Coruripe, o Frigorífico Friboi e a Usina de Biodiesel Triângulo. A cidade também propicia aos investidores uma localização privilegiada, mão de obra abundante, um Porto Intermodal de Cargas, que vai escoar a produção da região diretamente a demais portos direcionados na rota ao Porto de Santos.

Apesar de sucessivas crises na economia mundial que direta ou indiretamente atingiram o país ao longo dos últimos anos, observa-se no Estado de Minas Gerais um

crescimento médio anual de 10,9% em 2010, superando em 3,4 pontos percentuais o resultado nacional de 7,5%. O dinamismo do mercado interno – constatado pelo crescimento de 10,6% do valor adicionado do comércio –, impulsionado pela expansão do emprego, da massa salarial e da oferta de crédito, foi fundamental para o incremento do nível de atividade estadual. Especificamente, na região de Iturama, não há dúvidas de que seu processo de crescimento e desenvolvimento se deu também por uma progressiva industrialização dos setores agrícolas (no que se refere, principalmente, ao cultivo da cana de açúcar) e pelos incentivos fiscais, que atraiu um maior número de investidores. Como consequência natural deste progresso econômico, melhorou-se também a empregabilidade e o nível de vida das pessoas que habitam no município.

Neste contexto, constata-se não somente a necessidade de criação de novos cursos, mas de preservação dos atualmente oferecidos nas instituições de ensino, principalmente as destinadas ao ensino superior, que permitiriam a capacitação para o aprimoramento e o estímulo às evoluções, a exemplo do que já vêm ocorrendo na região.

4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

As políticas institucionais da FAMA estão traçadas e concretizadas em programas e ações que combinam a pluralidade, autonomia, ética e transparência, que permitirão a formação de profissionais conscientes do seu papel social, e que procurem, portanto, contribuir para a socialização do conhecimento.

Com essa compreensão almeja-se a proposição de políticas e diretrizes institucionais que respeitam as diferenças, a diversidade de ideias, fortalecendo os princípios de igualdade, sem privilégios.

As políticas apresentadas na sequência dos itens são transparentes e serão constantemente revisitadas, reavaliadas e ampliadas, sempre de forma participativa e colaborativa, pois a FAMA entende que as políticas institucionais que orientam seu funcionamento devem ser pensadas de forma integrada, para que se consiga realizar, sua missão e seus objetivos.

4.1 Política de ensino

O ensino em todos os seus níveis deve obedecer à regulamentações específicas, e não se baseia apenas na absorção de conteúdos, mas também na interpretação e produção constante do conhecimento.

O ensino superior defendido pela FAMA é aquele que conjuga elementos essenciais à qualidade da formação acadêmica e à inserção de profissionais para atender às demandas de mercado do país. Para a efetivação desses elementos, as políticas de ensino se constituem na leitura e interpretação teórica, conceitual, e metodológica das áreas em que a Instituição pretende atuar.

Especificamente, as políticas para o ensino, estão fundamentadas na legislação, interdisciplinaridade e formação da cidadania, visando à articulação entre o conhecimento, relações interpessoais e mercado de trabalho. As atividades de ensino observam os princípios da ciência, criação, crítica e reflexão, possibilitando formação de profissionais capazes de lidarem com as diversidades e solução de problemas.

O fazer pedagógico é entendido pela FAMA como forma de romper com a fragmentação do conhecimento, superando a dicotomias entre teoria e prática, ciência e tecnologia, tendo como princípio a ação educativa e científica, mediadas pelas atividades de extensão.

Destaca-se que as políticas definidas para o ensino foram elaboradas após ampla reflexão sobre o nível de ensino que pretende ofertar, (ensino superior) que possui características únicas a partir de seu principal objetivo, formar profissionais de nível superior, qualificados para atender à sociedade e ao mercado de trabalho.

Desta forma, as Diretrizes Políticas gerais para o ensino estão associadas ao desenvolvimento de ações articuladas entre o ensino e a sociedade, da cidadania profissional, por intermédio do conhecimento e da interação com situações desafiadoras da realidade social.

Assim, se baseia na oferta de ensino de qualidade voltado para o atendimento das necessidades regionais, locais e nacionais e da capacitação e preparação do corpo docente proporcionando desenvolvimento das atividades pedagógicas de ensino, iniciação científica e extensão relevantes para a formação pessoal, profissional e cidadã.

O conjunto de diretrizes apresentados para o ensino da FAMA, estão em sintonia com os objetivos institucionais.

4.1.1 Política de ensino - Graduação

A política de ensino de graduação da Faculdade FAMA visa ampliar as atividades de ensino em todos os níveis, promovendo a indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, inclusive articulando a graduação à pós-graduação e buscando a melhoria da qualidade do ensino, sempre respeitando a diversidade das áreas de conhecimento, mas incentivando a interdisciplinaridade, a atenção às mudanças de paradigmas e o atendimento às demandas sociais.

A interdisciplinaridade é um dos princípios metodológicos que visam garantir uma política de ensino que permita uma real compreensão dos fenômenos científicos. Nesse sentido a comunicação entre os conteúdos curriculares será o modelo fundamental para a consolidação dessas políticas de ensino, na produção e difusão do conhecimento.

A FAMA consolida suas Políticas de Ensino revisando e atualizando os Projetos Pedagógicos dos diversos cursos oferecidos, norteados pela missão da instituição. Essas

políticas têm como indicadores, além da excelência do ensino, a qualificação profissional, a postura pautada pela ética e cidadania desenvolvida através dos cursos de graduação.

Afirma-se que essas políticas estão em sintonia com as exigências do mercado, uma vez que a FAMA atua nesse cenário preparando seus futuros profissionais. Mas, compreende-se aqui uma parceria e não uma mera subordinação às condições de mercado, propondo e posicionando-se na concepção de melhorias tanto sociais como econômicas, através do compromisso com a formação científico-tecnológica e ética dos acadêmicos.

O compromisso das políticas de ensino está ancorado nos princípios da participação e respeito às manifestações dos diversos grupos que compõem a comunidade acadêmica e a sociedade, bem como com a reflexão sistemática do projeto institucional e do diálogo interdisciplinar constante.

Através da identidade de cada curso e em sintonia com as diretrizes curriculares nacionais, as Políticas de Ensino da FAMA buscam propiciar aos acadêmicos aprendizagem permanente, através do estreito relacionamento com a pesquisa e a extensão, proporcionando conhecimento também além das salas de aula.

Assim, os cursos de graduação objetivam formar profissionais capazes de produzirem uma articulação entre o desenvolvimento de conhecimentos gerais, básicos e específicos de uma determinada profissão, que permitam ao graduado a elaboração de uma concepção de mundo e de atividades de trabalho perpassados pela diversidade, devido à dinâmica dos contextos que se organizam e reorganizam, a todo o momento, e exigem novas ações profissionais que incorporem o genérico e o peculiar.

Compatível com o acima exposto, a estrutura da organização curricular se concretiza na oferta de três modalidades de componentes curriculares:

1. formação geral;
2. formação básica; e
3. formação específica.

Os componentes curriculares que fazem parte do grupo 1 visam capacitar o graduando a identificar e a analisar diferentes aspectos constitutivos da realidade, como também identificar, compreender e analisar diferentes saberes, processos de comunicação e especificidades culturais.

Aqueles que constituem o núcleo 2 têm em vista habilitar o estudante a se apropriar dos conhecimentos nucleares da área de conhecimento na qual o seu curso está inserido e utilizá-los em novas construções de atividades profissionais. Os que fazem parte do núcleo 3

buscam habilitar o estudante a se apropriar do conhecimento teórico, prático e tecnológico relativo a um determinado campo de atuação profissional e empregá-lo de modo inovador.

Ressalta-se a valorização constante pela Instituição, da preparação e qualificação de seu corpo docente e do corpo técnico-administrativo, que são agentes decisivos na concretização das Políticas de ensino implementadas no dia-a-dia, nos espaços educativos da FAMA.

Em síntese, para garantir a qualidade sempre buscando a excelência do Ensino, a FAMA empreende ações como: atualização dos processos pedagógicos e administrativos, modernização e instalação de laboratórios que atendam às demandas dos cursos, efetiva qualificação do corpo docente e corpo técnico-administrativo, ampliação do acervo bibliográfico com clara política de atualização do acesso, informatização de procedimentos e a disponibilização de recursos audiovisuais de última geração.

O nivelamento dos alunos ingressantes é realizado sempre que necessário visando possibilitar a estes alunos um melhor acompanhamento do curso.

As políticas de ensino para os cursos de graduação da FAMA guiam-se pelas seguintes diretrizes:

- A organização e estruturação de mecanismos que propiciem a integração das diferentes áreas de conhecimento e referenciais para operacionalização e avaliação continuada dos projetos pedagógicos dos cursos, aprimorando a qualidade acadêmica, o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes relevantes para atender à configuração atual e demandas do mercado de trabalho e do setor produtivo.
- A concepção de cursos de graduação com identidade e diferenciais competitivos específicos, fundamentados na integração do ensino com a iniciação científica e a extensão, via atenção às necessidades do público-alvo, a integração sistêmica dos currículos e o atendimento aos parâmetros legais estabelecidos pelo MEC.
- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem continuada e a constante adaptação aos novos desafios, com elevado potencial de inserção profissional, espírito empreendedor, demonstrado pelo engajamento e comprometimento com os problemas da comunidade e do meio ambiente.
- A formação de profissionais com espírito crítico para analisar e interpretar as informações, domínio de habilidades instrumentais básicas, senso ético e formação cidadã.
- O acompanhamento da ação pedagógica para atendimento das contínuas e emergentes mudanças no processo de ensino e aprendizagem.

- A necessidade de revisão e atualização periódica dos projetos pedagógicos, dos ordenamentos institucionais em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI.

4.1.2 Política de ensino - Pós - Graduação

A pós-graduação lato sensu pensada pela FAMA deverá refletir a antecipação das tendências relativas à especialização em torno das diversas áreas do conhecimento, considerando a vivência profissional, o estímulo à prática profissional para um mercado de trabalho que muda rapidamente e exige pessoas cada vez mais preparadas.

Portanto, deverá utilizar o conceito de interdisciplinaridade e proporcionar conhecimentos para a construção e gestão de diferenciais competitivos e proposição de valor, percursos alternativos de formação, de forma compatível com os avanços científicos e tecnológicos.

Assim, exigirá professores mestres, doutores e profissionais de destaque em sua área de atuação, conteúdos atualizados com as exigências atuais, componentes

curriculares desenvolvidos por meio de metodologias avançadas e ampla troca de experiência.

A FAMA atua na área de pós-graduação desde 2002. Foram promovidos diversos cursos de pós-graduação em nível de especialização lato-sensu, permitindo o aperfeiçoamento necessário a diversos profissionais.

As políticas de ensino para os cursos de pós-graduação da FAMA guiam-se pelas seguintes diretrizes:

- Formar profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos tendo em vista a expansão da indústria brasileira e as necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.
- Abranger as áreas e linhas correlatas à graduação, mediante diagnósticos prévios e observância dos aspectos legais, organização sistêmica dos componentes curriculares, organização acadêmica e administrativa e gestão do corpo docente.
- Estabelecer de relações de cooperação e parcerias com outras instituições de ensino e pesquisa para implementar os programas de pós- graduação.

4.2 Políticas de Extensão

A extensão universitária na FAMA tem-se firmado na prática cotidiana como um elo de permanente interação com a sociedade, especialmente com as comunidades e segmentos populares de Iturama e Região. Essa postura requer o rompimento da compreensão tradicional da extensão como difusão de conhecimentos. Significa dizer que a produção do conhecimento pela prática da extensão, acontece a partir do encontro do saber acadêmico com os diversos outros conhecimentos possíveis.

Essa postura dialógica, e não impositiva, resultante da participação e do confronto com a realidade, implica a formação mais qualificada e engajada dos estudantes; a atualização e qualificação do professor, ampliando os conteúdos trabalhados em sala de aula; e, sobretudo, a transformação social, pois o conhecimento produzido imediatamente será apropriado por quem dele necessite.

Nessa perspectiva, para o estabelecimento da extensão na FAMA, várias ações articuladas e concomitantes são empreendidas. Normas e incentivos tem sido criados para desenvolver uma ambiente de motivação, por exemplo, a obrigatoriedade da ação extensionista nos currículos dos cursos de graduação enquanto atividade complementar.

Na relação com a sociedade e suas instituições tem-se procurado estabelecer as parcerias para a promoção do acesso de pessoas e segmentos populares às políticas públicas. Nesse particular, a política de extensão da FAMA tem contribuído para a geração de trabalho e renda; preservação ambiental e desenvolvimento sustentável; combate ao analfabetismo; inclusão digital; formação de professores e outras iniciativas de igual importância social e acadêmica.

Para os próximos cinco anos, deverá se intensificar o processo de institucionalização da extensão na FAMA, considerando as ações estruturantes já implementadas. Contudo não se pode, em momento algum, deixar de estabelecer estratégias que visem ao alcance dos objetivos fundamentais:

- a) reafirmar a extensão como indispensável na formação e qualificação da comunidade acadêmica, construída no confronto com a realidade social;
- b) integrar as políticas de extensão às demais políticas de ensino superior; e
- c) inserir a extensão no mesmo nível e articulada ao Ensino e à Pesquisa.

Na FAMA pretende-se que a extensão seja capaz de:

- I. Articular-se com o desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa;
- II. Propiciar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, pressupondo interação entre os conhecimentos técnicos, ecológicos, sociais, econômicos, culturais e políticos;

III. Auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, alicerçando-se nas prioridades do local, regional e do país, nesta ordem, e

IV. Promover a articulação da FAMA com a comunidade e seus segmentos significativos, inclusive órgãos públicos.

4.3 Políticas de pesquisa e iniciação científica

A FAMA considera a pesquisa indispensável para a concretização de seu projeto acadêmico, que pressupõe a articulação sistemática do ensino, pesquisa e extensão na formação dos futuros profissionais, entendendo que a construção do saber científico é fundamental na formação de profissionais capazes de se posicionar e atender às demandas da sociedade.

Estimula a articulação entre as Linhas de Pesquisa com as várias áreas do conhecimento, assim como o fortalecimento das áreas específicas, potencializando a missão institucional e a inserção da Faculdade no contexto nacional e internacional, de forma integrada aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e às atividades de extensão da Faculdade.

Considera, ainda, a Iniciação Científica como uma prática acadêmica de inserção de alunos de graduação na pesquisa científica e tecnológica, com bolsas concedidas pela INSTITUES através do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC.

Realiza e apoia eventos científicos e tecnológicos, dentro e fora da FAMA, como forma de estimular e consolidar a atmosfera científica na comunidade acadêmica.

A FAMA compromete-se com a produção do conhecimento, tendo em vista a participação na melhoria da qualidade de vida da sociedade que atua. Para tal, entende-se que o fortalecimento da pesquisa, agrega valor aos processos, produtos e serviços produzidos em Iturama e região, fomentando intensamente o processo de inclusão social.

Nesta direção, a pesquisa na FAMA orienta-se pelos seguintes objetivos:

- desenvolver um conjunto de instrumentos que estimule a utilização do conhecimento gerado pela pesquisa aqui desenvolvida, de modo a produzir um crescimento econômico-sustentável;
- estimular a pesquisa científico-tecnológica e, a partir do conhecimento gerado, agregar valor a produtos, processos e serviços;

- estimular a inovação tecnológica entre os pesquisadores e despertar a consciência com relação ao importante papel da inovação para o aumento da competitividade da nossa economia;
- estabelecer uma diretriz para a pesquisa científico-tecnológica voltada para o desenvolvimento regional;

A pesquisa e o ensino superior apresentam aspectos semelhantes no sentido de favorecer o indivíduo na reconstrução do conhecimento. A pesquisa propicia a compreensão dos aspectos sociais, através da investigação destes, e o ensino superior, uma reflexão crítica, contextualizando o homem no mundo globalizado. Partindo dessa premissa, propõe-se que a prática da pesquisa esteja presente no meio acadêmico, pois subsidiará um ensino mais concreto e eficaz.

É fundamental que as IES avancem no campo científico e pratiquem o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável, a fim de contextualizar a inovação do saber com o mundo global. Esta ação irá romper a importação de modelos educacionais, favorecendo a autenticidade do ensino brasileiro, tornando-o mais vinculado aos aspectos sociais, políticos e culturais.

Vinculado ao desenvolvimento da pesquisa no país, está o caráter social da pesquisa, ou seja, a repercussão dela para o público, para o ambiente na qual ela foi desenvolvida, pois uma pesquisa se torna eficiente e de grande valia quando o público toma conhecimento de seus resultados.

Em tempos de globalização e de sobrevalorização do conhecimento como capital mobilizador de inovação e transformação, a ciência e a tecnologia se tornam elementos fundamentais nas estratégias e rumos do desenvolvimento. Por isso é crucial que as IES utilizem a pesquisa, a fim de vincular o indivíduo ao mundo globalizado.

Diretrizes complementares que devem orientar as políticas de pesquisa da FAMA nas diversas áreas do saber científico são:

- a) identificar eixos de pesquisa básica e avançada para o desenvolvimento de redes;
- b) pesquisar para o desenvolvimento sustentável regional;
- c) pesquisar dentro do contexto social; e
- d) fixar pesquisadores na Região de Iturama.

4.3.1. Programas de Iniciação Científica

4.3.1.1. Programa institucional de bolsas de iniciação científica – PIBIC – FAMA

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Faculdade Aldete Maria Alves (PIBIC/FAMA) é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas de conhecimento. Voltado para o aluno de graduação, e servindo de incentivo à formação, privilegia a participação ativa de bons alunos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada e continuada. Os projetos culminam com um trabalho final avaliado e valorizado, fornecendo retorno imediato ao bolsista, com vistas à continuidade de sua formação, de modo particular, na pós-graduação.

O PIBIC/FAMA obterá anualmente, da Instituição Ituramense de Ensino Superior (INSTITUES), uma quota de bolsas de iniciação científica que serão distribuídas de acordo com critérios de mérito acadêmico. O desenvolvimento do aluno bolsista será acompanhado pela Coordenação de curso através de relatórios semestrais e em eventos científicos onde todos os bolsistas terão a obrigação de apresentar seus trabalhos.

4.3.1.2. Programa de iniciação científica – PIC – FAMA

A Iniciação Científica (IC) é um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação, potencialmente mais promissores, na pesquisa científica. É a possibilidade de colocar o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa.

Nesta perspectiva, a IC caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno.

O princípio é dirigido prioritariamente ao benefício dos alunos, que têm no programa a oportunidade de complementar sua formação acadêmica, aprimorando seu conhecimento e preparo para a vida profissional.

O programa envolve todos os alunos que desenvolvem atividades de IC na FAMA, sejam com bolsas concedidas por programas institucionais, bolsas de outras origens, ou ainda sem bolsas, desde que cumpram com os requisitos estabelecidos pela Instituição.

4.4 Política de educação inclusiva

A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a política de igualdade, em ambiente educacional favorável. Implica a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas,

físicas, emocionais, éticas, socioeconômicas e requer sistemas educacionais planejados e organizados que deem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades. As diferenças são vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, sim, como fatores de enriquecimento.

Para pôr em prática políticas de inclusão, faz-se necessário o desenvolvimento de ações educacionais que removam barreiras (atitudinais, educacionais e arquitetônicas) para que a aprendizagem pretendida seja alcançada. Entretanto, para sair do campo das intenções e chegar à prática inclusiva existe uma série de ações que precisam ser desenvolvidas ou continuadas.

A Política de Educação Inclusiva da FAMA obedecerá aos seguintes princípios:

- Desenvolvimento de ações de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto educacional;
- Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos; e
- Respeito às pessoas portadoras de deficiência.
- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização escolar específicos, para atender às suas necessidades;
- Professores ou profissionais com especialização adequada, para atendimento especializado,
- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.”
- Adequação da rede física, do mobiliário e dos equipamentos da FAMA para atender a educação inclusiva,
- Garantia da permanência do aluno com necessidades educacionais especiais nas salas regulares de ensino, com atendimento das necessidades específicas e as devidas adaptações curriculares.
- Integração dos PNE nas atividades artísticas e culturais da instituição e no Núcleo de Apoio ao Discente – NAD oferecendo, quando necessário, atendimento individualizado.
- Realização de um trabalho conjunto com o CIEE para encaminhar o educando ao mundo de trabalho.
- Ruptura das barreiras culturais, afetivas e educacionais, que dificultam a inclusão dos portadores de necessidades especiais na Faculdade.
- Educação continuada aos funcionários e professores visando o melhor atendimento ao portador de necessidades educacionais especiais, (física, motora, sensorial, ou mental).

4.5 Políticas de gestão e avaliação institucional

As políticas de gestão e avaliação institucional para os próximos cinco anos estarão centradas numa atualização do sistema de planejamento da faculdade, com a institucionalização do planejamento estratégico tendo como norte os resultados oriundos da autoavaliação realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, assim como das deliberações dos órgãos colegiados. Desta forma observa-se uma participação mais efetiva da comunidade acadêmica na gestão institucional.

São objetivos da gestão da FAMA:

- coordenar e fomentar as atividades de caráter administrativo e operacional da Faculdade;
- implementar programas de qualificação com vistas ao aprimoramento de seu corpo docente e técnico-administrativo, visando à formação continuada e à melhoria da atuação profissional;
- promover a adequação da infraestrutura em função da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- manter a ouvidoria na busca de informação eficaz à gestão;
- manter a instituição atualizada em relação às inovações tecnológicas.

A auto avaliação institucional tem como objetivo possibilitar que os resultados obtidos com essa avaliação forneçam os subsídios necessários à reflexão e revisão de políticas, programas e projetos que favoreçam os processos de gestão em todas as instâncias da FAMA.

4.6 Política para a Responsabilidade Social

Para que se compreenda a grande responsabilidade social e de inclusão da FAMA – Faculdade Aldete Maria Alves, pela capacitação de trabalhadores e pela formação de profissionais qualificados para a atuação no mercado da microrregião de Frutal na qual é a área de atuação da mesma, é oportuno apresentar, sinteticamente, uma caracterização desta região, que tem como predominância a atividade agropecuária, em especial a pecuária leiteira e a pecuária de corte, mas apresentando uma forte tendência de migração para a cultura da cana-de-açúcar.

Além da cultura da cana-de-açúcar a região se caracteriza também pelo plantio da soja, algodão, milho, sorgo, abacaxi e frutas em geral. A região por mesclar grandes e pequenas propriedades, desenvolve grande tendência a agroindústria com a produção de frutas e derivados do leite para o mercado local e exportação. Por ter grande extensões de

áreas cobertas pelas águas do Rio Grande e Rio Paranaíba, existe uma tendência para o turismo em algumas cidades, já que a exploração de hotéis fazendas, pesqueiros e condomínios destinados a construção de ranchos é bastante visível nesta região. Por estar em uma posição privilegiada com uma grande bacia hidrográfica, tem atraído estudos para a implantação de um porto intermodal no município de Iturama que servirá como apoio logístico para o escoamento de parte da produção de 4 Estados (Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo).

Dado esse panorama, verifica-se a grande demanda educacional que se apresenta a FAMA para o desenvolvimento desta parte do Estado, sobretudo em termos de educação profissional e tecnológica. Sua função social, como instituição de ensino superior, alarga-se na medida em que atualmente exige-se das pessoas formação ao longo da vida, o que implica o desenvolvimento de competências geradoras da capacidade de percepção e expressão na qual o cidadão/profissional precisa estar não só atualizado em sua área específica como também em relação ao que está acontecendo em seu entorno. Essa concepção de educação inclusiva pressupõe o comportamento crítico e criativo, audacioso e desencadeador de ações voltadas à solução de impasses e problemas do cotidiano.

Portanto, a responsabilidade social na FAMA é um tema que deve estar presente nas atividades e ações empreendidas pelos docentes, discentes e técnicos administrativos. Deve ser considerada nos projetos pedagógicos dos cursos (PPC) de forma transversal, estando presente no modelo de ensino, pesquisa e extensão, de gestão bem como dos diferentes processos de avaliação.

Nesse sentido, a FAMA procura sempre conscientizar, orientar e estimular práticas socialmente responsáveis, tais como: a disseminação de conhecimentos sobre a responsabilidade social, e o incentivo de ações indutoras de valores à sociedade.

Na perspectiva das instituições de ensino superior, a FAMA se defronta simultaneamente com a necessidade de qualificar seus discentes, futuros tomadores de decisão, contemplando as variáveis ambientais, e responsabilidade ética e social na sua formação, e também de internalizar as práticas mais adequadas de gestão. Na medida em que a Instituição evolui nessas práticas estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, econômica, social, ética e ambientalmente responsável.

A responsabilidade social inclui como subtemas: a inclusão social, o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social, a memória cultural, produção artística e do

patrimônio cultural, a educação em direitos humanos assim como das relações étnico-raciais e ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira.

4.6.1 Meio Ambiente

O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável conduz as organizações contemporâneas a colocar a questão ambiental como um dos pontos centrais na sua atuação. Nesse sentido, a FAMA vem desenvolvendo projetos, programas e ações que demonstram a responsabilidade ambiental da instituição.

A FAMA envida esforços para promover as seguintes ações ligadas a impactos ambientais:

- Incentivar a produção de conhecimentos sobre a problemática ambiental de uma forma interdisciplinar e transversal, com abordagem local e também regional;
- Fortalecer a disseminação e intercâmbio de conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável.
- Ampliar ações e programas que concretizem e integrem as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas com a preservação do meio ambiente, estimulando parcerias e transferência de conhecimentos.

4.6.2 Desenvolvimento econômico e social

As diferentes formas de atividades de extensão, promovidas pelas coordenações de curso da FAMA, são fundamentais para ações que fomentem o desenvolvimento econômico e social de parcelas menos favorecidas da comunidade externa à IES. Um dos exemplos dessas atividades é a assessoria jurídica gratuita aos carentes, por meio do Escritório Modelo de Assistência Jurídica junto ao Núcleo de Práticas Jurídicas.

Na área da educação, destacam-se as atividades referentes ao Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, Projeto de Inclusão Digital entre outros que são desenvolvidos pelos alunos sob a orientação e a supervisão de seus professores.

A FAMA foi concebida na perspectiva do trinômio ensino, pesquisa e extensão, e atende à comunidade local e regional.

As políticas definidas acima perpassam diferentes dimensões. Por exemplo, em relação às pesquisas, a meta é fortalecê-las tanto do ponto de vista de alcance comunitário como quanto à repercussão social.

4.6.3 Memória cultural, produção artística e do patrimônio cultural

A FAMA tem como objetivo central de sua política de preservação à memória cultural, produção artística e do patrimônio cultural desenvolver ações em favor da preservação do patrimônio cultural e da memória e divulgando a produção artística e cultural de Iturama e região.

4.6.4 Relações étnico-raciais e ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira

As ações decorrentes das relações étnico-raciais e do ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira devem contemplar diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

4.7 Política para os direitos humanos

A Fama desenvolverá programas e projetos de extensão e intervenção social na área dos Direitos Humanos; programas e projetos voltados para segmentos sociais e comunidades em situação de vulnerabilidade social, visando a reinserção educacional e laboral, emancipação social, acesso às políticas sociais públicas, bem como acesso à Justiça e aos Direitos Humanos; todos voltados para a promoção e proteção da dignidade humana. Com esse intuito, a Fama implantará programas/projetos/ações de extensão sendo:

- Com o Centro de Referência em Assistência Social - CRAS

As principais ações a serem desenvolvidas em parceria serão as de auxílio na resolução de demandas contra Abuso e Exploração de Crianças e Adolescente, ocasião que serão realizadas campanhas de informação, capacitação/formação em Direitos Humanos.

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Serão previstas mobilizações, prestando informação, capacitação/formação em Direitos Humanos em todas as jornadas a serem previstas para o PETI.

- Programa de Referência da Mulher

As principais ações a serem desenvolvidas estarão contidas na Campanha contra a violência contra a Mulher prestando informações e capacitação/formação em Direitos Humanos.

- Programa de sensibilização da Sociedade Civil para a Luta Contra a Violência à Pessoa Idosa
- Prestação de serviços e orientação psicossocial a idosos.
- Projeto Homofobia nas Escolas

Serão promovidas por este Projeto, palestras e oficinas nas escolas municipais, a primeira etapa será com os alunos e a segunda etapa ocorrerá com professores da instituição, com data a confirmar.

- Educação em Direitos Humanos
- Oficinas de Direitos Humanos para a Comunidade, com a Formação Continuada de Educadoras e Educadores nas temáticas relativas às identidades de gêneros e sexuais.

4.8 Política de comunicação interna e externa

A comunicação interna e externa requer transparência e diretrizes específicas, visando consolidar a marca institucional na região e no setor educacional, bem como valorizar os cursos, programas e atividades gerando respeito, credibilidade e relevância junto à sociedade e ao mercado de trabalho.

O portal institucional na internet reunirá as informações sobre os serviços educacionais prestados, bem como disponibilizará à comunidade acadêmica o autoatendimento, facilitando a interação com os sistemas acadêmicos e de controle administrativos da Instituição.

Este processo contará ainda com a Ouvidoria terá como objetivo principal a integração entre a comunidade acadêmica, sociedade e a Instituição, por meio de um canal de comunicação direcionado para dar soluções imediatas e conciliadoras e ao mesmo tempo como fonte de informações sobre a Instituição, cursos, programas e serviços ofertados.

Neste sentido o processo de comunicação interna e externa abrangerá as seguintes diretrizes:

- Promoção da comunicação com a sociedade, mantendo coerência com as ações constantes nos documentos oficiais e de gestão.
- Ações de comunicação que promovam a interação institucional que valorizem a prática da responsabilidade social e da cidadania, a oferta de serviços educacionais sintonizados com as necessidades regionais.

- Adoção de procedimentos de comunicação alinhando todos os setores e áreas, atendendo a comunidade por meio da socialização dos conhecimentos construídos, utilizando recursos como cursos, capacitações, atendimentos, eventos entre outros.
- Planejamento da comunicação mediante a escolha adequadas ferramentas que melhor se adaptem aos objetivos de cada processo de comunicação, em sala de aula, no desenvolvimento das atividades extraclasse, no atendimento docente e discente e na atuação dos órgãos de apoio.
- Utilização de forma proativa dos canais de comunicação como o site institucional, as redes sociais, as rádios locais, os carros de som, as mídias impressas e digitais, outdoor, e-mail entre outros.
- Alinhamento junto aos colaboradores quanto às orientações e procedimentos definidos em normas, regulamentos, portarias direcionados por e-mails, cartazes, intranet, quadros de avisos e outras ferramentas conforme a necessidade detectada.
- Atualização continuada e divulgação das informações contidas nos documentos institucionais (regulamento da ouvidoria, manual do aluno, atas de reuniões, ordenamentos institucionais).

4.9 Política para manutenção e guarda do acervo acadêmico

O Acervo Acadêmico será composto de documentos e informações definidos no Código e na Tabela constantes na portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, devendo a FAMA obedecer a prazos de guarda, destinações finais e observações previstos nessa Portaria.

Vencido o prazo de guardada Fase Corrente, o documento em Fase Intermediária, cuja destinação, prevista na portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro e 2013, seja a eliminação, a FAMA poderá substituir o respectivo documento físico do Acervo Acadêmico por documento devidamente microfilmado, observadas as disposições, no que couber, da Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, e do Decreto nº 1.799, de 30 janeiro de 1996.

Para os efeitos desta Política, todas as atualizações do Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, que constarem no sítio do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal,

substituirão automaticamente a versão constante da PORTARIA MEC N° 1.224, de 18 de dezembro de 2013.

A FAMA deve manter permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta todo o Acervo Acadêmico sob sua guarda.

O Acervo Acadêmico poderá ser consultado a qualquer tempo pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O Acervo Acadêmico poderá ser averiguado a qualquer tempo pelos órgãos e agentes públicos atuantes para fins de regulação, avaliação e supervisão. Estará sujeita à avaliação institucional a adequada observância às normas previstas na PORTARIA MEC N° 1.224, de 18 de dezembro de 2013.

A FAMA pertencente ao sistema federal de ensino deverá manter atualizado no Ministério da Educação, o nome completo e número de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela guarda e conservação do Acervo Acadêmico, designado "Depositário do Acervo Acadêmico" (DAA) da Instituição.

A manutenção e guarda de Acervo Acadêmico não condizente com os prazos de guarda, destinações finais e observações conforme PORTARIA MEC N° 1.224, de 18 de dezembro de 2013 poderá ser caracterizada como irregularidade administrativa, sem prejuízo dos efeitos da legislação civil e penal.

O representante legal da FAMA, a Mantenedora, o Depositário do Acervo Acadêmico e os Depositários do Acervo Acadêmico precedentes são solidariamente responsáveis pela manutenção e guarda do Acervo Acadêmico.

4.10 Políticas de inclusão social

O conceito de inclusão social está basicamente relacionado ao acesso de todos aos benefícios oferecidos pela sociedade, tendo como fundamento o respeito às diferenças, o exercício da cidadania e a dignidade humana. Refere-se, portanto, às questões de igualdade de acesso a bens culturais, tecnologias, informações e serviços, bem como a valorização das expressões culturais, as escolhas religiosas, a diversidade racial e a orientação sexual, sendo o princípio do respeito à diversidade o que mais atende a questão da inclusão social.

O Brasil, um país indígena, colonizado por europeus, formado pela mão de obra negra escrava, apresenta uma ampla riqueza cultural e encontra-se em desenvolvimento, porém ainda apresenta grande número de pessoas sem acesso a um dos requisitos básicos para o desenvolvimento econômico, a educação.

Neste sentido, a Fama entende que no âmbito de sua atuação, o processo de inclusão social requer Diretrizes Políticas, quais sejam:

- Desenvolvimento de facilitadores para acesso a programa de financiamento para estudantes com baixo poder aquisitivo.
- Realização de eventos, debates, discussões e pesquisas identificando causas sociais relevantes, integrando o valor das ações de inclusão social aos objetivos da instituição.
- Difusão e troca de informações sobre as formas de viabilização de ações entre a comunidade acadêmica, o setor produtivo regional e a sociedade.
- Desenvolvimento de projetos voltados para os grupos da terceira idade, alfabetização solidária, educação ambiental entre outros.
- Atenção e apoio didático-pedagógico, participação em eventos, criação de bolsas, desenvolvimento de pesquisas e incentivos à publicações relacionadas à inclusão social.
- Realização de programa de nivelamento, apoio psicopedagógico e incentivo à iniciação científica, tendo como meta a inclusão social.
- Levantamento de dados sociais regionais em parceria com a comunidade e organizações empresariais do terceiro setor.
- Contínuo apoio a programas de valorização da diversidade, de ações de voluntariado e medidas socioeducativas.

4.11 Políticas para as interfaces sociais

As diferenças culturais, sociais, raciais, religiosas, econômicas e outras que garantem a diversidade têm sofrido alterações significativas ao passo que a tecnologia e o acesso à informação tem se desenvolvido, modificando a vida do homem, e a forma como conhecemos, aprendemos, entendemos o mundo e a nós mesmos tem se transformado.

O conhecimento, sua evolução e geração tem se modificado, o processo pelo qual o homem tece novos saberes e os dissemina, também. O aceleração das formas de acesso da informação em todos os níveis não pode ser ignorado.

A educação e as instituições de ensino se deparam com uma diversidade muito mais complexa e em constante transformação. A articulação entre o atendimento das interfaces sociais deve estar voltada para assegurar a integração do aluno com a comunidade em geral.

As Diretrizes Políticas para as interfaces sociais da Instituição estão alicerçadas nos parâmetros orientadores da legislação vigente, como o que está estabelecido na Lei nº 9.394/96, Art. 43, inciso VI: “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente,

em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de parceria” e no atendimento das necessidades de sua comunidade acadêmica.

A Instituição pretende formar e estabelecer relações de parcerias com a comunidade e com o entorno, com outras instituições de ensino e pesquisa (públicas ou privadas), e também como o setor produtivo.

As Diretrizes Políticas para as interfaces sociais estão assim apresentadas:

- Consolidação da imagem institucional da FAMA associada à sua relação com a sociedade.
- Estabelecimento de parcerias para implantação de projetos que viabilizem a capacitação técnica e prática, o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.
- Integração com agências de fomento para a realização de ações que viabilizem as interfaces sociais junto à sociedade em geral.
- Divulgação junto às entidades externas e comunidade acadêmica e comunidade em geral sobre as atividades voltadas às interfaces sociais realizadas pela Instituição.
- Desenvolvimento de alianças estratégicas, estabelecimento de parcerias que atendam aos problemas econômicos, políticos e socioculturais da cidade de Iturama e região.

Esse conjunto de diretrizes tem como principal objetivo, desenvolver uma política institucional voltada para a interação do aluno com a comunidade, articulando interfaces da vida pessoal e no trabalho com organizações não educacionais.

4.12 Política para infraestrutura

As instalações físicas foram pensadas para atender a todos os requisitos necessários para a realização das atividades de ensino, iniciação científica e extensão que a Instituição oferecerá. A projeção da infraestrutura considera as orientações das normas arquitetônicas e atende a questões de acessibilidade, conforto e segurança necessários para que o corpo social possa realizar todas as atividades acadêmicas previstas nos projetos pedagógicos dos cursos.

As instalações direcionadas às atividades de ensino e iniciação científica estão adequadas para esse fim e todos os ambientes contam com sistema de segurança, iluminação, ventilação, equipamentos e mobiliários adequados.

A política da infraestrutura também prevê o acompanhamento, manutenção e conservação das condições das instalações para assegurar que os alunos, docentes e demais funcionários terão a todo o tempo condições de desempenharem suas funções.

A Instituição entende que é necessário o planejamento adequado dos ambientes para desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão, bem como o atendimento aos requisitos básicos mínimos de conforto quanto à iluminação, ventilação, climatização, acústica, segurança, recursos e equipamentos para garantir a manutenção, conservação e reposição.

O estabelecimento de cronograma de verificação prévia dos ambientes, as instalações e equipamentos visando antecipar consertos, reparos e manutenção previamente sem prejuízo das atividades acadêmicas estabelecidas no calendário acadêmico.

Da mesma forma, o planejamento da expansão física da infraestrutura ocorrerá de acordo com a expansão dos cursos, permitindo atender às necessidades de salas de aula, gabinetes para docentes, coordenações, laboratórios e biblioteca. A avaliação periódica dos ambientes internos e externos com vistas a adequar, quanto for o caso, as instalações para melhor atender às necessidades da comunidade acadêmica.

4.13 Política de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do Espectro Autista

A Lei n. 12.764 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a qual deve ser atendida em sua totalidade na Fama.

Capítulo I – Da Caracterização

Art 1o. Conforme o disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada da seguinte forma:

- deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Parágrafo único. A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Capítulo II – Das Diretrizes

Art. 2o. São diretrizes desta Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

- a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

- a participação da comunidade junto a IES, na formulação de políticas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

- o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

- o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

- o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista na IES, na região e no País.

Capítulo III – Dos Direitos

Art. 3o. São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, na IES:

- a tratamento digno, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade e a segurança;

- a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino, terá direito a acompanhante especializado.

Art. 4o. A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade e nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Capítulo IV – Das Disposições Finais

Art. 5o. A IES não poderá recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência.

4.14 Política de Curricularização da Extensão

4.14.1 Aspectos iniciais - Atividades complementares, de Extensão e Curricularização da Extensão: diferenças e semelhanças

Além da pesquisa e do ensino, as IES devem diversificar suas práticas de aprendizagem. Entre elas, destacam-se: as atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão.

São práticas acadêmicas que têm por objetivo diversificar o processo de ensino-aprendizagem, propiciando vivências significativas por meio da participação do estudante em espaços de formação social, humana e cultural: articulando teoria e prática, contribuindo, assim, para sua formação profissional e cidadã ampla, bem como a compreensão ampla dos processos históricos culturais e sociais.

Elas consistem em Atividades Esportivas, de iniciação, tecnológica e de formação profissional; atividades associativas de cunho comunitário e de interesse coletivo. Participação como ouvinte de atividades de extensão. Essas atividades podem ser realizadas na própria FAMA, e em outras instituições de ensino superior, em organizações públicas e/ou privadas, conforme planejamento e/ou acompanhamento da Coordenação de Curso.

As atividades complementares são de natureza de ensino, pesquisa e extensão.

São atividades complementares desenvolvidas com protagonismo estudantil na diversidade de articulações entre a instituição que estuda e a sociedade.

Essas atividades podem ter natureza esportivas, cultural, científico, laboral, de iniciação, tecnológica e de formação profissional; atividades associativas de cunho comunitário e de interesse coletivo. Nelas, o discente deve ter participação como facilitador de atividades de extensão.

Os estudantes podem realizar essas atividades na própria FAMA, e em outras instituições de ensino superior, em organizações públicas e/ou privadas, conforme planejamento e/ou acompanhamento da Coordenação de Curso.

A grande diferença entre as atividades de extensão e as atividades complementares é que nas primeiras, os discentes devem atuar como membros proativos de ações de extensão e em projetos de Extensão, Arte e Cultura da FAMA, na condição de bolsistas remunerado ou voluntário e/ou colaboradores em Projetos.

Alguns pontos trazidos pela nova legislação, Resolução N° 07/2018 do CNE. Conforme Art. 7o: “São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam

vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias. ”

Podem ser:

- programas;
- projetos;
- cursos;
- eventos;
- prestação de serviços

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 42)

A curricularização da extensão é um processo pelo qual as atividades extensionistas desenvolvidas pelos alunos são alinhadas aos Projetos Político Pedagógicos (PPCs) dos Cursos e são creditadas durante todo o período curricular. A implementação deste processo se dará de formas distintas, assim como serão diversificadas as possibilidades de atuação dos estudantes em atividades curricularizadas, tais como as previstas nas atividades de extensão já conhecidas pela comunidade interna da FAMA.

Como estabelece a Resolução CNE/CES N° 7, de 18 de dezembro de 2018, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos até dezembro de 2022 (Parecer CNE N°498/2020, 06/08/2020)

Nos PPCs dos cursos deve ser inserida na matriz curricular um campo para Atividade Curricular de Extensão ACE (carga horária mínima de 10% da carga do curso), que terá como objetivo a contabilização da carga horária extensionista realizada nos cursos, e orientar os/as discentes sobre como cumprir esta carga horária ressaltando o valor das atividades de extensão na sua formação.

Os colegiados dos cursos deverão elaborar um planejamento contínuo de gestão e controle das ofertas de ações, projetos de extensão e programas das disciplinas.

4.14.2. Vantagens da curricularização da Extensão

Com a curricularização da extensão, os cursos deverão ter em seus PPCs uma ou mais modalidades de atividades curricularizadas, isso permitirá que:

- a) mais estudantes tenham oportunidade de realizar atividades extensionistas;
- b) os estudantes possam se matricular ou se inscrever em diferentes modalidades de extensão, independente da área que estudam;
- c) a matriz curricular do curso de graduação já preveja atividades extensionistas que complementem o Ensino e a Pesquisa;
- d) a formação do discente será mais rica e diversificada, dado a possibilidade de interdisciplinaridade;
- e) haja um estímulo contínuo do protagonismo do discente;
- f) a integração da comunidade interna da FAMA com a comunidade externa: municipais, estaduais e dos países parceiros da FAMA.
- g) que a extensão seja executada em espaços físicos e virtuais para o alcance desse diálogo;
- h) contemple as especificidades do corpo discente, em especial os discentes trabalhadores, gestantes e pessoas com deficiência;
- i) contemple a diversidade etnico-racial, de gênero, sexualidade e de classe.

4.14.3 A curricularização da Extensão na FAMA

A curricularização da extensão traz à tona a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na faculdade, materializando os caminhos pelos quais os diferentes currículos da FAMA possibilitarão a conexão entre a instituição e a sociedade. Por um lado, a curricularização tem como princípio realçar o papel social da faculdade, assim como dirimir as fronteiras entre a relevância social do ensino, da pesquisa e do fazer extensionista construídos entre o público interno da instituição e a comunidade.

A curricularização deve permitir a permeabilidade dos saberes produzidos fora e dentro do contexto acadêmico numa perspectiva dialógica, garantido espaço para atuação da sociedade na FAMA, e da faculdade na sociedade. Além disso, ela visa trazer à tona o papel fundamental da extensão nos processos educativos responsabilizando as unidades acadêmicas e instituições à criarem e fomentarem ações de extensão ligadas aos seus currículos.

4.14.4. Pilares da Proposta de Curricularização de Extensão na Fama

a) Transdisciplinaridade

A FAMA deve contemplar nos currículos de seus cursos ações extensionistas que tenham como princípio a interlocução de saberes provenientes de diferentes cursos de graduação, permitindo que os estudantes possam criar conhecimentos transdisciplinares.

b) Protagonismo Estudantil

A FAMA deve contemplar nos currículos de seus cursos ações extensionistas que tenham como princípio o protagonismo dos estudantes, permitindo que estes possam desenvolver a autonomia, criatividade e interlocução entre a sociedade e a faculdade.

c) Protagonismo das Comunidades

A FAMA deve contemplar nos currículos de seus cursos ações extensionistas dedicadas a criar conexões entre estudantes com as comunidades interiorizadas, vulneráveis e periféricas que circundam o campus da FAMA, de modo que sejam construídos saberes dialógicos atendendo às demandas dessas comunidades.

d) Diversidade

A FAMA deve contemplar nos currículos de seus cursos ações extensionistas que incluam a diversidade do corpo discente, em especial os discentes trabalhadores, gestantes e pessoas com deficiência e a diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade e de classe.

4.14.4 Recomendações às Coordenações dos Cursos e Colegiados

A curricularização da extensão curricular deve ser diversificada e poderá ser realizada por: carga horárias em disciplinas com carga de extensão especificada, disciplinas específicas para a realização de ações extensionistas e participação em ações de extensão e certificações de atividades externas de outras IES. Deste modo, é necessário:

Avaliar as propostas aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de curso considerando as especificidades dos cursos, tais como carga horária, período das aulas, natureza das disciplinas e adaptar ao PPC do curso;

Escolher pelo menos uma entre as propostas e implementar ao PPC do curso, podendo escolher mais de uma, quantas o colegiado de curso e Núcleo Docente Estruturante acharem relevantes;

Ao implementar, os coordenadores e colegiados devem observar as condições técnicas que são exigidas para registro e avaliação dessas propostas:

- Antes de propor as atividades curricularizadas, os cursos devem pesquisar sobre os grupos e comunidades com os quais podem firmar parcerias e conhecer diferentes formas de atuação dos cursos na sociedade e propor novas formas.

4.14.5 Modalidades de Curricularização da Extensão na Fama

MODALIDADE A. Criação de carga horária de extensão em componentes de ensino já existentes, através do cadastro de atividades (ações pontuais ou vinculadas a projetos), denominadas de disciplinas mistas.

MODALIDADE B. Criação de programa de extensão na matriz curricular;

MODALIDADE C. Participação nas ações, programas, projetos de extensão já existentes e/ou propostas pelo curso, e mais possíveis participações em ações de extensão de outras universidades;

4.14.5.1 Modalidade A: Criação de carga horária de extensão em componentes de ensino já existentes

Descrição: Nesta opção, pode-se incluir as atividades extensionistas como uma carga horária extra ou subdivisão da carga horária já vigente em disciplinas elegíveis, cuja participação discente seja protagonista na produção de conhecimento em colaboração com a sociedade. Nessa modalidade essa atividade extensionista pode estar condicionada a um projeto já existente coordenado pelo professor da disciplina ou ser uma ação pontual desenvolvida em consonância com o plano de ensino da disciplina. O papel do professor nessa modalidade é de orientar, registrar e avaliar as atividades realizadas pelos discentes.

Carga horária docente: será computada carga horária de ensino e de extensão, separadamente.

Carga horária discente: será computada carga horária de ensino e de extensão, separadamente.

Metodologia de avaliação de participação e da atividade curricularizada: os cursos devem propor metodologias avaliativas de acordo com a atividade extensionista a ser desenvolvida.

4.14.5.2 Modalidade B: Criação de programa de extensão na matriz curricular

Descrição: A matriz curricular poderá explicitar um programa de extensão, coordenado por um docente, que deverá organizar diferentes atividades extensionistas curricularizadas, cada atividade será orientada por um professor. Esse programa deve permitir a produção de conhecimento transdisciplinar por parte do corpo estudantil e sociedade. Cada atividade teria uma carga horária definida, que deverá ser supervisionada pelos professores dessas atividades, que avaliarão a participação e a execução dessas atividades e deverão informar esses dados ao coordenador do programa de extensão.

Carga horária docente: os professores que se responsabilizarem pelas atividades extensionistas curricularizadas terão computadas somente a carga de extensão.

Carga horária discente: será computada a carga horária de extensão.

Metodologia de avaliação de participação e da atividade curricularizada: definidas pelos proponentes responsáveis pelas atividades.

4.14.5.3 Modalidade C: Participação em ações de extensão diversas

Descrição: Atuação em atividades de extensão como programas, projetos, cursos de extensão e eventos, coordenados por docentes, ou em outras instituições desde que o/a discente esteja na condição protagonista, isto é: para eventos, a atuação deverá ser na organização ou na realização do evento. Para cursos, a atuação deve ser na organização ou ministrando aula. Em projetos e programas a atuação deverá ser na condição de bolsista, voluntário ou membro colaborador.

Carga horária docente: os professores que se responsabilizarem pelas atividades extensionistas terão computadas como carga horária de extensão.

Carga horária discente: será computada a carga horária de extensão.

Metodologia de avaliação de participação e da atividade curricularizada: definidas pelos coordenadores dos projetos e ações registrados.

4.14.6 Fluxograma

a) ALTERAÇÃO DO PPC > NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E > COLEGIADO DE CURSO>

- Determinação dos 10% da carga horária do curso destinados à carga horária de extensão curricular;

- Inserir na matriz curricular do curso a seguinte componente obrigatória: **ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO (ACE)**, com carga horária igual ao valor determinado no item anterior.
- Inserir no PPC as modalidades de curricularização da extensão que foram adotadas.

b) APROVAÇÃO DO PPC NAS INSTÂNCIAS CONSULTIVAS E DELIBERATIVAS:
NDE, Colegiado de Curso e CONSEPE

c) CADASTRO DO CURRÍCULO NO TOTVS

- Criar no TOTVS o(s) componente(s) curricular(es) relacionados às atividades curriculares de extensão (ACE) e matricular todos os alunos na ACE.
- A ACE será integralizada no histórico do aluno a medida que a carga horária de extensão for sendo realizadas por via das modalidades implementadas e decididas pelo colegiado do curso.

5. PROGRAMAS E PARCERIAS

5.1 Relações e parcerias com a comunidade

A Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA, cumprindo com a sua política de responsabilidade social no que tange à inclusão social, à preservação ambiental e ao desenvolvimento econômico e social de Iturama e região mantém os seguintes programas:

a) Programa Alfabetização Solidária

A Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA, sensibilizada com o índice de analfabetismo em nossa região e sentindo a necessidade de uma mobilização para minimizar este índice, e ainda tentando conscientizar seu corpo docente e discente na ação de solidariedade e voluntariado, desenvolve ações extensionistas objetivando a alfabetização de jovens e adultos .

b) Programa de Inclusão digital

Com a proposta de contribuir para o processo de inclusão digital de forma integradora, envolvendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento da pessoa, o programa de Inclusão Digital procura integrar comunidades, incrementar renda, oportunizar novas

colocações no mercado de trabalho, dinamizar o acesso a informações e conhecimentos capazes de ampliar os horizontes das pessoas.

c) Programa de preservação e defesa do Meio Ambiente

O programa de Meio Ambiente da FAMA tem como objetivo desenvolver ações que visem a conscientização da importância da preservação ambiental, bem como a racionalização de recursos com vista a sustentabilidade ambiental.

d) Programa de Preservação e divulgação da memória e do patrimônio cultural

O objetivo do Programa de Preservação e divulgação da memória e do patrimônio cultural é viabilizar ações em favor da preservação do patrimônio cultural e da memória de Iturama e região.

e) Programa de educação em Direitos Humanos

O programa de educação em Direitos Humanos tem como objetivo uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

f) Programa de valorização e preservação da cultura indígena e afro-brasileira

O Programa de valorização e preservação da cultura indígena e afro-brasileira tem como objetivo o desenvolvimento de ações decorrentes da história e cultura indígena e afro-brasileira devem contemplar diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

g) Programa Inscrição solidária

O programa Inscrição Solidária tem como objetivo arrecadar roupas, brinquedos, livros e alimentos para a população menos favorecida. Em todos os eventos promovidos pela FAMA são realizadas campanhas assistenciais envolvendo toda a comunidade acadêmica, e o resultado é destinado a instituições de assistência social.

h) Programa Faculdade da Melhor Idade

O programa Faculdade da melhor Idade tem como objetivo a promoção de cursos, palestras e eventos para a 3ª idade.

5.2 Cooperação e parcerias com instituições e empresas

As parcerias da Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA caracterizam a intenção de se realizar ações de interesses comuns.

Além disso as parcerias configuram-se como possibilidade de estágios curriculares e extracurriculares (inclusive remunerado) aos discentes, assim como viabilizam ações de pesquisa e extensão.

Nesse contexto, apresenta-se a lista dos parceiros da Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA:

ORGANIZAÇÕES

BB - BANCO DO BRASIL S/A – AG. ITURAMA

BANCO SANTANDER – AG. ITURAMA

BANCO HSBC – AG. ITURAMA

COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB CREDIRAMA

SINDICATO RURAL DE ITURAMA

ACITU - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ITURAMA

USINA CORURIBE SA – AÇUCAR E ALCOOL

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA – MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS – MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE – MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO – MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE SALES

CIEE – CONVÊNIO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA

FRIBOI – FRIGORÍFICO

CONSTRUTORA VIATERRA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA
TV CIDADE – ITURAMA
RÁDIO CLUBE FM DE ITURAMA
RÁDIO PONTAL AM DE ITURAMA
HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA
SANTA CASA DE UNIÃO DE MINAS
COLÉGIO TÉCNICO AGRÍCOLA DE ITURAMA
JORNAL O PATRIOTA
JORNAL O PONTAL

6 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

a) Denominação e Linha de Formação Específica

Bacharelado em Ciências Contábeis

b) Endereço de Oferta do Curso

Av. Domingos Teixeira, 664 – Recanto dos Lagos - Iturama – MG

c) Ato Legal de Autorização

Portaria Ministerial: 375 de 08/05/1998.

d) Ato Legal de Reconhecimento

Portaria Ministerial: 3.481 de 23/10/2004.

e) Ato Legal de Renovação de Reconhecimento

Portaria Ministerial: 267 de 03/04/2017.

f) Modalidade do Curso

Bacharelado

g) Tempo de integralização

mínimo: 8 períodos.

máximo: 14 períodos.

h) Título Acadêmico Conferido

Bacharel em Ciências Contábeis

i) Regime de Matrícula

Seriado – Semestral

j) Número de Vagas Anuais

90 vagas

k) Carga Horária Total

3.220 (três mil, duzentas e vinte) horas de atividades.

l) Coordenação do Curso

Prof. Me. Bácia Eliana Alves Simão

m) Forma de Ingresso

O ingresso nos cursos de graduação, sob qualquer forma, é feito mediante processo de seleção, fixado pelo CONSEPE.

As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos, turnos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação e o período das provas, testes, entrevistas ou análise de currículo escolar, conteúdos exigidos nas provas, os critérios de classificação e desempate, e demais informações úteis.

Antes de cada período letivo, a Faculdade torna público os seus critérios de seleção de alunos nos termos da legislação e das normas vigentes, bem como as demais informações pertinentes aos cursos oferecidos.

O processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação será coordenado pelo CONSEPE, abrangendo conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliados em provas.

A classificação far-se-á pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pela Comissão Permanente do Processo Seletivo e prevista em edital.

Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, a Faculdade poderá realizar novo processo seletivo, ou preenchê-las com alunos transferidos de outras instituições, ou ainda candidatos portadores de diploma de graduação em nível superior de cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação.

A Faculdade manterá os relatórios dos processos seletivos e seus resultados, devidamente arquivados.

As formas de acesso ao curso de Ciências Contábeis da FAMA são descritas a seguir:

- **Processo Seletivo - Vestibular**

O Processo Seletivo Vestibular para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis da FAMA será realizado anualmente, oferecendo 90 vagas no turno noturno. Poderá, atendendo a demanda regional, haver processo seletivo semestral ou com vagas para o turno matutino, no caso de vagas remanescentes.

Este Processo Seletivo é destinado a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou estudos equivalentes. O Processo Seletivo é válido apenas para o período letivo a que se destina e normatizado de acordo com edital específico para este fim, elaborado e aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

O processo Seletivo Vestibular tem como objetivo avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para estudos superiores, classificando-os no estrito limite das vagas oferecidas. O processo seletivo para as vagas iniciais é unificado em sua realização, e abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, avaliados em provas escritas. A classificação será feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, respeitando-se o limite de vagas pré-determinados, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos em edital

- **Ingresso Extra Vestibular**

A FAMA, em atenção à necessidade de preenchimento de possíveis vagas remanescentes/ociosas, que por motivos diversos possam vir a existir, e em detrimento de demandas advindas de toda a sociedade, possibilita o ingresso de estudantes que já possuam

vínculo em curso superior, por meio de outras modalidades de acesso. Essas modalidades são:

- **Portadores de diploma de graduação** – na hipótese de restarem vagas iniciais não preenchidas, podem ser admitidos portadores de diploma de curso superior reconhecidos pelo MEC, devidamente registrados, para obtenção de novo título, observadas as normas Institucionais e o limite de vagas no semestre. Estas vagas serão disponibilizadas após realização do processo seletivo, em edital e regras próprios.

- **Transferência externa** – a transferência de aluno de outra Instituição para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, para prosseguimento de estudos do mesmo curso ou da mesma área, dar-se-á mediante a existência de vaga e realização de processo seletivo de acordo com análise, aprovação e deliberação do Colegiado do Curso. Os critérios para inscrição de candidatos a uma vaga de ingresso no curso através de processo seletivo, inicial ou complementar, são estabelecidos em Edital, no qual constam as informações exigidas pela legislação de ensino e os critérios estabelecidos pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE. O processo seletivo complementar para candidatos portadores de diploma de curso superior ou transferência externa será normatizado e aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e contemplam análise de histórico escolar e planos de ensino de componentes cursados, podendo incluir exames escritos.

- **Transferência *Ex-Officium***

Servidores públicos civis e militares, inclusive seus dependentes, que forem removidos a critério da Administração, podem solicitar a Transferência *Ex-Officium*. Esse tipo de transferência independe da existência de vaga e pode ser solicitada a qualquer tempo.

Com a expectativa de dar sustentabilidade na permanência de alunos de baixa renda no curso, a FAMA participa dos programas instituídos pelo Governo Federal, como:

Programa Universidade para Todos – PROUNI, que foi criado pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação, em instituições privadas de educação superior;

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, que é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC, conforme legislação em vigor.

6.1 Objetivos do Curso

O curso de Ciências Contábeis visa proporcionar a formação de futuros profissionais para o domínio de conhecimentos, habilidades e competências indispensáveis ao exercício da profissão de Contabilista, capacitando-os a planejar, organizar, liderar e dirigir as atividades de gerenciamento contábil nas entidades, com uma visão holística e ao mesmo tempo regional, com ênfase na interpretação dos fenômenos econômicos, sociais e jurídicos.

Como objetivo geral propõe oferecer ao discente o conhecimento das teorias que fundamentam a prática da ciência contábil promovendo o desenvolvimento de habilidades que permitam o exercício da profissão contábil de acordo com seus regimentos estabelecidos.

Como objetivos específicos destacam-se:

- formar um profissional com visão holística, com capacidade crítica de reflexão sobre os complexos problemas da área;
- estimular o espírito empreendedor e o desenvolvimento de habilidades múltiplas capazes de contribuir com o aprimoramento da ciência contábil no mundo dos negócios;
- promover no futuro profissional o espírito de trabalho em equipe com capacidade para gestão de pessoas;
- formar um profissional ético e socialmente responsável, capaz de analisar, avaliar e tomar decisões que promovam o desenvolvimento do negócio.

Além desses objetivos propostos, são contemplados ainda os objetivos do artigo 3º das DCN do Curso de Ciências Contábeis:

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

- I compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II- apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III- revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

6.2 Necessidade de Criação do Curso

Tendo em vista a localização geográfica local (conforme especificado anteriormente), o curso de Ciências Contábeis justifica-se pela importância da atuação do profissional da contabilidade nas empresas e na sociedade local, com habilitação e atribuições exclusivas de atuação em diversos ramos de atividades.

6.3 Perfil do Egresso

Ao longo do curso são abordados conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos e contemplados na estrutura curricular por meio de seus programas. O egresso estará apto a avaliar as possibilidades para a tomada de decisão e não apenas os resultados mais prováveis. O profissional diplomado por este Curso terá como modelo de formação um perfil profissional com as características propostas pelo artigo 4º das Diretrizes Curriculares do curso de Ciências Contábeis:

Art. 4º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

7 MATRIZ CURRICULAR

7.1 Estrutura Curricular

O curso de graduação em Ciências Contábeis contempla, em sua organização curricular, os conteúdos que revelam inter-relações com a realidade regional, nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a Contabilidade utilizando tecnologias inovadoras, que atendam aos seguintes núcleos interligados de formação:

- I) Eixo de formação Básica;
- II) Eixo de formação profissional; e
- III) Eixo de formação Teórico-Prática.

7.2 Núcleo de Conteúdos Básicos

O eixo de Formação Básica tem por objetivo integrar o estudante no campo da Contabilidade, estabelecendo as relações da Contabilidade com outras áreas do saber, abrangendo, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, estudos que envolvam, conteúdos essenciais sobre Noções de Direito, Economia, Introdução à Administração, Tecnologia da Informação, Empreendedorismo, Raciocínio Lógico e Analítico, Gestão com Pessoas, Matemática Aplicada, Filosofia e Ética Profissional, Português, Estudos Sócio-Antropológicos, Direito Empresarial, Economia Contemporânea, Legislação Trabalhista e Previdenciária, Estatística Aplicada, Psicologia Aplicada e Matemática Financeira.

7.3 Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes

O eixo de Formação Profissional abrange o enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação da Contabilidade observadas as peculiaridades dos diversos ramos da Contabilidade de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência da Contabilidade e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se dentre outros, conteúdos essenciais sobre a Introdução a Contabilidade, Contabilidade Geral,

Administração Financeira e Orçamentária, Contabilidade de Custos, Análise de Custos, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade Tributária e Trabalhista, Contabilidade em Agronegócios, Teoria da Contabilidade, Contabilidade Avançada, Finanças Públicas e Orçamentárias, Auditoria Contábil, Sistemas de Informações Contábeis, Contabilidade Societária, Introdução às Ciências Atuariais, Contabilidade Sócio-Ambiental, Perícia Contábil, Contabilidade Gerencial e Controladoria Aplicada.

7.4 Núcleo de Conteúdos Específicos

O eixo de Formação Prática objetiva a integração entre prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, especialmente nas atividades relacionadas com: Prática Contábil, Estágio Supervisionado e Trabalho de Curso (Trabalho de Pesquisa / Conclusão de Curso) e Atividades Complementares.

7.5 Conteúdos Optativos

Os componentes optativos são aqueles destinados a complementar ou aprofundar o conhecimento específico relacionado, direta ou indiretamente, ao curso de graduação em Ciências Contábeis.

São de livre escolha do estudante dentre um leque de componentes especificados no perfil curricular do curso, ofertados ou não por este, conforme demanda e possibilidade do semestre. A criação, oferta e definição de componente optativo no perfil do curso são flexíveis, podendo ocorrer conforme análise e decisão do Colegiado do Curso.

No curso de Ciências Contábeis são oferecidas as seguintes disciplinas optativas: Libras, Ética e Responsabilidade Social, Contabilidade Empresarial, Fundamentos de Contabilidade, Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida e Introdução às Ciências Políticas.

Devido às novas tendências de mercado apontadas pelo Colegiado do Curso e NDE e, atendendo às alterações em legislações específicas do Ensino Superior, a Matriz do Curso de Ciências Contábeis está em constante evolução. A seguir, é apresentado o conjunto de disciplinas do curso a serem implantados para os ingressantes 2021.

7. Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR 2021¹

Período	DISCIPLINAS	T	P	E	EAD	TOTAL	AULAS SEMANAIS
1º Período	TEORIA DA CONTABILIDADE	80				80	4
	INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE	80				80	4
	MATEMÁTICA APLICADA	80				80	4
	EMPREENDEDORISMO				40	40	2
	ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL				40	40	2
	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA				80	80	4
TOTAL		240	0	0	160	400	20
2º Período	CONTABILIDADE BÁSICA	80				80	4
	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO				80	80	4
	SOCIOLOGIA				40	40	2
	ESTATÍSTICA	40				40	2
	MATEMÁTICA FINANCEIRA	40				40	2
	INTRODUÇÃO A ANTROPOLOGIA				80	80	4
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	80				80	4
TOTAL		240	0	0	200	440	22
3º Período	GESTÃO COM PESSOAS	60		20		80	4
	CONTABILIDADE E ANÁLISE DE CUSTOS	60		20		80	4
	DIREITO EMPRESARIAL				80	80	4
	ECONOMIA				80	80	4
	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL				40	40	2
	CONTABILIDADE GERAL I	55		25		80	4
TOTAL		175	0	65	200	440	22
4º Período	DIREITO E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA				40	40	2
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	55		25		80	4
	METODOLOGIA CIENTÍFICA				80	80	4
	ECONOMIA POLÍTICA				80	80	4
	CONTABILIDADE DE CUSTOS	25		15		40	2
	CONTABILIDADE GERAL II	20		20		40	2
TOTAL		100	0	60	200	360	18
5º Período	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	55		25		80	4
	ANÁLISE DE CUSTOS	25		15		40	2
	CONTABILIDADE EM AGRONEGÓCIOS I	25		15		40	2
	CONTABILIDADE FISCAL	40				40	2
	OPTATIVA				40	40	2

¹ Aprovada pela Resolução CONSEPE nº 12/2020 de 14/09/2020 a ser adotada para alunos ingressantes a partir do 1º semestre de 2021.

	DIVERSIDADE ÉTNICO RACIAL, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS				40	40	2
	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	40				40	2
TOTAL		185	0	55	80	320	16
6º Período	RESPONSABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL				40	40	2
	CONTABILIDADE EM AGRONEGÓCIOS II	25		15		40	2
	CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA E TRABALHISTA				80	80	4
	TRABALHO DE CURSO	40				40	2
	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	25		15		40	2
	CONTABILIDADE GERENCIAL	50		30		80	4
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I		150				2
TOTAL		140	150	60	120	470	18
7º Período	CONTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL I	40				40	2
	PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM I	25		15		40	2
	FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTÁRIAS				80	80	4
	TOPICOS CONTEMPORÂNEOS EM CONTABILIDADE I	40				40	2
	AUDITORIA CONTÁBIL I	23		17		40	2
	CONTROLADORIA APLICADA	20		20		40	2
	CONTABILIDADE COMERCIAL				80	80	4
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II		150				2
TOTAL		148	150	52	160	510	20
8º Período	PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM II	40				40	2
	CONTABILIDADE E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES		20	20		40	2
	AUDITORIA CONTÁBIL II				80	80	4
	CONTABILIDADE SOCIETÁRIA				40	40	2
	CONTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL II	25		15		40	2
	TOPICOS CONTEMPORÂNEOS EM CONTABILIDADE II	25		15		40	2
TOTAL		90	20	50	120	280	14

CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS	2920	85%
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200	6%
ESTAGIO SUPERVISIONADO	300	9%
EXTENSÃO	342	10%
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3420	100%
CARGA HORÁRIA PRESENCIAL	2180	64%
CARGA HORÁRIA EAD	1240	36%

3420

OPTATIVAS					
Disciplinas	T	P		EA D	TOTAL
LIBRAS				40	40
ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL				40	40
CONTABILIDADE EMPRESARIAL				40	40
FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE				40	40
SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA				40	40
INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS POLÍTICAS				40	40

7.7 Representação Gráfica da Matriz Curricular por núcleo de formação – MATRIZ CURRICULAR 2021

1º e 2º períodos	3º e 4º períodos	5º e 6º períodos	7º e 8º períodos	
Introdução à Contabilidade I e II	Gestão com Pessoas	Optativa	Auditoria Contábil I e II	
Teoria da Contabilidade	Direito Empresarial	Diversidade Étnico Racial, Gênero e Direitos Humanos	Controladoria Aplicada	
Matemática Aplicada	Macro e Micro Economia	Sistemas de Informações Contábeis	Finanças Públicas e Orçamentárias	
Empreendedorismo	Comportamento Organizacional	Contabilidade em Agronegócios I e II	Perícia Contábil e Arbitragem I e II	
Ética e Legislação Profissional	Direito e Legislação Trabalhista	Análise das Demonstrações Contábeis	Contabilidade Avançada	
Introdução à Filosofia	Legislação Tributária	Contabilidade Tributária e Trabalhista	Contabilidade Sócio-Ambiental I e II	
Comunicação e Expressão	Metodologia Científica	Responsabilidade Sócio-Ambiental	Tópicos Contemporâneos em Contabilidade I e II	
Sociologia	Administração Financeira e Orçamentária	Trabalho de Curso I	Contabilidade e Sistemas de Informações (laboratório)	
Estatística	Contabilidade Geral I e II	Análise de Custos	Contabilidade Societária	
Matemática Financeira	Contabilidade e Análise de Custos I e II	Contabilidade Gerencial	Estágio Supervisionado	
Introdução à Antropologia		Estágio Supervisionado I	Orientação Estágio Supervisionado	
Tecnologia da Informação		Orientação Estágio Supervisionado I	Atividades Complementares	
				Trabalho de Curso II

Formação Básica

Formação Profissional

Formação Teórico-Prática

7.8 Ação Centrada no Aluno

Na contemporaneidade, o profissional tem que estar em permanente busca de conhecimento e de aperfeiçoamento.

Neste sentido, o Curso de graduação em Ciências Contábeis da FAMA oferece aos seus alunos atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação, de modo sistemático, tais como:

- prática de ensino.
- trabalho de conclusão de curso
- ciclos de estudo e debates.
- participação em eventos considerados relevantes para a formação do aluno, como: Seminários, Semanas Acadêmicas, Congressos.
- pesquisas de Iniciação Científica.
- viagens técnicas e culturais.
- atividades extensionistas.

8. METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino constitui-se de práticas pedagógicas a serem desenvolvidas que possibilitam a apresentação dos conteúdos que serão ministrados, com o fim de serem atingidos os objetivos a que o curso se propõe.

Sendo o ensino um processo sistemático e intencional de promover a aquisição do conhecimento, a metodologia de Ensino aplicada no Curso de Ciências Contábeis da FAMA está apoiada nos seguintes pontos principais:

- I) - Conteúdo de formação Básica: relacionados com estudos sócio-antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;
- II) - Conteúdo de formação profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da contabilidade, financeira e orçamentária, sistemas de informações contábeis, contabilidade e análise de custos, contabilidade avançada, auditoria e perícia, contabilidade fiscal e tributária;

III) - Conteúdo de formação Quantitativa e suas Tecnologias: abrangendo raciocínio lógico e analítico, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes a ciência contábil; e

IV) – Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Para o desenvolvimento desta metodologia destacam-se as seguintes atividades:

- I. exposições didáticas;
- II. leituras comentadas;
- III. pesquisas experimentais;
- IV. aulas práticas;
- V. excursões;
- VI. pesquisas didáticas;
- VII. visitas técnicas;
- VIII. trabalhos de equipe;
- IX. discussões e debates;
- X. elaboração de relatórios;
- XI. estágios;
- XII. elaboração de monografias e,
- XIII. palestras, workshops e seminários com especialistas, pesquisadores e profissionais da área administrativa.
- XIV. desenvolvimento de Projetos interdisciplinares que envolvam outros cursos da FAMA,
- XV. valorização de trabalhos de natureza científica estimulando os alunos a vivenciar todas as etapas do Método Científico.

8.1. Mecanismos de Nivelamento

O nivelamento na instituição se concretizará através de 03 fases:

I - Fase da triagem: A fase de triagem dos ingressantes com necessidades de nivelamento e diagnóstico destas necessidades se iniciará na primeira semana de aula do primeiro semestre letivo e se estenderá até o final do primeiro mês do ano letivo.

Compete ao Coordenador de Curso o planejamento e a coordenação das ações que conduzam à triagem dos ingressantes e ao diagnóstico de suas necessidades no(s)

curso(s) que coordena. Os trabalhos de triagem e diagnóstico ocorrerão de forma concomitante às aulas previstas para o período.

II - Fase de Planejamento Coordenado de ações de nivelamento: Na fase de planejamento, os Colegiados de Curso se reunirão, e planejarão de forma conjunta, visando a racionalização de ações, o nivelamento na Faculdade como um todo.

As ações serão programadas para ocorrerem no primeiro e/ou no segundo semestre do primeiro ano letivo. Exemplo destas ações são o oferecimento de disciplinas, oficinas, cursos, tutoriais, estudos dirigidos entre outras.

III - Fase de execução das ações de nivelamento: Na fase de execução das ações de nivelamento, os alunos deverão participar das atividades planejadas. Independentemente da modalidade da ação de nivelamento prevista, os alunos participantes serão avaliados quanto ao seu aprendizado.

8.2 Interdisciplinaridade

Considerando-se a importância da participação docente e discente neste processo ensino-aprendizagem e buscando continuamente, no conjunto de conteúdos que pertencem a cada etapa do projeto, ações que permitam a integração de componentes, são inseridos, logo que o aluno ingressa no curso, os componentes curriculares Oficinas Integradas I e II, que compõem parte do programa de estudos do aluno (séries 4 e 6 que antecedem a formação do perfil intermediário do discente). Estes componentes ficam sob responsabilidade e orientação de um grupo de professores da série, que desenvolvem atividades de aprendizagem multi e interdisciplinares nas áreas de conhecimento definidas nos perfis do curso. As oficinas propiciam um ambiente adequado ao desenvolvimento de projetos e trabalhos de integração e aplicação dos conhecimentos adquiridos pelo discente em todas as séries do curso, conduzindo-o a um conjunto de atividades coerentemente articuladas com os componentes que compõem cada série na matriz curricular.

As Oficinas Integradas são um espaço propício para o desenvolvimento e o exercício das habilidades provenientes do estudo e da aplicação do conhecimento. Neste momento, os alunos podem colocar em prática a criatividade, a capacidade de produção, de relacionamento, de liderança, de modo a demonstrar seus talentos. Desta forma, as atividades desenvolvidas deverão fazer parte do planejamento dos docentes destas Séries. Neste planejamento, o docente deverá utilizar-se de recursos, técnicas e metodologias que facilitem

a aprendizagem e a aplicação de habilidades e competências adquiridas pelos discentes. Nas atividades Oficinas Integradas podem-se utilizar os seguintes recursos:

- a. exercícios de aplicação de teoria, de conteúdo interdisciplinar;
- b. estudos dirigidos;
- c. debates
- d. simulações em softwares aplicativos;
- e. avaliações integradas;
- f. atividades extraclasse.
- g. projetos multi e interdisciplinares.

As Oficinas Integradas deverão ser programadas semestralmente, no planejamento das aulas, buscando a integralização dos perfis. Para tanto, a cada docente, responsável pelo componente curricular e coordenador das atividades, deverá dispor de, no mínimo, 04 horas semanais destinadas à implementação das propostas.

Neste espaço o aluno, trabalhará com diversos textos e com os meios de comunicação, utilização dos materiais necessários, TV, biblioteca, jornais, revistas, livros de literatura, textos literários e não literários, informativos, piadas, anedotas, fábulas, cantos populares, receitas, danças, dramatização, sejam necessários para construção do saber.

Sempre que o conteúdo permitir deve-se propor o desenvolvimento de atividade referente a abordagem História e Cultura Afro e Indígena (Lei nº 11.645/3/2008) e Meio Ambiente (Lei nº 9795/99) com os recursos já indicados anteriormente.

As principais atribuições para o docente coordenador das Oficinas Integradas são:

- a. coordenar a implantação das atividades das Oficinas Integradas;
- b. coordenar os trabalhos de planejamento das atividades das Oficinas;
- c. acompanhar, orientar e avaliar o desempenho de discentes, e,
- d. documentar as atividades desenvolvidas na Série.

As avaliações continuadas terão características interdisciplinares centradas nas habilidades e competências definidas para cada perfil. As normas e procedimentos da avaliação serão regulamentadas pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis.

8.3 Operacionalização das aulas das disciplinas desenvolvidas na modalidade EAD

Em consonância a portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que autoriza as instituições de ensino superior a introduzirem a oferta de carga horária na modalidade de

EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso, a Faculdade Aldete Maria Alves - FAMA inovou o processo metodológico dos seus cursos de graduação trazendo o ensino híbrido.

O ensino híbrido, ou *blended learning*, é uma das maiores tendências da educação do século 21, que promove uma “mistura” entre ferramentas, ambientes e organizações para potencializar a aprendizagem. Desta forma utilizaremos o ensino presencial e o ensino online – ou seja, integrando a educação à tecnologia, que já permeia tantos aspectos da vida do estudante, possibilitando que o mesmo seja protagonista do próprio aprendizado.

Nesta proposta de ensino híbrido, além das disciplinas presenciais, os alunos dos cursos de graduação terão disciplinas on-line (EAD), ofertadas com a utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle.

O planejamento da disciplina é a primeira atividade a ser realizada pelo professor-tutor, após discussões coletivas sobre as ações a serem realizadas no decorrer do semestre. E neste processo, a coordenação de curso é responsável por assessorar e orientar o corpo docente.

E por ser um documento importante de orientação e organização do trabalho do professor, como também de orientação e gestão da aprendizagem dos estudantes, é importante que o Planejamento de Disciplina seja validado internamente pelo Colegiado de Curso e NDE.

8.3.1 Metodologia utilizada nas disciplinas EaD

A metodologia adotada nas disciplinas EaD utiliza recursos didáticos que permitem ao aluno organizar seus horários de estudo conforme sua disponibilidade de tempo e local.

Por meio de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA – Moodle), mediante login e senha, o aluno poderá ter acesso a todos os recursos didáticos produzidos especificamente para a modalidade a distância e interage com o professor-tutor, que é o responsável pela mediação do processo de ensino- aprendizagem.

O professor-tutor disponibilizará conteúdos e orientará o auto estudo. O discente, fará o uso do material postado no AVA, além de outras leituras e pesquisas, pelos quais construirá o seu conhecimento.No desenvolvimento das disciplinas que serão ministradas online o docente será o responsável em promover a tutoria das mesmas, acompanhando pela Coordenação de Curso e pelo Setor de Tecnologia da Informação (TI), que trabalharão o

planejamento, a organização, a execução, a assessoria e orientação do processo de aprendizagem dando ênfase a uma postura de construção do conhecimento, numa metodologia dialética, na qual se propicie a passagem de uma visão do senso comum – o que o aluno já sabe com base em suas experiências de vida, a uma formação de novos conceitos/científicos.

Tudo isso mediante o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à mobilização do aluno para o conhecimento, a disponibilização de instrumentos que lhe proporcione oportunidades de construir conhecimentos novos e o desenvolvimento da capacidade de elaboração de sínteses integradoras do saber construído com aqueles que já possuíam anteriormente.

O aluno será o centro do processo. Os docentes-tutores das disciplinas EAD deverão utilizar-se de uma metodologia que garanta a troca de informações entre eles e os estudantes e entre estudante e seus respectivos colegas.

Através da condução “não diretiva” do processo é que o aluno construirá sua própria aprendizagem. O docente-tutor, aqui, será um mediador fornecendo os instrumentos e conteúdos necessários à construção dos conceitos científicos que sela os conhecimentos.

Os estudantes deverão ser capazes de sair de uma postura passiva, assumindo um papel mais ativo no processo, tornando-se agente de sua própria aprendizagem na busca da construção dos seus conhecimentos. Para tal, será disponibilizado meios para que o estudante desenvolva sua capacidade de julgamento, de forma suficiente, para que ele próprio esteja apto a buscar, selecionar e interpretar informações relevantes ao aprendizado.

Serão realizadas avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores.

Há interação, mediação e a articulação entre coordenador do curso, professor-tutor e equipe TI conforme descrito abaixo:

Colegiado de curso	NDE	Coordenação de Curso	Professor-Tutor	Equipe de Suporte Técnico - TI
<ul style="list-style-type: none"> •Participa das discussões sobre a oferta de ch das atividades não presenciais. •Orienta o planejamento docente. •Encaminha PPC para apreciação e aprovação do CONSEPE •Realiza reuniões periódicas com a equipe envolvida. 	<ul style="list-style-type: none"> •Acompanha e avalia a oferta de ch das atividades não presenciais. •Sugere alterações quando necessário. •Realiza reuniões periódicas com a equipe envolvida. 	<ul style="list-style-type: none"> •Acompanha o planejamento docente. •Discute, participa da elaboração e acompanha o cronograma de atividades não presenciais. •Realiza reunião pedagógica com docentes e/ou discentes. •Acompanha o andamento das turmas pelo AVA. 	<ul style="list-style-type: none"> •Planeja e ministra a disciplina. •Interage com o estudante no AVA (sana dúvidas, realiza acompanhamento, correção e feedback de atividades). •elabora e aplica avaliações 	<ul style="list-style-type: none"> •Ministra formação para utilização do AVA. •Realiza suporte técnico ao aluno e professor quando necessário.

8.3.2 Coordenação de Curso

A Coordenação tem um papel imprescindível, uma vez que é responsável diretamente pelo andamento e acompanhamento das atividades, no âmbito do curso. Assim, é importante que Coordenação de Curso e Docentes estejam juntos, inclusive no planejamento da disciplina, atentando-se principalmente para a elaboração do cronograma com as atividades (não) presenciais, sem interferir na autonomia docente.

Além disso, as reuniões periódicas com docentes, equipe pedagógica e estudantes são momentos enriquecedores e devem acontecer periodicamente. E durante o ano letivo, é necessário avaliar o desenvolvimento das atividades, apontando as principais dificuldades, os problemas e os desafios, como também as ações positivas.

Vale salientar que, além do espaço físico da sala de aula, haverá a plataforma *moodle*; e da mesma forma que a Coordenação realiza visitas nas salas e dialoga com estudantes, este comportamento será estendido ao ambiente virtual, pois apenas haverá mudança do espaço físico para o virtual/interativo, oportunizando o uso das TIC no processo educacional. Dessa forma, a virtualidade será uma extensão da prática docente e do trabalho enquanto Coordenação de Curso, fortalecendo assim, a dinamicidade e a instituição de uma cultura tecnológica.

8.3.3 Professor- Tutor das disciplinas EaD

Os alunos matriculados nas disciplinas EaD, contarão com o acompanhamento de professores-tutores graduados na área da disciplina pelas quais são responsáveis, com pós-graduação e experiência em educação a distância. Além disso a FAMA, por meio do Nucleo de Apoio Pedagógico – NAP, oferece capacitações constantes tanto na utilização do AVA Moodle, quanto em outros recursos para o ensino on-line.

As atividades de tutoria atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, e são avaliadas periodicamente por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

Por meio do ambiente virtual de aprendizagem o professor realiza a mediação pedagógica junto aos discentes, incrementando processos de ensino aprendizagem, orientando os alunos, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam sua formação.

O professor-tutor deve identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, realizar atividades que promovam a comunicação e interação e elaborar atividades específicas, em colaboração com o Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos - NAID FAMA, para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades de aprendizagem.

O professor-tutor é um agente facilitador de aprendizagem. Ele deve desenvolver no aluno a capacidade de selecionar informações, de refletir e de decidir por si mesmo. É preciso lembrar que o professor deve ser, antes de tudo, um eterno estudante, pois não é o dono do conhecimento, ele é, sim, melhor conhecedor dos caminhos que levam ao conhecimento. O Professor-Tutor é mediador do processo pedagógico que esclarece dúvidas, estimula o aluno a prosseguir e, ao mesmo tempo, participa do processo de avaliação de aprendizagem, encarrega-se da correção das atividades, das avaliações e atribui o conceito final ao aluno.

Dessa forma, algumas atitudes são imprescindíveis, como estabelecer diálogo constante, escutando individualmente os estudantes; ser empático, dinâmico e estimulá-los na realização das atividades; manter atitude de cooperação, oportunizando situações-problemas

e desafios; estimulá- los na tomada de decisão, respeitando a autonomia da aprendizagem de cada um.

É importante também:

- Participar dos processos formativos voltados à atuação da EAD;
- Elaborar o planejamento de ensino com antecedência e disponibilizar na plataforma moodle;
- Planejar, elaborar e entregar em tempo hábil para revisão os materiais e atividades que serão disponibilizados no AVA;
- Acessar e acompanhar as atividades do AVA, periodicamente;
- Acompanhar o andamento da disciplina – do início ao fim;
- Revisar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizadas para o desenvolvimento da disciplina e adequar à linguagem da EAD;
- Auxiliar no esclarecimento de dúvidas sobre os conteúdos abordados nos materiais didáticos da disciplina e nas atividades propostas e dar feedback em tempo hábil;
- Informar à Coordenação de Curso qualquer eventualidade que interfira no andamento do Curso;
- Manter diálogo constante com todos que participam (in) diretamente do processo educativo, visando comunicar algum problema e sanar em tempo hábil.

Portanto, podemos resumir o papel docente na EAD a partir de três dimensões:

- Dimensão pedagógica - relacionada às atividades de orientação, aconselhamento e tutoria, incluindo o domínio de conhecimentos referentes ao processo de aprendizagem;
- Dimensão tecnológica - refere-se à adequada utilização das tecnologias e dos meios técnicos disponíveis até elaboração do material pedagógico que utilizarão nesses meios; e,
- Dimensão didática - relacionada ao conhecimento do docente sobre a disciplina e os meios necessários que estão imbricados no fazer pedagógico da didática - o ensino e a aprendizagem.

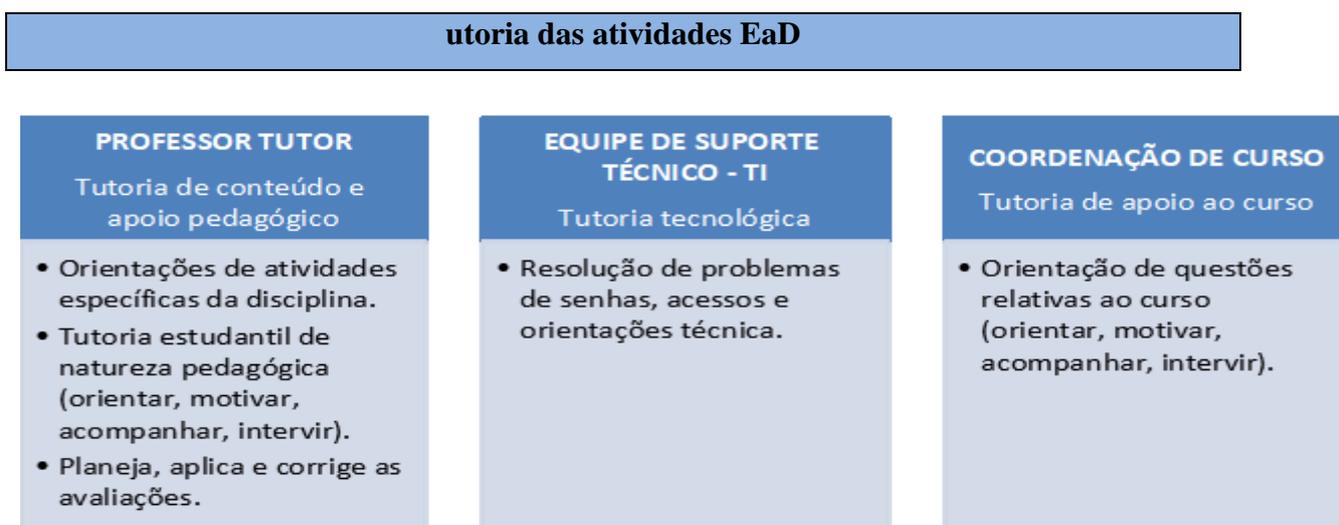
Os conhecimentos, habilidades e atitudes do professor-tutor são adequados para a realização de suas atividades, e suas ações estão alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso, são realizadas avaliações periódicas

para identificar necessidade de capacitação dos tutores e há apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes.

8.3.4 Equipe de Suporte Técnico-TI

A equipe de suporte técnico ministra formação para utilização do AVA e realiza suporte técnico ao aluno e professor quando necessário.

Resumindo:



8.3.5 Papel do estudante nas atividades EaD

Nessa metodologia de ensino, em que o estudante passa a ser também gestor de sua aprendizagem de forma autônoma e orientada, é necessário adotar alguns comportamentos que de certa forma, já exigem no ensino presencial. Entretanto, devido à especificidade da EAD, devem ser reforçados ainda mais, como:

- Inteirar-se das atividades propostas pelos professores - ver cronograma, material e buscar ajuda/orientação para realizá-las, quando necessário;
- Postar as atividades pelo AVA dentro do prazo estabelecido, ou por outras formas, previamente combinadas com os professores;
- Reservar, diariamente, um horário para estudar e cumprir, rigorosamente, sempre que possível. Em outras palavras, é importante ser autodisciplinado, organizado, comprometido, perseverante, ter responsabilidade e consciência de que é também gestor da aprendizagem;
- Quanto mais ideias são discutidas, mais significativa será a aprendizagem de todos. Então o estudante deve ler o que foi postado pelos colegas nos fóruns, e contribuir para enriquecer

a discussão, atentando-se aos erros gramaticais ou de digitação; além disso, evitar usar gírias, abreviações e/ou contrações de texto como, por exemplo “vc” (você), “qd” (quando), blz (beleza) etc;

- Aproveitar o tempo *offline* para pensar, ler e elaborar com clareza as respostas e realizar os trabalhos;
- Fazer esquemas após a leitura de cada texto, pois auxiliará na compreensão;
- Manter os contatos atualizados (e-mail e telefone), para que as equipes de apoio possam entrar em contato, quando necessário, entre outros.

Portanto, na educação a distância, exige-se uma nova concepção de ensino, como também metodológica e comportamental, tanto de docentes, como, principalmente, de estudantes.

8.3.6 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem

Na perspectiva contemporânea de educação, as tecnologias educacionais são dispositivos que fazem parte da rotina educacional. Dessa forma, a virtualidade poderá ser uma extensão da prática docente, fortalecendo assim, a dinamicidade e a instituição de uma cultura tecnológica.

As Tecnologias de Informação e Comunicação utilizadas nos cursos que ofertarão carga horária em EaD são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, sendo: ambiente virtual de aprendizagem (Moodle) e suas ferramentas; redes sociais (Facebook, Instagram e WhatsApp) e suas ferramentas; fóruns eletrônicos; blogs; chats; videoconferências ou videoaulas realizadas por meio do Microsoft Teams; aplicativos interligados ao Moodle e ao Microsoft Teams (Canva, Kahoot, Quizizz, Conceptboard, wooclap, entre outros), programas específicos de computadores (softwares); objetos de aprendizagem; conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos.

A acessibilidade é outro ponto importante, todo o conteúdo disponibilizado no site institucional permite acessibilidade comunicacional e digital compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos por meio de tradutor da língua de sinais, conversor de textos em Braille (quando necessário), possibilidade de ampliação das letras de textos para quem tem baixa visão, leitor de tela para uso do computador, etc.

Vale ressaltar que o AVA Moodle será disponibilizado no site institucional onde o aluno e o professor-tutor poderão acessar mediante login e senha.

Assim as tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino e de aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre professor-tutor e aluno, asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

8.3.7 O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O ambiente virtual de aprendizagem, conhecido como AVA, é uma ferramentas que com intuito de auxiliar a construção de cursos ou treinamentos com a utilização da web. Logo, essas ferramentas pretendem auxiliar o professor a gerenciar o conteúdo a ser disponibilizado aos alunos, bem como fomentar o controle de acessos e conteúdo de seus alunos ao sistema. O AVA é de suma importância para a construção do conhecimento do aluno mediante ao novo desafio proposto, maior colaboração entre aluno e professor, tornando assim o professor cada vez mais presente no processo de ensino e de aprendizagem junto ao aluno.

O AVA utilizado pela Faculdade FAMA será o Moodle - Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment, um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades online, em ambientes virtuais voltados para a aprendizagem colaborativa. Permite, de modo simplificado, a um estudante ou a um professor integrar-se, estudando ou lecionando, em um curso online à sua escolha. Seu foco é disponibilizar aos educadores as melhores ferramentas para gerenciar e promover a aprendizagem.

O Moodle pode ser acessado por diferentes dispositivos como tablets, celulares e computadores.

Abaixo está descrito algumas das diversas ferramentas inseridas no Moodle:

- CHAT - Permite a comunicação de modo síncrono entre alunos e professores.
- DIÁRIO - Permite a reflexão e comunicação entre aluno e professor de modo individual, possibilitando assim comentários, feedback de atividades e avaliações.
- QUESTIONÁRIO - Permite a realização de questionários pelo professor com período de disponibilidade pré-definido, feedback automático de respostas bem como

sistema de avaliação programável.

- TAREFA - Permite disponibilizar tarefas a serem realizadas de modo off-line, tais como: redações, relatórios, projetos, imagens etc.
- FORUM - Possibilita a comunicação assíncrona entre seus usuários.
- GLOSSÁRIO - Possibilita a inserção e exibição de palavras com seus respectivos dicionários.
- ENQUETE - Possibilita a criação de enquetes entre os usuários.
- PESQUISA DE AVALIAÇÃO - Possibilita a criação de uma pesquisa de avaliação.
- WIKI - Ferramenta que possibilita a criação de textos de forma colaborativa entre seus integrantes.

O Moodle apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre coordenadores, professores-tutores, equipe de suporte técnico (TI) e alunos, dando ênfase a ambientes cooperativos, pois estes permitem a implantação de várias estratégias pedagógicas utilizadas na construção de competências tais como a resolução de desafios, problemas e projetos propostos para um aluno ou para um grupo.

Possui capacidade para gerenciar recursos baseados em: processadores de texto; hipertextos (textos, dados e ilustrações), permitindo navegação no ambiente; multimídia (além de textos, dados, ilustrações, têm também áudio e vídeo). Todos estes recursos com muita interatividade via comunicação síncrona (em tempo real, ex: chat) e/ou assíncrona (fórum, e-mail), estabelecendo o chamado ambiente de aprendizagem (“learningware”).

O Moodle deverá ter capacidade para armazenar informações produzidas durante o curso pelos alunos e grupos de trabalho para que possam ser avaliados e possibilitar a avaliação do curso, e, ainda possibilitar ao aluno:

- Tecer comentários sobre uma solução apresentada;
- Interagir através da formação de grupos para desenvolvimento de projetos, ou até mesmo, para simples troca de informações entre colegas;
- Contribuir com os esclarecimentos e exposições do professor.

A aprendizagem é facilitada pelas colaborações e reflexões críticas dos participantes sobre diversos assuntos, com mediação dos professores-tutores, o que promove a interação e integração entre todos.

Sua interface é clara e simples, compatível com qualquer navegador da Internet, o que facilita seu uso, inclusive para as pessoas inexperientes ou com pouco conhecimento de tecnologias. Possibilita acessibilidade metodológica, instrumental e atitudinal uma vez que não há barreiras nos instrumentos, métodos e técnicas de estudo (escolar) e de trabalho (profissional) não propiciando preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Funcionalidades:

- Acesso restrito - Login e senha pessoal fornecido, individualmente, no início do curso;
- Módulos com conteúdo disponibilizado e distribuído;
- Ferramentas interativas e de comunicação – Fórum;
- Ferramentas de monitoramento - Recebimento de Trabalhos; pesquisas de opinião;
- Utilização controlada e gerenciamento de acesso - Relatório de atividades com dados apresentados graficamente e em formato de lista, gerenciando assim, o acesso e desempenho do aluno no AVA.

Vantagens:

- Flexibilidade do horário de estudo, de acordo com a disponibilidade de cada aluno, podendo adequar suas horas para estágios, estudo para as demais disciplinas, cursos extracurriculares, entre outras atividades;
- Possibilidade de acompanhamento do conteúdo a partir de qualquer lugar com acesso à Internet;
- Maior facilidade para entendimento do conteúdo, pois possibilita a sua revisão permanente e, também, como exercícios de avaliação da aprendizagem;
- Atendimento personalizado com a disponibilidade do professor para retirar dúvidas, por meio de fóruns de dúvidas.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem passa por avaliações periódicas realizadas pelo NDE, devidamente documentadas e que resultam em ações de melhoria contínua.

8.3.8 Ambientação em EaD na FAMA

No primeiro encontro das disciplinas EaD, conforme calendário de encontros, os alunos matriculados nessas disciplinas, receberão informações através das coordenações de cursos que irão apresentar o manual das disciplinas EAD com explicações sobre o acesso on-line do aluno no AVA Moodle e funcionamento das aulas EAD.

Esse processo tem como objetivo:

promover a adaptação ao processo de ensino- aprendizagem adotado nessas disciplinas; proporcionar um conhecimento maior sobre as novas tecnologias de informação e comunicação e a Educação a Distância (EaD);

conhecer as estratégias de aprendizagem utilizadas;

familiarizar-se com os recursos didáticos adotados nestas disciplinas, incluindo o uso do ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

O sucesso dessa ambientação dependerá da dedicação do aluno. Para isto, o aluno deve estudar os seguintes materiais disponíveis na página da FAMA através do portal online do aluno:

- Ler o manual das disciplinas EaD;
- Ler o manual do aluno.

Esta leitura prévia certamente facilitará a sua compreensão sobre a oferta das disciplinas EaD.

8.3.9 Material Didático-Pedagógico

O material didático descrito no PPC, disponibilizado aos discentes, elaborado ou validado pelo NDE permite desenvolver a formação definida no projeto pedagógico, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação, e apresenta linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores.

O processo de controle de produção de material didático está formalizado, atende à demanda e possui plano de contingência para a garantia de continuidade de funcionamento.

O material didático é trabalhado no AVA em formatos variados, liberados para estudo virtual ou download em forma de arquivo. É organizado de acordo com a metodologia do processo de ensino-aprendizagem do curso e visa auxiliar a construção do conhecimento significativo do aprendiz, o desenvolvimento das habilidades e competências específicas, o domínio do conhecimento e facilitar a mediação entre o estudante e o professor-tutor.

Neste sentido, considera-se material didático-pedagógico todo aquele que será utilizado nas situações de ensino-aprendizagem. Assim, será garantido pela FAMA:

- Apostila virtual da Disciplina;

- Textos de apoio;
- Leitura Complementar (artigos científicos e outros para leitura obrigatória)
- Links.

Portanto, o material didático produzido para o desenvolvimento de cada disciplina proposta buscará estimular o estudo e produção individual de cada aluno, não só na realização das atividades propostas, mas também na experimentação de práticas operativas centradas na compreensão e experimentações em relação à tecnologia digital.

8.3.10 Avaliação da Aprendizagem em EaD

A avaliação da aprendizagem do aluno é feita por disciplina, considerando-se os conteúdos ministrados, os objetivos de cada disciplina, as atividades acadêmicas, as habilidades desenvolvidas e as competências requeridas do aluno.

O desempenho acadêmico do aluno na modalidade EAD é acompanhado pelo professor-tutor através de um processo avaliativo contínuo, por meio do desenvolvimento de atividades a distância e avaliações presenciais. O aluno terá seus conhecimentos avaliados de duas formas:

- Avaliação contínua - deve ocorrer durante todo o processo e dessa forma, o professor pode utilizar dispositivos avaliativos no decorrer da disciplina, como formulários online, participação em fóruns de discussões, realização de atividades diversas online, trabalhos, entre outros.
- Avaliação presencial – prova (escrita e sem consulta).

Todos os procedimentos de acesso à prova na Instituição deverão seguir conforme as demais disciplinas presenciais da Faculdade.

8.3.11 Critérios de aprovação na disciplina EaD

O critério para aprovação da disciplina que adota a modalidade EaD será o mesmo critério para aprovação na disciplina que adota a modalidade presencial, respeitando o Regimento da Instituição. Ou seja, para o aluno ser aprovado sem a necessidade de exame final, deverá ter média semestral igual ou superior a sete pontos. Seguindo o Regimento da Instituição, o aluno que não obtiver média semestral igual ou superior a sete pontos, deverá realizar o exame final.

Caso o aluno após o exame final obtiver média igual ou superior a cinco pontos, será considerado aprovado na disciplina. Se obtiver média inferior a cinco, será considerado reprovado, devendo cumprir a disciplina em regime de dependência.

O regime de dependência do aluno que não for aprovado na disciplina que adota a modalidade EaD seguirá os critérios estabelecidos no Regimento da Instituição.

O exame final da disciplina na modalidade EaD seguirá os critérios do Regimento da Instituição, devendo, portanto, contemplar todo o conteúdo ministrado no semestre letivo.

O exame final será feito individualmente e sem consulta. O valor total do exame final será de 10,00 (dez) pontos.

8.3.12 Disciplinas EaD do curso de Ciências Contábeis

As disciplinas a serem ofertadas na modalidade semipresencial serão definidas pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE e explicitadas na matriz curricular com sua distribuição em disciplinas e carga horária por período letivo, demonstrando as cargas horárias presencial e EaD.

9 ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

9.1 Estágio Supervisionado e Prática Profissional

É inegável a importância dos estágios supervisionados para a formação profissional dos estudantes dos cursos superiores, contudo são também reconhecidas as dificuldades de implementá-los dentro de sua estrutura curricular e pedagógica. Os entraves da implantação em nível institucional configuram-se, fundamentalmente, no âmbito da perspectiva da integração triangular (aluno-escola-empresa), nas limitações da estrutura curricular, nas deficiências da infraestrutura da atividade, no pluralismo conceitual que o corpo docente constrói sobre os estágios (refletindo visões paradigmáticas diversificadas) e sobretudo, a disparidade verificada no âmbito das idealizações e perspectivas dos alunos sobre estágios e o produto final deles decorrente.

A formulação do projeto de estágio do curso de Ciências Contábeis, ainda que com peculiaridades trazem um fio condutor comum, que encara a profissão do contador do ponto de vista de sua complexidade, chamando a atenção para a necessidade de conhecer pressupostos teóricos de outras áreas e disciplinas que o ajudem a solucionar questões que

fogem do campo da razão instrumental e exigem uma compreensão mais complexa e sistêmica da realidade onde ele está inserido.

Deste ponto de vista ao não restringir o campo de ação do estágio, estes parâmetros normativos - políticos trazem o desafio de tratar o específico e o geral, o simples e o complexo de forma articulada, compreendendo a organização empresarial como um elemento que compõe e interage com a realidade social interferindo de formas diferenciadas na melhoria da qualidade de vida da sociedade. Este é um desafio permanente na vida do contador, que com certeza o estágio poderá se constituir numa primeira experiência de vivenciar tal contraditoriedade no exercício do seu papel social.

O estágio supervisionado é parte integrante do currículo pleno dos cursos de graduação e deverá ser cumprido pelo aluno para a integralização da carga horária total exigida. Como as demais disciplinas, sujeita-se às regras estabelecidas pela Faculdade Aldete Maria Alves.

De acordo com legislação vigente o aluno deverá cumprir no decorrer do curso 150 (cento e cinquenta) horas, divididas entre o 6º ao 8º semestres do curso, perfazendo um total de 75 (setenta e cinco) horas por semestre.

A Coordenação de Estágios da FAMA tem como objetivo sistematizar e monitorar o processo de Estágio Curricular obrigatório e não obrigatório, no âmbito dos Cursos de Graduação, atendendo às políticas e a legislação nacional de estágio.

O aluno terá a oportunidade de realizar estágios obrigatórios e/ou opcionais durante o curso, assim como o estágio supervisionado ao final do mesmo, por meio de convênios com indústrias e empresas, tendo a oportunidade de desenvolver seu senso de investigação científica por meio de projetos de pesquisa e extensão, os quais serão orientados por uma equipe de professores do curso.

O curso de graduação em Ciências Contábeis contempla duas formas de estágios:

9.1.1 Estágio Curricular

Que é constituído pelo Estágio Supervisionado, ofertado a partir do 5º semestre do curso e tem os objetivos de:

- a. promover a integração teórica-prática dos conhecimentos, habilidades e técnicas desenvolvidas no currículo;
- b. proporcionar situações de aprendizagem em que o estudante possa interagir com a realidade do trabalho, reconstruindo o conhecimento pela reflexão prática;

- c. complementar a formação profissional;
- d. desencadear práticas alternativas;
- e. atenuar o impacto da passagem da vida acadêmica para o mercado de trabalho;
- f. desenvolver e estimular as potencialidades individuais, proporcionando o surgimento de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão e processos inovadores e fomentar a iniciação científica à pesquisa e ao desenvolvimento da ciência e da prática contábil.

O Estágio Supervisionado em Ciências Contábeis na FAMA é uma atividade prática curricular componente da formação profissional, realizada em ambiente real de trabalho, sob a orientação da instituição na forma de um professor supervisor, envolvendo não só os aspectos humanos e técnicos da profissão, mas, também, o comprometimento social com o contexto do campo de estágio.

O estágio será realizado obrigatoriamente a partir da penúltima série do curso, podendo ser desenvolvido na comunidade, junto às empresas e instituições. Estão previstas, no mínimo, 300 horas para realização e 150 horas para supervisão e acompanhamento do Estágio Supervisionado.

O Regulamento de Estágios encontra-se em regulamento próprio.

9.1.2 Estágio Extra Curricular:

Existe a possibilidade de o aluno realizar Estágio Extra Curricular (não obrigatório), a partir do 5º semestre do curso, desde que o discente esteja apto a desenvolver no campo do Estágio, as habilidades e competências requeridas para esta atividade. Ressalta-se, além disso, em consonância com as diretrizes curriculares, que a adoção de postura ativa frente ao desconhecido constitui-se em um aspecto favorável ao processo ensino-aprendizagem.

9.2 Trabalho de Conclusão de Curso

A organização pedagógica também contempla a elaboração do Trabalho de Curso (TC).

O Trabalho de Curso será de caráter obrigatório para os alunos do curso de Ciências Contábeis e constitui pré-requisito para a colação de grau, terá caráter

eminente didático, como treino e iniciação à investigação científica, tendo como objetivo propiciar ao aluno:

- a) a oportunidade de demonstrar o grau de habilitação adquirido;
- b) o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica e à consulta de bibliografia especializada, e,
- c) o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica no campo da contabilidade.

Constitui-se no desenvolvimento de um trabalho científico do tipo artigo, individual, de livre escolha do aluno, desde que relacionado com as linhas de pesquisa do curso.

O Trabalho de Curso será desenvolvido conforme regulamento próprio.

9.3 Atividades Complementares

Entende-se por atividades complementares as atividades extracurriculares que contribuam para a formação integral do futuro Bacharel em Ciências Contábeis. Elas visam incrementar o histórico acadêmico com experiências realizadas além da sala de aula, que venham enriquecer o processo de ensino-aprendizagem com vistas às perspectivas socioeconômicas, técnicas e culturais da área profissional de contabilidade.

As Atividades Complementares têm como objetivo garantir ao estudante uma visão acadêmica e profissional mais abrangente. Constituem-se como componentes curriculares de formação acadêmica e profissional que complementam o perfil do profissional desejado.

São atividades de caráter obrigatório de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural, com a carga horária prevista na matriz curricular do curso.

Serão consideradas Atividades Complementares aquelas desenvolvidas pelo aluno no âmbito ou fora da Faculdade, a partir do ano do seu ingresso no curso até o final do período de integralização do curso. Os alunos devem cumprir 170 (cento e setenta) horas em atividades extracurriculares conforme a tabela abaixo.

Tabela 2 – Valores para as atividades complementares do Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Atividades Complementares	Carga horária individual	Carga horária máxima
Ensino	15 horas	80 horas
Pesquisa	15 horas	30 horas
Extensão	15 horas	60 horas
TOTAL		170 horas

9.4 Curricularização da Extensão

O processo de curricularização da extensão visa atender aos documentos nacionais que tratam das políticas para a Educação, a exemplo do Plano Nacional de Educação 2014-2024, da LDB 9.394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino superior e da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, além de documentos norteadores das práticas pedagógicas da FAMA.

Incorporar nos currículos a lógica da extensão apresenta-se como demanda necessária de atualização da matriz curricular existente do curso, garantindo que 10% (dez por cento) da carga horária total correspondam às ações de extensão (PNE, Meta 12.7). Na prática, pode-se dizer que é um espaço de diálogo e de atuação para garantir ao estudante uma relação mais aberta entre os campos dos saberes e conhecimentos disciplinares com as questões mais amplas que norteiam a realidade social e coletiva.

As atividades de extensão na FAMA seguem regulamento próprio e constituem aportes decisivos à formação do acadêmico, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas. Esses resultados possibilitam enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que permitem a reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da educação pública brasileira. Como preconizado na Constituição de 1988 e regulamentado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

A Extensão FAMA é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na FAMA:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

V - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

VI - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

VII - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

VIII - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

IX - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

X - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

XI - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

As atividades extensionistas se inserem nas seguintes modalidades:

- I - programas;
- II - projetos;
- III - cursos e oficinas;
- IV - eventos;
- V - prestação de serviços

O presente projeto pedagógico prevê o direcionamento de 10% da carga horária do curso de Ciências Contábeis da FAMA para programas de extensão, aos quais poderão estar vinculados a projetos (conjunto de ações estruturadas, com periodicidade e objetivos definidos) cujas ações serão efetivadas através de atividades disciplinares (diagnósticos/avaliações/levantamentos, extensão tecnológica, cursos, palestras, eventos, produção/publicação/produtos, outros).

Tais atividades serão propostas semestralmente, em disciplinas específicas, com carga horária prevista conforme a grade do curso, podendo ou não haver interdisciplinaridade. Neste caso, a carga horária será contabilizada entre os docentes das disciplinas envolvidas na ação.

Processos avaliativos poderão ser desenvolvidos nos programas/projetos executados. Tais atividades serão comprovadas através do registro das mesmas no diário de classe da(s) disciplina(s).

A extensão estará sujeita à contínua autoavaliação crítica, voltada para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa (iniciação científica), a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais, levada a efeito pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

9.5 Iniciação Científica

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Faculdade Aldete Maria Alves (PIBIC/FAMA) é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas de conhecimento. Voltado para o aluno de graduação, e servindo de incentivo à formação, privilegia a participação ativa de bons alunos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada e continuada. Os projetos culminam com um trabalho final avaliado e valorizado, fornecendo retorno imediato

ao bolsista, com vistas à continuidade de sua formação, de modo particular, na pós-graduação.

9.5.1 PIBIC-FAMA – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

O PIBIC/FAMA obterá anualmente, da Instituição Ituramense de Ensino Superior (IIES), uma quota de bolsas de iniciação científica que serão distribuídas de acordo com critérios de mérito acadêmico. O desenvolvimento do aluno bolsista será acompanhado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão da instituição (COPE/FAMA) através de relatórios semestrais e no Seminário Anual de Iniciação Científica da FAMA (SINC/FAMA) onde todos os bolsistas terão a obrigação de apresentar seus trabalhos.

9.5.2 PIC-FAMA – Programa de Iniciação Científica

A Iniciação Científica (IC) é um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação, potencialmente mais promissores, na pesquisa científica. É a possibilidade de colocar o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa.

Nesta perspectiva, a IC caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno.

O princípio é dirigido prioritariamente ao benefício dos alunos, que têm no programa a oportunidade de complementar sua formação acadêmica, aprimorando seu conhecimento e preparo para a vida profissional.

O programa envolve todos os alunos que desenvolvem atividades de IC na FAMA, sejam com bolsas concedidas por programas institucionais, bolsas de outras origens, ou ainda sem bolsas, desde que cumpram com os requisitos estabelecidos pela Instituição, via Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPE/FAMA).

Cabe à instituição, através da COPE/FAMA, conceder aos alunos que desenvolvem de forma satisfatória as atividades propostas, um certificado apropriado.

9.5.3 Objetivos do PIBIC e PIC/FAMA

São objetivos do PIC/FAMA:

- a. despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação;

- b. propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação;
- c. estimular uma maior articulação entre a graduação e a pós-graduação;
- d. contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- e. proporcionar ao aluno, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da FAMA será realizado por meio da atuação conjunta de quatro agentes: Coordenador de Curso, Núcleo Docente Estruturante - NDE, Colegiado de Curso e Comissão Própria de Avaliação – CPA.

A avaliação desse processo será realizada em reuniões do Colegiado de Curso, que além de averiguar a efetividade do disposto na proposta do curso, desenvolverá uma leitura alinhada do projeto em relação aos demais documentos institucionais, como PDI e PPI.

As atribuições de cada agente no processo são descritas a seguir:

• Coordenador de Curso

A gestão acadêmica e estratégica do curso de graduação é de responsabilidade do Coordenador de Curso. O Coordenador de Curso será designado pelo Diretor Geral da Faculdade, ouvida a Mantenedora..

De acordo com o Regimento Interno da FAMA são atribuições do Coordenador de Curso:

- I. dirigir e coordenar a implantação e execução do Projeto Pedagógico do Curso, em consonância com as deliberações dos órgãos colegiados e legislação pertinente;
- II. administrar, coordenar e supervisionar as atividades didático-pedagógicas do curso relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, promovendo a integração entre as mesmas, com o apoio da Direção Geral;
- III. representar o curso em atos públicos e nas relações com outras instituições acadêmicas, profissionais ou científicas;

- IV. elaborar relatórios administrativo-acadêmicos das atividades do curso e encaminhá-los ao Colegiado de Curso e à Direção Geral da Faculdade para conhecimento e/ou validação sempre que solicitado;
- V. integrar as atividades acadêmicas desenvolvidas no curso;
- VI. acompanhar o cumprimento das atividades didático-pedagógicas do corpo docente;
- VII. supervisionar a assiduidade e pontualidade do corpo docente;
- VIII. opinar sobre programas, projetos, convênios e outros acordos que envolvam o curso;
- IX. autorizar as publicações em quadros e murais de assuntos pertinentes ao âmbito do curso;
- X. analisar e propor encaminhamento sobre requerimentos acadêmicos oriundos da secretaria;
- XI. compor, semestralmente, o horário das unidades de estudo/curriculares, identificando a oferta de componentes curriculares, o número de vagas por turma e a alocação de professores;
- XII. convocar e presidir reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado de Curso;
- XIII. manter articulações permanentes com a Direção Geral e com as demais coordenações de curso da Faculdade;
- XIV. exercer o poder disciplinar no âmbito do curso;
- XV. dar atendimento pessoal aos estudantes e docentes que o necessitem, dando encaminhamento para providências;
- XVI. encaminhar propostas de alterações nos componentes curriculares do curso, aprovadas pelo Colegiado, ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE;
- XVII. decidir em assuntos privativos ao Colegiado de Curso e ad referendum deste, em caráter extraordinário e de urgência;
- XVIII. selecionar, com o apoio da Direção Geral, os profissionais do corpo docente do curso;
- XIX. incentivar a participação do corpo docente e discente nos processos de avaliação institucional promovidos pela CPA da Faculdade;
- XX. incentivar o NDE na atualização contínua do PPC, bem como sua articulação com o PDI;
- XXI. gerir outras atividades que lhe forem atribuídas pela Direção Geral da Faculdade;
- XXII. cumprir e fazer cumprir as determinações regimentais, normas internas e as deliberações dos órgãos da administração da Faculdade;
- XXIII. exercer as demais competências necessárias ao bom desempenho de suas funções.

- **Núcleo Docente Estruturante – NDE**

O Núcleo Docente Estruturante – NDE é o órgão consultivo e deliberativo, responsável pela concepção, implementação, consolidação, revisão, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico de cada Curso.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso, sendo que estes devem atender os seguintes critérios:

- ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós- graduação *stricto sensu*;
- ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
- assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

É necessário que o colegiado do curso assegure estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

A indicação dos representantes docentes é feita pelo Colegiado de Curso para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução.

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Os docentes que são designados para o NDE deverão ser contratados em regime de trabalho parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

A Presidência do NDE é exercida pela Coordenação do Curso.

Compete ao Presidente do Núcleo:

- a) Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b) Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c) Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- d) Promover a integração com os demais Colegiados e setores da instituição.

Caberá ao NDE auxiliar o Colegiado do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, na definição de estratégias, aplicação, supervisão, acompanhamento e avaliação contínua do Projeto Pedagógico. Neste contexto, são atribuições do NDE:

- a) elaborar o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, de acordo com as Diretrizes Curriculares do mesmo;
- b) planejar a implantação do Projeto Pedagógico e do próprio Curso;
- c) responsabilizar-se pela implantação do Projeto Pedagógico, respeitando sempre a legislação vigente, as normas internas da Faculdade e as tendências do mercado de trabalho, atualizando-o sempre que necessário;
- d) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso de Ciências Contábeis;
- e) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo do curso de Ciências Contábeis;
- f) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação em Ciências Contábeis, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento deste curso;
- g) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis;
- h) responsabilizar-se pelo processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso.

- **Colegiado de Curso**

O Colegiado de Curso é o órgão que tem por finalidade regimental acompanhar a implementação do projeto pedagógico, propor alterações das matrizes curriculares, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, sendo composto: pelo Coordenador de Curso, por todos os professores do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, e, por dois representantes discentes eleitos por seus pares, seguindo as determinações do Regimento Interno da FAMA. Além de ser o órgão de decisão maior na esfera do curso, assume também o papel de articulador da formação acadêmica, auxiliando a coordenação e NDE no acompanhamento da matriz curricular do curso. Além disso, precisa acompanhar e monitorar, juntamente com o NDE, o processo ensino-aprendizagem no intuito de adequar as orientações para que a formação prevista no PPC ocorra de forma plena, contribuindo para a inserção adequada do futuro profissional na sociedade e no mercado de trabalho. São competências do Colegiado de Curso:

- I. analisar e integrar as ementas e planos de ensino das disciplinas, compatibilizando-os ao Projeto Pedagógico;

- II. sugerir medidas para aperfeiçoar o perfil profissional de cada curso, em função de suas características profissionais e sociais;
- III. planejar a distribuição equitativa, ao longo do período letivo, dos trabalhos acadêmicos a serem exigidos dos alunos, nas várias disciplinas do curso, de acordo com o Calendário Acadêmico;
- IV. organizar e propor cursos extraordinários, seminários ou conferências julgadas necessárias ou úteis à formação profissional dos alunos;
- V. apresentar proposta de aquisição de material bibliográfico e de apoio didático-pedagógico;
- VI. zelar pela execução das atividades e dos planos de ensino das disciplinas que integram a matriz curricular;
- VII. propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão;
- VIII. exercer as demais funções previstas neste Regimento ou que lhe sejam delegadas.

- **Comissão Própria de Avaliação – CPA**

No que tange a Avaliação das Instituições de Educação Superior, a Portaria nº 2.051/04, que regulamenta o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, estabelece que cada instituição de ensino crie comissões próprias para realizar a auto avaliação desta instituição, neste sentido a Faculdade Aldete Maria Alves - FAMA, criou em 2004, através da Portaria 04/04 a Comissão Permanente de Avaliação – CPA FAMA, com o objetivo de realizar uma auto avaliação desta IES.

A CPA FAMA é composta por:

- I – 2 (dois) representantes do corpo docente, eleitos pelos seus pares e 2 (dois) suplentes;
- II – 2 (dois) representantes do corpo discente, eleitos pelos seus pares e 2 (dois) suplentes;
- III – 2 (dois) representantes de alunos egressos, indicados pelo Diretor Geral e 2 (dois) suplentes.
- IV – 2 (dois) representantes do corpo técnico-administrativo, eleitos pelos seus pares e 2 (dois) suplentes;
- V – 2 (dois) representantes da sociedade civil organizada, indicados pelo Diretor Geral e 2 (dois) suplentes.

Os membros da CPA terão mandatos de 02 (dois) anos, permitida a recondução pelo período de dois mandatos.

A presidência da CPA será exercida por um dos membros eleito pelos demais representantes da CPA.

São atribuições da CPA/FAMA:

- I - conduzir os processos de auto avaliação da FAMA;
- II - preparar o projeto de auto avaliação institucional a ser encaminhado à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES;
- III - determinar procedimentos de avaliação interna de cursos, áreas e da instituição, em consonância com as determinações da CONAES;
- IV - sistematizar, analisar e interpretar as informações do curso, da área ou da instituição, compondo assim uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais da instituição e identificando possíveis causas de problemas, bem como possibilidades e potencialidades;
- V - subdelegar competências no âmbito de cursos e áreas, para comissões setoriais, determinando prazos para o cumprimento dos objetivos estabelecidos e especificando a forma de composição, o prazo de mandato e a dinâmica de funcionamento;
- VI - dar ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades;
- VII - propor à direção ações que melhorem a qualidade das atividades acadêmicas, a serem encaminhadas às instâncias competentes;
- VIII - receber a Comissão Externa de Avaliação e prestar as informações solicitadas pela CONAES e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- IX - convocar professores e técnico-administrativos e convidar alunos, egressos e membros da comunidade externa para prestar informações, fornecer documentos e detalhar dados enviados;
- X - propor alterações nas competências da CPA/FAMA ao colegiado da Instituição;
- XI - enviar o relatório parcial e final de avaliação institucional para o MEC quando solicitado.

O caráter de diagnóstico e formativo da auto avaliação deve permitir a revisão das prioridades estabelecidas nos projetos e planos institucional (PDI, PPI e PPC) e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas.

Esta auto avaliação constitui-se em um estudo no intuito de identificar as fragilidades e potencialidades de cada uma das dimensões abaixo, assim como propor as melhorias necessárias.

Dimensões analisadas no processo de auto avaliação:

Dimensão 1: A missão e o plano de desenvolvimento institucional;

Dimensão 2: A política para o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização;

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição;

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade;

Dimensão 5: As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição;

Dimensão 7: Infraestrutura física;

Dimensão 8: Planejamento e avaliação;

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes;

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira.

Dimensão 11: A avaliação de cursos e avaliação de desempenho dos estudantes e sua influência nas ações institucionais.

A partir do disposto na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº. 065/2014 e sua divisão do processo de autoavaliação em triênios, a CPA – FAMA adequou sua avaliação com base na nova organização das dimensões em torno dos 5 eixos, dividindo-os, também, dentro dos triênios.

ANO 1	
Eixo	Dimensão SINAES
Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal
	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
ANO 2	
Eixo	Dimensão SINAES
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
	Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
ANO 3	
Eixo	Dimensão SINAES
Eixo 1: Planejamento e Avaliação	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
	Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física

No âmbito Institucional, a auto avaliação é aplicada como processo contínuo com o qual a Instituição adquire conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades, para melhorar a qualidade dos cursos de graduação e alcançar maior relevância social.

A auto avaliação realizada na FAMA através da CPA tem como objetivo possibilitar que os resultados obtidos forneçam os subsídios necessários à reflexão e revisão de políticas, programas e projetos pedagógicos que favoreçam os processos de gestão em todas as instâncias.

A fim de atingir o objetivo proposto é necessário:

Avaliação da Faculdade

- Apontar aspectos frágeis e fortes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); da comunicação social da IES; das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo; da organização e gestão da instituição; do planejamento da Auto avaliação e meta-avaliação; as políticas de atendimento aos estudantes; a sustentabilidade financeira da IES, traçando um perfil da FAMA.

Avaliação das Políticas Pedagógicas

- Verificar a relação das práticas pedagógicas com a Missão e com o Plano de Desenvolvimento Institucional da FAMA; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e a responsabilidade social da instituição.

Avaliação do Discente

- Detectar evidências que permitirão nortear procedimentos para a tomada de decisões visando a aperfeiçoar: a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como a qualidade do atendimento aos alunos e egressos.

Avaliação do Docente

- Identificar aspectos que evidenciem a competência e o desempenho do docente nas suas diversas atribuições no processo ensino-aprendizagem.

Avaliação da Infraestrutura

- Verificar se as condições da infraestrutura e serviços disponíveis nas unidades, na biblioteca, no laboratório de informática e no núcleo de práticas.

Avaliação da Intervenção Social

- Coletar dados acerca da intervenção social da FAMA no que se refere aos projetos desenvolvidos e serviços prestados que resultam na melhoria da qualidade de vida da comunidade externa, seja do ponto de vista econômico, social, ambiental, cultural ou artístico.

A metodologia adotada no processo de avaliação é essencialmente qualitativa. Todavia, buscar-se-á a conjugação dos benefícios desta com os da abordagem quantitativa e a pesquisa documental, por intermédio da consulta e análise de dados secundários existentes na FAMA.

Para obtenção dos resultados necessários através da consulta à comunidade acadêmica, são utilizados questionários previamente elaborados pela CPA tomando como referência os 5 eixos explicitados anteriormente e buscando atender os objetivos da avaliação institucional.

No primeiro semestre de cada ano, são aplicados os questionários de autoavaliação do aluno e verificação do desempenho docente. No segundo semestre, os questionários referente ao Eixo previsto para aquele ano e, novamente, os questionários de autoavaliação do aluno e verificação do desempenho docente.

Os questionários de autoavaliação do aluno e verificação do desempenho docente são aplicados nos dois semestres, pois seus resultados são importante ferramenta para a construção do processo pedagógico de cada curso.

Para a aplicação dos instrumentos de avaliação, a CPA tem adotado a utilização de um sistema on-line de aplicação de questionários, via utilização de formulários eletrônicos. Os resultados das avaliações têm sido analisados com o auxílio de ferramentas computacionais e procedimentos estatísticos. O sistema on-line foi desenvolvido pela TOTVS, e configurado pelo setor de informática da FAMA, refletindo as reais necessidades e particularidades da instituição.

É pacífico desde outros períodos de avaliação que os acessos ao sistema on-line de preenchimento dos questionários ocorram sem identificação dos respondentes, acreditando que esse procedimento contribui com o nível de fidedignidade das respostas dos atores envolvidos.

Geralmente os alunos são orientados a utilizar os laboratórios de informática da FAMA, porém, por tratar-se de um sistema via internet, é possível a participação dos mesmos a partir de outros pontos de acesso à Web, até mesmo de seus computadores pessoais e celulares, dentro da própria instituição, já que esta conta com serviço de internet livre e gratuita.

Todo esse processo é otimizado pela sensibilização constante a respeito da importância da autoavaliação, trabalho realizado através das mídias sociais, envio de e-mail a alunos e professores, incentivo dos coordenadores de curso junto à representantes de turma e acadêmicos em geral, folders, mensagens telefônicas, além da presença da CPA durante as semanas acadêmicas dos cursos.

Todos os resultados obtidos na coleta de dados, são encaminhados aos agentes interessados, amplamente divulgados à comunidade acadêmica, através de estratégias locais e virtuais.

Objetivando expressar o resultado das discussões, de análise e interpretação dos dados advindos do processo de auto avaliação da FAMA, a Comissão própria de Avaliação – CPA elabora anualmente o **Relatório Parcial ou Final de Atividades de Auto Avaliação da FAMA**, conforme o disposto no item 4 da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº. 065/2014.

A partir da análise das fragilidades e potencialidades explicitadas no Relatório de Atividades de Auto Avaliação da FAMA, a CPA/FAMA, juntamente com a Direção da FAMA e da Instituição Ituramense de Ensino Superior – INSTITUES, mantenedora da Faculdade Aldete Maria Alves, elabora o **Plano Anual de Ações**. Este plano tem como objetivo nortear a implantação das ações propostas pela CPA FAMA, visando sanar as fragilidades diagnosticadas, assim como analisar a sua viabilidade.

Ao final de cada ano o Plano Anual de Ações - FAMA/CPA é avaliado. O resultado desta avaliação é explicitado através do **Relatório de Acompanhamento do Plano Anual de Ações – FAMA/CPA**.

Com esta metodologia a INSTITUES, a FAMA e sua CPA objetivam contemplar todo o processo de avaliação, ou seja:

- avaliar (Auto avaliação CPA)
- demonstrar resultados e propor soluções (Relatório Parcial ou Final de Atividades de Auto Avaliação da FAMA)

- discutir resultado e soluções e propor prazos para atender as soluções (Plano Anual de Ações)
- verificar o cumprimento das mesmas (Relatório de Acompanhamento do Plano Anual de Ações – FAMA/CPA.)

Este processo de auto avaliação é desenvolvido com a participação dos segmentos docentes, técnico-administrativos, estudantes, dirigentes e representantes da sociedade, sob a coordenação da CPA.

**MATRIZ DE INFORMAÇÕES PARA O PROCESSO DE AUTO- AVALIAÇÃO
CPA-FAMA**

Dimensão	Temas	Documentos e Dados	Indicadores	Fonte dos Dados
1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Finalidades, objetivos e compromissos da FAMA, explicitadas em documentos oficiais • concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades. • características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida. • articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Institucional. • Projeto Pedagógico Institucional. • Projeto Pedagógico dos Cursos. • Efetiva utilização do PDI como referência dos programas e projetos desenvolvidos pela FAMA. • Avaliação e atualização do PDI (realização de seminários, reuniões, consultas). • Descrição do perfil de egressos (conhecimentos e competências adquiridas durante a sua permanência na FAMA). • Descrição do perfil de ingressantes: com base nas demandas regionais e nacionais. 		PDI PPI Pesquisa do Perfil dos Ingressantes
2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades A. ENSINO	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área. • Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento. • Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, 	<ul style="list-style-type: none"> • Currículos e programas de estudos. • Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo. • Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES. • Sistematização das atividades de extensão. • Acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão • Grupos de trabalho, bolsas outorgadas, estímulos à pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de atividades científicas. • Indicadores de atuação profissional dos egressos. • Indicador de publicações. 	Relatórios PIC/PIBIC Avaliação com egressos Programa de Bolsas Programa de Estágio

Dimensão	Temas	Documentos e Dados	Indicadores	Fonte dos Dados
	<p>econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino. 	<ul style="list-style-type: none"> • Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações. 		
B. PESQUISA	<ul style="list-style-type: none"> • Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional. • Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores • Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas. • Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos. 			Coordenador de Cursos de Pós-Graduação PIC/PIBIC
C. EXTENSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI. • Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social. • Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação. 			PDI Coordenações de Curso
D. PÓS-GRADUAÇÃO (<i>lato sensu</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação <i>lato sensu</i>. • Política de melhoria da qualidade da pós-graduação. • Integração entre graduação e pós-graduação 			Coordenação de Pós-graduação
3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Transferência de conhecimento e importância social das ações da FAMA e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais. • Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis. • Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios que a instituição utiliza para a abertura de cursos e ampliação de vagas. • Contribuição da instituição na criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural. • Caracterização e pertinência das atividades da IES nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras. 		PDI Sistema de Quotas no Vestibular Convênios e Contratos Programa de Alfabetização de adultos Faculdade da melhor idade Programa de bolsas Programa de Monitoria Intérprete Libras

Dimensão	Temas	Documentos e Dados	Indicadores	Fonte dos Dados
		<ul style="list-style-type: none"> Dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida. Lista de estudantes, docentes e técnicos-administrativos portadores de necessidades especiais e das estratégias pedagógico-didáticas empregadas. Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações. 		
4 – A comunicação com a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa. Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social. 	<ul style="list-style-type: none"> Meios e canais de comunicação utilizados para publicizar as atividades da instituição na comunidade externa. Regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos. Boletim Informativo e jornais para divulgação interna, página da <i>web</i> de divulgação e análises sobre sua eficácia. Manual do discente Questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da instituição avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição. Questionários para os estudantes, docentes e técnico-administrativos indagando e avaliando as estratégias mais eficazes e os problemas na circulação das informações. Procedimentos de recepção de sugestões e procedimentos de resposta. 		Boletim Informativo Vestibular Questionário auto avaliação CPA Manual do aluno
5 – As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	<p>Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.</p> <ul style="list-style-type: none"> Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos. Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e 	<p>A - DOCENTES</p> <ul style="list-style-type: none"> Nº de docentes em tempo integral, parcial (horistas). Nº de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho. Experiência profissional na docência superior. Experiência profissional fora do ensino superior. Formação didático-pedagógica. 	<p>A-DOCENTES</p> <ul style="list-style-type: none"> Produção acadêmica/docentes. Aluno tempo integral/professor. Grau de envolvimento com pós-graduação. Grau de envolvimento 	Resoluções dos Conselhos Superiores Avaliação dos Docentes pelos Docentes

Dimensão	Temas	Documentos e Dados	Indicadores	Fonte dos Dados
	profissional.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de publicações por docente. Critérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira. Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho. Pesquisas e/ou estudos sobre docentes com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos. <p>B. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> N.º de funcionários técnico-administrativos. Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos. Envolvimento de funcionários técnico-administrativos com pesquisa e extensão. Experiência profissional. Critérios de ingresso na instituição. Critérios de progressão na carreira. Políticas de capacitação. Avaliações de desempenho. Pesquisas e/ou estudos sobre a satisfação dos funcionários com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos. 	<p>com pesquisa.</p> <ul style="list-style-type: none"> Grau de envolvimento com extensão. <p>B. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo 	<p>Auto avaliação da atuação dos servidores técnico-administrativos</p> <p>Resoluções dos Conselhos Superiores</p>
6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	<ul style="list-style-type: none"> Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real. Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados. Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas. Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções. Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática). 	<ul style="list-style-type: none"> Atas dos órgãos colegiados. Regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos da instituição. Funcionamento do sistema de registro acadêmico. Funcionamento do sistema e recursos de informação. Mecanismos de controle de normas acadêmicas. Organogramas. 		<p>Composição dos Conselhos e órgãos colegiados</p>
7 – Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> Adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Políticas institucionais de conservação, atualização, segu- 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de salas de aula. N.º de instalações administrativas. N.º e condições das salas de docentes. N.º e condições das salas de reuniões. N.º e condições das instalações sanitárias. Existência de áreas de convi- 		<p>Estatísticas do MEC</p> <p>Auto avaliação da CPA</p>

Dimensão	Temas	Documentos e Dados	Indicadores	Fonte dos Dados
	<p>rança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins.</p> <ul style="list-style-type: none"> Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. 	<p>vência.</p> <ul style="list-style-type: none"> Acessos para portadores de necessidades especiais. N.º de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo). Acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais. N.º de livros, periódicos e títulos em geral. Condições de laboratórios de informática. N.º de equipamentos informáticos e condições de uso e acesso pelos estudantes. Questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos informáticos. 		
8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional	<ul style="list-style-type: none"> Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos. Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas. 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Pedagógico Institucional Projeto Pedagógico dos cursos Relatórios parciais de auto avaliação. Relatório final de auto avaliação. Ações decorrentes das conclusões da auto avaliação. Nº de eventos e seminários de difusão dos processos de auto avaliação. 	Colegiados de cursos	
9 – Políticas de atendimento aos estudantes e egressos	<ul style="list-style-type: none"> Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social. Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional. Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas. <p>EGRESSOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada. Participação dos egressos na 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos. Dados sobre a ocupação dos egressos. Evidências de atividades de formação continuada para os egressos. N.º de Candidatos. N.º de Ingressantes. N.º de Estudantes matriculados por curso. N.º de Estudantes com bolsas. N.º médio de estudantes por turma. N.º de bolsas e estímulos concedidos. N.º de eventos realizados. N.º de participações em eventos. 	Tempo médio de conclusão do curso.	Acompanhamento com egressos via site e oferta de estudo continuados através da pós-graduação. Programa de acompanhamento de egressos

Dimensão	Temas	Documentos e Dados	Indicadores	Fonte dos Dados
	vida da Instituição.			
10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos. • Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Planilha de contratação de pessoal docente. • Planilha de contratação de pessoal técnico-administrativo. • Planilha financeira que compõe o PDI. • Tabela de cursos oferecidos pela IES. • Folhas de pagamento dos docentes e dos técnico-administrativos (últimos 6 meses). • Planilha de liberação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos. • Planilha de liberação de verbas para auxílio de custo para participação em eventos pelos discentes. • Planilha de gastos com multas (trabalhistas e outras). 	<ul style="list-style-type: none"> • Relação orçamento/gastos (semestral e anual). • Relação ingressantes/concluintes. • Relação docentes em capacitação/docentes capacitados (em nível de pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado). • Relação dos técnicos-administrativos em capacitação/capacitados (em nível de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado). 	Setor financeiro
11- A avaliação de cursos e avaliação de desempenho dos estudantes e sua influência nas ações institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados obtidos pela FAMA na avaliação de cursos (ACGMEC_INEP) e avaliação de desempenho dos estudantes (ENADE) • Influência nas ações institucionais, assim como as ações que estão sendo implantadas em decorrência dos resultados da CPA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação dos docentes e coordenação de curso • Projetos pedagógicos em sintonia com o PDI e PPI. • Atividades de nivelamento e atividades de pesquisas e extensão. • Incentivo na publicação de artigos científicos devidamente orientados por docentes da IES. • Oferecimento de Monitoria como forma de apoio aos alunos com defasagem de aprendizagem. • Constituição do NDE enquanto órgão de apoio à implantação, desenvolvimento e avaliação dos PPCs 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de curso de Graduação (ACG) • Índice geral de cursos (IGC) • Avaliação de desempenho dos estudantes (ENADE) 	INEP E-MEC

10.1 Implantação do processo de acompanhamento do projeto pedagógico

O processo de acompanhamento do Projeto Pedagógico privilegia o enfoque no desenvolvimento de competências, traduzido nos conteúdos, habilidades e atitudes desenvolvidos por discentes.

A partir de então, se propõe a implantação de processo de avaliação continuada do projeto pedagógico, a partir do estabelecimento de dois importantes objetivos, ou seja: o perfil final a ser atingido na conclusão do curso, no 8º semestre, e o perfil intermediário a ser atingido até a 4º semestre do curso. Propõem-se as adoções de acompanhamento pedagógico de discentes com o intuito de permitir a assistência e a demonstração de resultados alcançados ao longo do curso, os quais irão indicar a competência do profissional graduado na FAMA.

A implantação de um processo de avaliação continuada no projeto do curso tem como objetivo principal monitorar a capacitação profissional de discentes e docentes. Quanto aos discentes, a preocupação é com a formação continuada, para que estejam sintonizados e capacitados para a atuação profissional, com ênfase no pluralismo teórico-prático-metodológico, com senso crítico frente aos problemas atuais e com a responsabilidade ética e social que requer a profissão de contador. Quanto aos docentes, tem-se a preocupação com o processo permanente de atualização para um melhor desempenho em relação às exigências da formação de contadores, e para o cumprimento das atividades de docência em face ao aperfeiçoamento dos recursos científicos e tecnológicos.

Ações de nivelamento: Inicialmente, o Coordenador de Curso e Colegiado do Curso, irão monitorar alunos ingressantes com a aplicação do programa de nivelamento, que se concretizará através de 03 fases: **Fase da triagem:** A fase de triagem dos ingressantes com necessidades de nivelamento e diagnóstico destas necessidades se iniciará na primeira semana de aula do primeiro semestre letivo e se estenderá até o final do primeiro mês do ano letivo. São de responsabilidade do Coordenador de Curso o planejamento e a coordenação das ações que conduzam à triagem dos ingressantes e ao diagnóstico de suas necessidades. Os trabalhos de triagem e diagnóstico ocorrerão de forma concomitante às aulas previstas para o período; **Fase de Planejamento Coordenado de ações de nivelamento:** Na fase de planejamento, os Coordenadores de Curso se reunirão e planejarão de forma conjunta, visando à racionalização de ações, o nivelamento na Faculdade como um todo. As ações serão programadas para ocorrerem no primeiro e/ou no segundo semestre do primeiro ano letivo. Exemplo destas ações é o oferecimento de componentes, oficinas, cursos, tutoriais, estudos dirigidos entre outras, e, **Fase de execução das ações de nivelamento:** Na fase de execução das ações de nivelamento, os alunos deverão participar das atividades planejadas. Independentemente da modalidade da ação de nivelamento prevista, os alunos participantes serão avaliados quanto ao seu aprendizado.

Acompanhamento dos objetivos de cada disciplina: No decorrer do processo, será consolidada de forma gradual e contínua a observação do desenvolvimento dos alunos a fim de garantir uma execução plena do Projeto Pedagógico. Assim, instrumentos de avaliação interdisciplinar serão continuamente empregados dentro dos componentes curriculares, devendo estar embasados em princípios e apoiados em recursos que permitam não só acompanhar e avaliar a evolução do aluno, mas também, a eficácia das metodologias e adequação das atividades de ensino-aprendizagem que estão sendo empregadas.

Na execução de cada etapa, a partir dos objetivos definidos nas ementas, os componentes curriculares abordarão os conteúdos com coerência e com enfoque necessário, desenvolvendo atividades e empregando metodologias de ensino/aprendizagem que facilitem e contribuam para o desenvolvimento das competências e habilidades propostas. Deste modo, quando são adotadas etapas de formação e perfis, intermediário e final, a serem atingidos pelos alunos, o raciocínio é trabalhar com objetivos escalonados e de curto prazo, que uma vez atingidos garantirão os objetivos finais.

O grupo de professores de cada etapa é responsável por definir quais habilidades e competências, estabelecidas no perfil final, deverão ser desmembradas e inseridas nos componentes sob sua responsabilidade, para serem exercitadas e exploradas nessas atividades de caráter interdisciplinar, as quais serão desenvolvidas ao longo do semestre de fechamento de cada etapa. A avaliação e a análise dos resultados dessas atividades servirão como instrumento de verificação de habilidades e competências para o grupo de alunos, buscando evidenciar a assertividade do projeto com relação ao desenvolvimento do perfil de formação. Ainda, com o objetivo de analisar e diagnosticar o sistema implantado será aplicado um momento de avaliação ao término do grupo de conteúdos que compõem cada perfil. O resultado dessa avaliação será utilizado para possíveis correções no processo e como suporte na reorientação do aluno.

Os critérios de verificação no processo e no perfil do discente, no momento de mudança de etapa, têm os objetivos de: definir ações a serem executadas no início da etapa seguinte, que compensem ou corrijam desvios de perfil percebidos no grupo de alunos, e, definir ações a serem executadas na etapa anterior para evitar que os desvios, percebidos no grupo atual, não aconteçam com etapas futuras.

Ao concluir o final do curso o contador estará ingressando no mercado de trabalho, e sua atuação profissional deverá ser mais um mecanismo de auxílio na orientação da condução do projeto pedagógico. O relato de sua evolução, dificuldades e facilidades

encontradas, empregabilidade, adaptação e crescimento profissional, contribuirão para redirecionamentos em qualquer etapa do Projeto Pedagógico do curso. Para isto, será fomentada a manutenção do vínculo do egresso com a Faculdade, com a promoção de pesquisa com ex-alunos, com o objetivo de colher informações que possam vir a contribuir com o aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico. O alcance dos objetivos pelos componentes/conteúdos curriculares será a indicação de que os alunos estão caminhando em direção aos perfis propostos, e que, efetivamente, o projeto está sendo executado dentro do esperado.

Outro dado importante será a identificação de que as habilidades e competências desempenhadas pelo discente nos estágios, não obrigatório e obrigatório, estão dentro do esperado. Se os mesmos estão desenvolvendo metodologias de trabalho ou de técnicas, através da execução ou acompanhamento de serviços ou projetos inerentes à contabilidade, visando monitorar a formação profissional do aluno e, aprimorar continuamente o Projeto Pedagógico do Curso.

Para o caso do estágio obrigatório, faz-se necessário o contato permanente do orientador de estágio com o supervisor na empresa e o coordenador de curso, no sentido de avaliar o aluno, durante a realização e ao término do período de estágio, utilizando os critérios estabelecidos no formulário padrão, denominado relatório de avaliação mensal de estágio.

Para o caso do estágio não obrigatório, o contato do coordenador do curso com o responsável na empresa ou instituição cedente, também tem o intuito de avaliar o aluno, durante a realização e ao término do período de estágio.

Todos esses dados, depois de formatados, servirão para avaliar a receptividade do mercado de trabalho com nosso aluno, o desempenho teórico-prático do futuro profissional e as ações necessárias para retroalimentar o Projeto Pedagógico, quanto aos conteúdos, habilidades e competências trabalhados no Curso.

As definições e processos relativos ao estágio supervisionado estão definidos no Regulamento de Estágios (Anexo ao Projeto Pedagógico do Curso).

Desta forma, o Projeto Pedagógico se apresenta como um processo dinâmico, podendo a qualquer momento sofrer interferência, correções ou atualizações, em virtude de possíveis falhas detectadas, por determinação Institucional, por necessidade do mercado de trabalho ou por alterações nas diretrizes curriculares do MEC.

No processo de avaliação do projeto do curso, Coordenador de Curso, Núcleo Docente Estruturante – NDE, Colegiado de Curso e a Comissão Própria de Avaliação - CPA assumem papéis relevantes. Entretanto, no processo de avaliação continuada do projeto pedagógico, remete-se ao Coordenador de Curso e ao Colegiado de Curso, a responsabilidade por:

- a. reunir e definir com o grupo de professores de cada etapa e demais agentes do processo, a composição de habilidades e competências para o perfil intermediário;
- b. planejar e aplicar atividades de caráter interdisciplinar que permitirão avaliar os alunos de forma ampla, buscando evidenciar a assertividade do projeto com relação ao desenvolvimento dos perfis de formação;
- c. analisar e diagnosticar sistematicamente o sistema implantado;
- d. promover correções no processo e dar suporte na reorientação do aluno;
- e. estabelecer critérios de verificação contínua no processo e nos perfis dos discentes, no momento de mudança de etapas;
- f. definir ações a serem executadas na etapa anterior para evitar que os desvios percebidos no grupo atual não aconteçam com etapas futuras;
- g. definir ações a serem executadas no início da etapa seguinte, que compensem ou corrijam desvios de perfil percebidos no grupo de alunos;
- h. propor e acompanhar a aplicação de pesquisa com alunos egressos, com o objetivo de colher informações que possam vir a contribuir com o aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico;
- i. analisar e monitorar a execução do projeto pedagógico;
- j. analisar e monitorar se os alunos estão caminhando em direção aos perfis propostos.

11. MECANISMOS DE NIVELAMENTO

O nivelamento na instituição se concretizará através de 03 fases:

I. Fase da triagem: A fase de triagem dos ingressantes com necessidades de nivelamento e diagnóstico destas necessidades se iniciará na primeira semana de aula do primeiro semestre letivo e se estenderá até o final do primeiro mês do ano letivo.

Compete ao Coordenador de Curso o planejamento e a coordenação das ações que conduzam à triagem dos ingressantes e ao diagnóstico de suas necessidades no(s)

curso(s) que coordena. Os trabalhos de triagem e diagnóstico ocorrerão de forma concomitante às aulas previstas para o período.

II. Fase de Planejamento Coordenado de ações de nivelamento: Na fase de planejamento, os Colegiados de Curso se reunirão, e planejarão de forma conjunta, visando a racionalização de ações, o nivelamento na Faculdade como um todo.

As ações serão programadas para ocorrerem no primeiro e/ou no segundo semestre do primeiro ano letivo. Exemplo destas ações é o oferecimento de componentes, oficinas, cursos, tutoriais, estudos dirigidos entre outras.

III. Fase de execução das ações de nivelamento: Na fase de execução das ações de nivelamento, os alunos deverão participar das atividades planejadas. Independentemente da modalidade da ação de nivelamento prevista, os alunos participantes serão avaliados quanto ao seu aprendizado.

12 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

12.1 Conceito de Avaliação

A avaliação consiste em fazer um julgamento sobre resultados, comparando o que foi obtido com o que se pretendia alcançar. A avaliação do rendimento escolar envolve um processo circular que começa e termina com os objetivos educacionais. Se tais objetivos foram adequadamente descritos e propostos, o resultado apresentará condutas que serão apreciadas por quem for responsável pela direção do processo educativo (Enciclopédia Mirador, 1987, v.7, p.3642).

Conforme Freitas (2003, p.257) “avaliar é dar valor”. Aurélio de Holanda Ferreira (1973) lista outros significados: “apreciar o merecimento de”, “determinar o valor ou valia de”. Assim, quando se avalia qualquer coisa, está se determinando o valor, atribuindo a ela um “merecimento positivo ou negativo”, já que a valoração pode ocorrer desses dois modos: Positiva ou negativamente.

Na avaliação do rendimento escolar observa-se a dicotomia entre avaliação dos conteúdos absorvidos e avaliação formativa. A primeira está relacionada ao aprendizado dos conteúdos reproduzidos, os denominados cognitivos e a segunda está relacionada ao interesse, participação, assiduidade, pontualidade e outros itens considerados não cognitivos.

Ainda há que se considerar mais um tipo de Avaliação, a que foi chamada por Pedro Demo (2001 p.45) de “avaliação política que está relacionada com a formação, a cidadania, a aplicação do conteúdo aprendido na vida cotidiana.”

A Avaliação cognitiva ou qualitativa é realizada mediante a reprodução do conhecimento apreendido, por parte do aluno, varias formas dentre as quais, arguições informais, provas, práticas, provas escritas, testes, trabalhos escritos e ou orais etc.

A Avaliação formativa é realizada por meio da discussão nos Conselhos de Classe, com a participação do aluno.

A Avaliação política é a mais difícil de ser mensurada, pois só poderá ser desenvolvida, com a observação atenta do Professor sobre cada aluno no decorrer do processo ensino/aprendizagem e discutida pelo corpo docente periodicamente.

Este tipo de Avaliação transcende a ideia de avaliar apenas o aproveitamento escolar e permite obter indícios para as necessárias reformulações do processo ensino/aprendizagem e consequentemente do plano de ensino por parte do corpo docente.

José Leão M. Falcão Filho, Professor da PUC-MG em seu artigo intitulado: Avaliação, Classificação e Frequência na nova LDB explica que: “o Conselho Nacional de Educação, através do parecer nº5/97 da lavra do eminente conselheiro Ulysses de Oliveira Panisset, quando tratou da avaliação da aprendizagem foi claro: “A verificação do rendimento escolar permanece, como nem poderia deixar de ser sob a responsabilidade da escola por instrumentos previstos no regimento escolar e observadas as diretrizes da lei, que incluem: avaliação contínua e cumulativa, prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do ano sobre de provas ou exames finais, quando adotados”.

A lei, ao estabelecer a necessidade de uma relação entre aspectos quantitativos e qualitativos. Com a prevalência dos últimos em relação aos primeiros nos processos de Avaliação (letra”a”do inciso v do art.24), na nossa interpretação, está lembrando que a avaliação das atividades discentes devem contemplar múltiplas formas e procedimentos. Não poderia ser de outra forma, pois como sabemos são múltiplas as formas através das quais os seres humanos, cada um na sua particularidade, aprendem e demonstram que aprenderam, porque são infinitos os caminhos que os mesmos utilizam para se apossarem do saber, provavelmente são tantos, quantos são as seres humanos.

Os mecanismos de avaliações serão efetivados através das diversas formas usuais de verificação, que contenham resolução de problemas e/ou questões dissertativas. Os

Docentes poderão adotar formas de avaliação suplementares, tais como: debates, seminários, pesquisas doutrinárias e jurisprudências, produção de textos dissertativos que deverão ser elaborados e apresentados, respeitando-se as regras da ABNT. Os colegiados de Curso definirão no início de cada ano letivo, calendário para aplicação das provas obrigatórias bimestrais; além de realizar reuniões pedagógicas com os docentes das respectivas séries, após as avaliações obrigatórias bimestrais, a fim de acompanhar o desempenho do acadêmico, nos diversos componentes das séries”.

Durante o desenvolvimento do currículo e do projeto pedagógico, diferentes níveis de avaliação poderão ser considerados:

12.1.1 Processo de Avaliação em Nível por Componente Curricular

Professores e alunos, sistematicamente e dentro do processo de Avaliação Institucional, responderão ao instrumento avaliativo objetivando diagnosticar, avaliar institucionalmente e pedagogicamente a programação de ensino, os procedimentos metodológicos utilizados, as bibliografias adotadas, para aperfeiçoar e retroalimentar de maneira qualitativa o processo de ensino-aprendizagem. O espaço mais apropriado para essa avaliação é a sala de aula, em qualquer período de desenvolvimento do componente. Os resultados deste processo oferecerão subsídios para análise nos níveis subsequentes e propondo novas ações educativas.

12.1.2 Avaliação da Organização Vertical dos Componentes Curriculares

Nesse nível é fundamental a análise da pertinência da organização vertical dos componentes, podendo ser realizadas antes do ano letivo (por parte dos professores) e no final (envolvendo os alunos), com objetivo de promover as devidas adequações e adaptações para garantir a unicidade ou organicidade do currículo. Esta avaliação deve ser realizada periodicamente pelo Núcleo Docente Estruturante.

12.1.3 Avaliação em Nível Global do Currículo

A avaliação poderá ser efetuada pelo Colegiado de Curso. Dessa avaliação poderão surgir sugestões para reajustes necessários ao aperfeiçoamento do currículo.

Os instrumentos a serem utilizados em qualquer um dos níveis propostos, serão definidos e elaborados em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação da FAMA e devem fazer parte integrante do processo de avaliação institucional.

12.2 Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem é instrumento fundamental do planejamento educacional, especificamente do projeto pedagógico, pois é ela que permite diagnosticar e verificar o desempenho acadêmico do aluno e da instituição, contribuindo para a melhoria do desenvolvimento das aulas e do resultado qualitativo e quantitativo da Instituição de Ensino.

Esta modalidade de avaliação no Curso de Ciências Contábeis da FAMA dar-se-á, como já mencionado anteriormente, conforme o que preceitua a atual LDB, Lei nº 9.394/96, art. 24, V, que define critérios para verificação do rendimento escolar. Além da Lei nº 10.861/2004 (institui o SINAES) e a legislação específica da FAMA.

A avaliação será contínua e cumulativa com a prevalência dos aspectos qualitativos e quantitativos ao longo do período escolar e de forma terminativa através das eventuais avaliações finais.

No curso de Ciências Contábeis da FAMA o rendimento escolar do aluno, em cada componente curricular, é verificado em função da assiduidade e eficiência nos estudos, ambas eliminatórias por si mesmas. Sendo impedido prestar exame final, o aluno que tenha faltado a mais de vinte e cinco por cento das atividades programadas no componente curricular.

O processo de avaliação do desempenho acadêmico no âmbito da FAMA é regulamentado pelo Regimento Interno no seu Capítulo VII, conforme transcrito a seguir:

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR

Art. 124. O rendimento escolar do aluno, em cada disciplina, é verificado em função da assiduidade e eficiência nos estudos, ambas eliminatórias por si mesmas.

Parágrafo único. Está impedido de prestar exame final, o aluno que tenha faltado a mais de vinte e cinco por cento das atividades programadas na disciplina.

Art. 125. Entende-se por eficiência o grau de aplicação do aluno ao estudo, e sua verificação se faz:

- I. por no mínimo (2) duas avaliações específicas, por bimestre, sendo que esse número e natureza, poderão ser alterados, mediante definição das coordenações de curso e regulamentados pela Direção Geral;
- II. por um exame final, após o encerramento do período letivo.

§ 1º O exame final, a que se refere o inciso II deste artigo será escrito.

§ 2º A data de aplicação das avaliações bimestrais, provas substitutivas e do Exame Final, para todos os cursos, será definida em Calendário Acadêmico e divulgada nos murais da FAMA.

§ 3º As disciplinas práticas, de projetos ou de caráter experimental, em função da não aplicabilidade de provas escritas ou de avaliações finais, terão sua forma de avaliação definida em norma específica aprovada pelo CONSEPE.

Art. 126. As avaliações versarão sobre a temática lecionada no respectivo bimestre e o exame final versará sobre a matéria lecionada durante o período letivo.

Art. 127. O prazo de entrega na secretaria pelos docentes dos resultados bimestrais e exame será definido a cada semestre no calendário acadêmico.

Art. 128. As notas bimestrais, de exames finais e outras serão graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), permitida, tão somente, a fração de duas casas decimais.

Parágrafo único. Será aplicado o arredondamento numérico na média final na segunda casa decimal.

Art. 120. O professor oportunizará ao aluno vista das atividades avaliativas de qualquer natureza, num prazo máximo de uma semana após a data de realização da mesma. Caso julgue procedente algum apontamento do aluno, poderá retificar a nota, atribuindo-lhe o valor real em requerimento próprio e data limite fixada no calendário acadêmico.

Art. 129. Após a realização da vista da avaliação, o aluno poderá, no prazo de (2) dois dias úteis, solicitar revisão ao Coordenador do Curso, via requerimento fundamentado e protocolado no Setor de Atendimento ao Aluno, instruindo o seu requerimento com fundamentos técnicos e teóricos que justifiquem a apreciação do pedido bem como mediante o recolhimento de taxa respectiva.

§ 1º O Coordenador solicitará a apreciação do professor da disciplina em (5) cinco dias úteis, a contar da data do recebimento da solicitação.

§ 2º Caso os requisitos de admissibilidade não sejam observados, o Coordenador indeferirá o pedido e solicitará o arquivamento pela Secretaria Acadêmica, após vista ao aluno no prazo de (4) quatro dias úteis.

§ 3º O aluno que discordar do parecer final do Professor, poderá solicitar ao Coordenador do Curso, no prazo máximo de (4) quatro dias úteis a contar da notificação, a formação de banca revisora constituída por um ou mais professores do curso para apreciar o pedido.

§ 4º A banca de revisão, uma vez constituída, observados os requisitos de admissibilidade, apreciará o processo de revisão no prazo máximo de (5) cinco dias úteis contados a partir da retirada do processo junto à Secretaria Acadêmica.

§ 5º A decisão da banca revisora deverá obrigatoriamente, ser referendada pelo CONSEPE primeira reunião ordinária ou extraordinária previamente agendadas ou no prazo máximo de (20) vinte dias úteis, contados a partir da divulgação da decisão pela banca.

§ 7º A decisão do CONSEPE é encaminhada à secretaria acadêmica em resposta ao pedido do discente.

§ 8º Decorridos quaisquer dos prazos supracitados, a nota torna-se definitiva e irrecorrível.

Art. 130. Caso o aluno identifique equívocos no lançamento de suas notas e/ou frequência no portal educacional, este deve solicitar junto ao docente que as mesmas sejam retificadas, obedecendo aos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico.

Art. 131. Será considerado como aprovado por média o acadêmico que tiver obtido, em cada disciplina, a média de (7,0) sete ao final do período letivo.

Art. 132. Ao acadêmico que tiver obtido na disciplina, como resultado no período letivo, média igual ou superior a (3,0) três e inferior a (7,0) sete, será facultada a realização de uma prova final denominada exame final.

Art. 133. Na eventualidade de realização de prova de exame final, para lograr a aprovação ao período seguinte, o acadêmico deverá atingir a nota mínima de (5,0) cinco como média final, resultante da média aritmética entre a nota desta prova (PF) e a média obtida no período letivo (MA), com a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{\text{PF} + \text{MA}}{2} \quad 5,00 \quad (\text{média final mínima})$$

Art. 134. Ao aluno que deixe de comparecer a qualquer prova, trabalho ou exame programado é conferida nota zero, como resultado consequente.

Art. 135. É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor ou quaisquer outros que tenham por finalidade fraudar o procedimento avaliativo quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, avaliação ou qualquer outra

atividade, que resulte na avaliação de conhecimento por meio de atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade.

Art. 136. O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento, nas datas fixadas pode requerer uma prova substitutiva para cada disciplina, de acordo com o calendário escolar, mediante pagamento de taxa respectiva para este fim.

Parágrafo único. Não há prova substitutiva do exame final.

Art. 137. São asseguradas ao professor, na verificação do rendimento escolar e de acordo com a programação específica, liberdade de formulação de questões e austeridade de julgamento, cabendo recurso de suas decisões para a coordenação respectiva.

Art. 138. É obrigatória a frequência do aluno às disciplinas, salvo nos programas de educação à distância, considerando-se automaticamente reprovado o aluno que não obtenha frequência mínima de (75%) setenta e cinco por cento nas atividades programadas ou que nela não tenha obtido a pontuação determinada nos artigos 130, 131 e 132 deste regimento.

Parágrafo único. Não há abono de faltas exceto nos casos previstos no Regulamento de Tratamento Excepcional - Regime de Exercícios Domiciliares.

Art. 139. O aluno matriculado do primeiro ao antepenúltimo período do curso e que seja reprovado poderá ser promovido à série ou período seguinte com dependência em até (05) cinco disciplinas.

§ 1º Ao aluno será permitido cursar disciplinas do curso, quando reprovado, através de curso de verão ou equivalentes, arcando este com ônus do mesmo, segundo critérios estabelecidos pela coordenação de curso e sob aprovação da Direção Geral e de acordo com a legislação vigente.

§ 2º O aluno do primeiro ao antepenúltimo semestre do curso que tenha dependência em (06) seis ou mais disciplinas, deverá cursá-las primeiro e posteriormente prosseguir os estudos no ano ou semestre subsequente.

§ 3º O aluno concluinte do penúltimo semestre do curso que tenha dependência em (03) três ou mais disciplinas, deverá cursá-las primeiro e posteriormente prosseguir os estudos no ano ou semestre subsequente.

§ 1º. O aluno que se encontre na situação prevista nos parágrafos 2º e 3º será matriculado, primeiramente, na(s) disciplina(s) em dependência.

§ 4º O aluno matriculado no penúltimo semestre do curso que seja reprovado poderá ser promovido à série ou período seguinte com dependência em até (02) duas disciplinas,

Art. 140. O aluno promovido à série ou período letivo seguinte, em regime de dependência, nos casos previstos neste regimento, deve matricular-se obrigatoriamente na nova série ou período e nas disciplinas de que depende, salvo se não estiverem sendo oferecidas, observando-se, na nova série a compatibilidade de horário e aplicando-se a todas as disciplinas as mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

Art. 141. A Faculdade poderá oferecer cursos, disciplinas ou atividades programadas em horários especiais, com metodologia adequada para os alunos regulares, especiais, em dependência ou adaptação, em períodos especiais e na forma que se compatibilizem com as suas atividades regulares, aprovadas pelo CONSEPE.

Art. 142. Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação em horário ou período especial, diverso do horário habitual de aula e aos sábados.

Art. 143. As disciplinas em regime de dependência ou adaptação serão ofertadas pela FAMA aos alunos, no mínimo uma vez no período de integralização do curso.

Além das avaliações formais, acredita-se ser válido para o bom desempenho do aluno um constante acompanhamento, uma avaliação permanente.

Entretanto o processo de avaliação permanente por muitos é compreendido com a aplicação permanente de instrumentos de verificação do desempenho. Isso é um equívoco porque a avaliação pressupõe ação executada e, se o professor aplicar sucessivos instrumentos sem que haja o tempo para o processamento da aprendizagem, na realidade estará “poluindo” a ação educativa com excessivos testes e trabalhos que nem sempre demonstram o desempenho do estudante.

Portanto, entendemos e adotamos enquanto avaliação permanente o acompanhamento constante, a observação, o diálogo, o exercício, a aplicação prática que poderá resultar na aplicação coerente de instrumentos de verificação do desempenho acadêmico.

É clássica a identificação de três possibilidades que favorecem a realização de uma avaliação nas modalidades: diagnóstica, formativa e somativa. O efeito cumulativo do desempenho do aluno terá como prevalência, aspectos qualitativos, sobrepondo-se aos quantitativos.

Avaliação Diagnóstica – por meio de observação contínua, deve ser constante e representada pela permanente apreciação do professor em relação ao desempenho que o aluno apresenta. Exige que seja bem realizada, tendo por base a dedicação e o interesse por parte do professor, que para efetivá-la, em padrão aceitável, considerando que todas as

atividades executadas pelo aluno para atingir o objetivo desejado, são sempre significativas e, por serem sistemáticas, contemplando o conjunto de atividades integrais desenvolvidas por ambos, no processo de ensino - aprendizagem.

Avaliação Formativa – designa análises de desempenho em intervalos relativamente curtos, o que além de tornar-se significativa, é importante para a evolução do aluno.

Exige metas que devem ser atingidas em prazos mais espaçados, daí ser consolidada em etapas parciais e em graus de complexidade crescentes, já que envolve a necessidade de desdobrar objetivos educacionais previamente definidos de maneira mais global.

Avaliação Somativa – tem por objeto, a apreciação muito geral do grau em que os objetivos amplos foram atingidos, como parte substancial de etapas concluídas de aprendizagem, consolidadas durante todo o desenvolvimento do Curso de formação do profissional médico.

A avaliação deve, como expressa HOFFNANN (2001), “analisar teoricamente as várias manifestações dos alunos em situações de aprendizagem, para acompanhar as hipóteses que vêm formulando a respeito de determinados assuntos, em diferentes áreas de conhecimento, de forma a exercer uma ação educativa que lhes favoreça a descoberta de melhores soluções ou a reformulação de hipóteses preliminarmente formuladas”.

13. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO

A estrutura organizacional do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da FAMA é ilustrada na Figura 1:

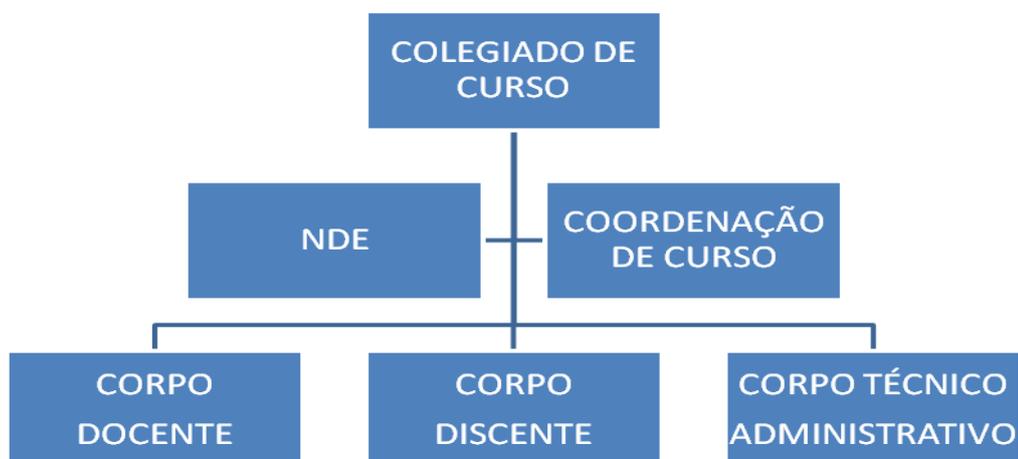


Figura 1 - Estrutura organizacional do Curso de Graduação em Ciências Contábeis

As atribuições de cada instância estão definidas no Regimento Interno da FAMA.

13.1 Corpo Docente

É constituído por todos os professores da Faculdade. São contratados pela Mantenedora, por indicação da Coordenação de curso e aprovação da Diretoria da Faculdade, segundo o regime das leis trabalhistas e na forma prevista no Plano de Carreira Docente.

A admissão de professor é feita mediante seleção, procedida pela Coordenação do Curso e pela Diretoria da Faculdade, observados os seguintes critérios:

- a. idoneidade moral do candidato, títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados com o componente a ser por ele lecionado;
- b. o diploma de graduação ou pós-graduação, correspondente a curso que inclua, em nível não inferior de complexidade, matéria idêntica ou afim àquela a ser lecionada.

Demais critérios são os constantes do Plano de Carreira Docente, aprovado pelo CONSEPE.

São direitos e deveres do corpo docente:

- a. elaborar o Plano de Ensino de sua e compatibilizá-lo com os demais do curso, tendo em vista o seu Projeto Pedagógico, além de promover a sua execução integral após a competente aprovação;
- b. orientar, dirigir e ministrar o ensino de seu componente curricular, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária previstos;
- c. registrar nos diários de classe, ou folhas equivalentes, a frequência dos alunos e a matéria lecionada;

- d. organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos, nos termos das normas aprovadas internas e da legislação;
- e. fornecer, à secretaria, as notas correspondentes aos trabalhos, provas e avaliações, bem como a frequência dos alunos, dentro dos prazos fixados;
- f. observar e cumprir o regime disciplinar da Faculdade;
- g. participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
- h. recorrer das decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;
- i. comparecer a reuniões e solenidades programadas pela Direção da Faculdade e seus órgãos colegiados;
- j. responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo uso do material e pela sua conservação;
- k. orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com o componente curricular;
- l. planejar e orientar pesquisas, estudos e publicações;
- m. indicar bibliografia básica e complementar na área de seu componente curricular;
- n. permitir a entrada e permanência em sala de aula somente de alunos regularmente matriculados ou vinculados à Instituição;
- o. conservar, sob sua guarda, documentação que comprove seus processos de avaliação e seu desempenho acadêmico;
- p. não defender ideias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito, ou que contrariem este Regimento e as leis;
- q. comparecer ao serviço, sempre que necessário, por convocação da Coordenação do Curso ou da Direção da Faculdade;
- r. elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização;
- s. participar da elaboração do Projeto Pedagógico da Instituição, do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico do Curso;
- t. exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e neste Regimento.
- u. aplicar a máxima diligência no exercício das atividades educacionais de que esteja incumbido, propugnando por uma melhoria constante, qualitativa e quantitativa, do processo de ensino e aprendizagem;

- v. qualificar-se permanentemente, em busca de uma formação humanística, científica e técnica que lhe assegure condições efetivas de contribuir na formação do homem e do profissional;
- w. zelar pela aprendizagem do aluno, estabelecendo estratégias de recuperação ao menor rendimento.

É obrigatória a frequência do professor, para cumprimento integral do plano de ensino de seu componente curricular, aprovado pelo órgão competente da Faculdade.

O Corpo Docente tem representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados. A representação docente tem por objetivo encaminhar reivindicações e aspirações do Corpo Docente, com vistas à promoção e integração da Comunidade Acadêmica na consecução das finalidades da Instituição.

A eleição dos Representantes Docentes nos órgãos colegiados é feita pelo voto direto por seus pares.

13.2 Corpo Discente

Constituem o corpo discente da Faculdade os alunos regulares e os alunos especiais. Aluno regular é aquele matriculado em curso de graduação ou curso de pós-graduação e especial é aquele matriculado em componentes isolados ou parte de cursos, de acordo com normas específicas do CONSEPE.

São direitos e deveres do corpo discente:

- a. receber ensino qualificado no curso em que se matriculou;
- b. cumprir o calendário escolar;
- c. frequentar as aulas e demais atividades curriculares, aplicando a máxima diligência no seu aproveitamento;
- d. utilizar os serviços da biblioteca, laboratório e outros serviços administrativos e técnicos oferecidos pela Faculdade, respeitando as legislações e normas vigentes;
- e. ser atendido pelo docente;
- f. fazer-se representar junto aos órgãos colegiados e comissões da Faculdade, na forma da Legislação em vigor;
- g. votar e ser votado nas eleições para membro da diretoria do órgão de representação estudantil e para representação de sala, observadas as restrições legais;
- h. apelar de decisões de órgãos administrativos para os de hierarquia superior, encaminhando o recurso através do Diretor Geral da Faculdade;

- i. cumprir o Regimento, regulamentos e suas obrigações financeiras para com a entidade mantenedora;
- j. abster-se de quaisquer atos que importem em perturbação da ordem, ofensa aos bons costumes, desrespeitos às autoridades escolares, professores e servidores em geral.
- l. contribuir, no âmbito de sua atuação para o prestígio crescente da Faculdade;
- m. desenvolver todas as atividades, no âmbito de sua atuação, com estrita obediência aos preceitos deste regimento.
- n. zelar pelo patrimônio da Faculdade ou colocado à disposição desta pela Mantenedora.

O corpo discente tem representação, com direito a voz e voto nos órgãos colegiados da Faculdade, na forma deste Regimento. O órgão de representação estudantil na Faculdade é o diretório acadêmico dos estudantes.

Fica assegurado aos estudantes de cada curso de nível superior o direito à organização de centros acadêmicos e são estabelecidos em seus estatutos, elaborados pelo próprio órgão estudantil e aprovados nas respectivas assembleias gerais.

A Diretoria do Diretório Acadêmico e dos Centros Acadêmicos é eleita diretamente pelos alunos da Faculdade, de acordo com a legislação em vigor e na forma prevista em seus estatutos e regimentos.

Só podem concorrer a essa eleição, os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação da Faculdade. O exercício de cargo ou função no diretório acadêmico ou nos centros acadêmicos não desobriga o estudante da frequência, nem de qualquer outra responsabilidade, relativa às atividades escolares.

É vedado ao diretório acadêmico e aos centros acadêmicos, qualquer ação, manifestação, ou propagandas de caráter político-partidário, social ou religioso.

As reuniões e assembleias do diretório acadêmico e dos centros acadêmicos devem realizar-se fora do horário normal de aula.

O Trancamento de matrícula, a conclusão de curso ou qualquer outra situação que resultar na suspensão da condição de aluno importam na cessação automática do respectivo mandato, cabendo ao diretório ou centro acadêmico a designação imediata de substituto.

13.3 Corpo Técnico - administrativo

Os direitos e deveres do corpo técnico-administrativo estão basicamente dispostos na consolidação das leis do trabalho, pela qual se regem os respectivos contratos, sendo-lhes

aplicadas, ainda, as disposições do Regimento Interno da FAMA, relativas às obrigações identificadas:

- a. é direito de todo servidor ser tratado com urbanidade pelos seus colegas, contar com ambiente digno de trabalho e receber remuneração condizente com suas atividades na instituição.
- b. é dever de todo servidor o zelo pelo patrimônio da Faculdade, o trabalho profícuo pelo engrandecimento da obra educacional de cuja realização participa diretamente.

13.4 Secretaria Geral

É o órgão central de desempenho das atividades administrativas e está subdividida em: a) Setor Acadêmico e b) Setor de Registros de Diplomas e Certificados;

A Secretaria Geral é dirigida por um Secretário Geral designado pelo Diretor Geral.

Compete ao Secretário Geral:

- a. organizar, coordenar e administrar os serviços da Secretaria, fazendo cumprir os horários e tarefas que lhe são afetas;
- b. expedir certidões, atestados, declarações e demais documentos acadêmicos;
- c. comparecer às reuniões do CONSEPE e das Coordenações;
- d. prestar as informações que lhe forem solicitadas e lavrar atas;
- e. manter a ordem e a disciplina no serviço sob a sua responsabilidade;
- f. encarregar-se da correspondência que não seja da exclusiva competência da Diretoria e expedir a correspondência desta;
- g. cumprir e fazer cumprir as ordens e instruções emanadas da Diretoria da Faculdade e oferecer sustentações aos seus trabalhos.
- h. zelar pelo rápido andamento de papéis e processos em curso;
- i. reunir dados e documentos necessários à elaboração do relatório anual da Diretoria;
- j. ter sob sua guarda os livros, documentos, materiais e equipamentos da Secretaria;
- l. manter em dia os assentamentos dos alunos e professores;
- m. fiscalizar a manutenção da ordem nas dependências da Secretaria respondendo diretamente pelo seu setor;
- n. informar à Diretoria, a necessidade de admissão e remoção de pessoal, de acordo com a necessidade dos serviços a seu cargo;
- o. exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pela Diretoria, em sua esfera de atuação.

- p. expedir diplomas e certificados de cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Faculdade;
- q. abrir e encerrar os termos das atas de colação de grau;
- r. assinar com o Diretor Acadêmico os diplomas e certificados conferidos e os termos de colação de grau;
- s. manter em dia os assentamentos relativos ao controle e registro dos diplomas e certificados expedidos aos alunos.

14 ACOMPANHAMENTO DA PROPOSTA CURRICULAR E DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Núcleo Docente Estruturante acompanhará todos os momentos do processo de execução e avaliação do currículo. Poderá também propor, após análises dos resultados obtidos na avaliação, o levantamento de informações complementares e modificações no currículo, se julgadas relevantes para o seu aperfeiçoamento. Este acompanhamento também será realizado pelo Colegiado do Curso.

14.1 Organização e Gestão de Pessoas

Um bom projeto pedagógico, ótimos planos de ensino e infraestrutura adequada não são o suficiente para se garantir o sucesso de sua execução. Recursos humanos com ampla formação acadêmica e com respeitável experiência profissional, se engajados com o projeto pedagógico, contribuirão de maneira decisiva na consecução dos objetivos propostos.

O conjunto de recursos humanos é essência para articular todos os elementos pertencentes ao projeto, e, portanto, atenção especial deve ser dada em sua contratação e gestão. Suas responsabilidades não devem estar centradas unicamente na qualidade das aulas, mas focada, sobretudo, na aprendizagem. Suas ações não podem estar restritas apenas às salas de aulas, sendo fundamental para o projeto que eles conheçam a realidade do mercado de trabalho do contador e estudem o perfil profissional exigido por esse mercado, de forma a direcionar seus esforços numa aprendizagem condizente com a realidade profissional e, que a partir disso, possam justificar a existência de cada conteúdo programático dentro da estrutura do curso, contribuindo para manter os discentes motivados a construir seu futuro através da formação acadêmica.

Assim sendo, a garantia de sucesso deste projeto pedagógico está diretamente relacionada com a qualidade de seu corpo docente, nas diversas áreas de conhecimento/conteúdo.

14.1.1 Formação Acadêmica e Profissional

Tabela 3 – Composição do corpo docente, disciplinas, períodos e titulação

DOCENTE (nome completo)	TITULAÇÃO	1º SEM. 2022		
		QUANT. AULAS	DISCIPLINAS	PERÍODO
1. Aila Stefânia Almeida	Especialista	01	Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida	5º
2. Ana Paula Barbosa	Mestre	04	Teoria da Contabilidade	1º
		04	Contabilidade e Análise de Custos	3º
		02	Análise de Custos	5º
		02	Controladoria Aplicada	7º
3. Fernando Takeo Harano	Especialista	04	Contabilidade Geral I	3º
		01	Estágio Supervisionado I	5º
		02	Tópicos de Estudos em Previdência Social	5º
		02	Contabilidade Avançada	7º
		02	Perícia Contábil e Arbitragem I	7º
		02	Auditoria e Fraudes Contábeis	7º
4. João Diamantino	Mestre	01	Direito Empresarial	3º
5. José Alves Filho	Especialista	01	Contabilidade Fiscal e Tributária I	5º
6. Juseni de Fátima Aparecida Queiroz	Especialista	01	Empreendedorismo	1º
		04	Gestão com Pessoas	3º
7. Katiane Rouze dos Santos Silva	Especialista	02	Contabilidade em Agronegócios	5º
		02	Contabilidade Pública e Orçamento Governamental I	7º
8. Maria Jose Floriano Ferracini	Mestre	04	Introdução a Contabilidade	1º
		04	Análise das Demonstrações Contábeis	5º
		02	Contabilidade Socioambiental I	7º
		02	Tópicos avançados em Contabilidade	7º
9. Mário Cesar M. Miranda	Mestre	01	Introdução à Filosofia	1º
		01	Ética e Legislação Profissional	1º
		01	Economia	3º
10. Onivaldo Batista	Especialista	04	Matemática Aplicada	1º

Fonte: Secretaria FAMA

Os dados ilustrados na Tabela 3 indicam que o corpo docente do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade Aldete Maria Alves, é constituído de 10 (dez) professores, sendo: 06 (seis) Especialistas (57%), 4 (quatro) Mestres (28%).

14.2 Núcleo Docente Estruturante: NDE

São os professores responsáveis pela elaboração do projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis, assim como a sua implementação, desenvolvimento e avaliação. A Tabela 5 mostra os docentes que compõem o NDE.

Tabela 4 - Composição do NDE

DOCENTES	TITULAÇÃO
BÁCIMA ELIANA ALVES SIMÃO	Mestre
ANA PAULA DE ARAÚJO BARBOSA	Mestre
FERNANDO TAKEO HARANO	Especialista
MÁRIO CÉSAR MARTINS DE MIRANDA	Mestre
MARIA JOSÉ FLORIANO FERRACINI	Mestre

Fonte: Secretaria FAMA

14.2.1 Condições de Trabalho

As atividades dos docentes estão regulamentadas no Regimento Interno da FAMA.

Os professores são contratados pela Mantenedora, por indicação da Coordenação de curso e aprovação da Diretoria da Faculdade, segundo o regime das leis trabalhistas e na forma prevista no Regimento Interno e no Plano de Carreira Docente.

14.2.2 Regime de Trabalho

Os regimes de trabalhos dos docentes de ensino superior contratados pela Instituição Ituramense de Ensino Superior são os seguintes:

- I. HORISTA – número de horas-aula semanais acrescidas de 1/6 relativos ao DSR + 20% para efeito de desempenho de atividades extraclasse;
- II. TEMPO PARCIAL - 12 ou mais horas semanais de trabalho, reservado 25% deste tempo para atividades de avaliação, planejamento, extensão e pesquisa

III. TEMPO INTEGRAL – 40 horas semanais de trabalho, reservado 50% deste tempo para atividades de avaliação, planejamento, extensão e pesquisa;

14.2.3 Estímulos e Incentivos Profissionais

Objetivando a contínua capacitação do corpo docente existe o Programa de Bolsa de Estudo de Pós-graduação Stricto Sensu em áreas de conhecimento de interesse da instituição. Nos meses de maio e de outubro, a Direção Geral da Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA, com base em informações das coordenações de cursos, prepara e submete à mantenedora uma proposta de bolsas auxílio (quantidade – valor) que ofereça condições de ampliar os escores de titulações da instituição em face dos critérios de avaliação do Ministério de Educação – MEC e dos requisitos de qualidade estabelecidos para o monitoramento do processo de ensino-aprendizagem.

Com base na proposta da Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA, a Mantenedora define os valores base para bolsa de Mestrado e de Doutorado. Assim, a proposta aprovada pela Mantenedora é o instrumento balizador das bolsas a serem concedidas. A cada ano, nos meses de maio e outubro, a proposta de bolsa auxílio aprovada pela mantenedora é divulgada, para efeito de permitir inscrições ao processo de seleção de bolsistas. As quantidades de bolsas e os valores correspondentes que não forem utilizados em um determinado semestre não podem ser utilizados em semestres seguintes.

Para requerer Bolsa Auxílio, o professor deve ter no mínimo um ano de vínculo empregatício com a INSTITUES, mantenedora da Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA. Os requerimentos para concorrer às bolsas a serem oferecidas pela instituição, devem ser apresentados nos meses de junho ou novembro de cada ano. O requerimento de inscrição deve estar instruído com caracterização: do curso, da instituição onde será realizado, da regularidade perante a CAPES, da área de conhecimento da pesquisa, da duração prevista do curso e da indicação dos prováveis valores envolvidos na participação (mensalidades, transportes, hospedagens, materiais e outros, conforme cada caso). Os requerimentos não atendidos em um determinado semestre são automaticamente cancelados. Conseqüentemente, o professor deverá novamente requerer, se desejar concorrer no processo de seleção do próximo semestre.

No caso em que a proposta aprovada pela mantenedora não permita atender todas as solicitações dos inscritos, dar-se-á preferência à seguinte sequência de critérios:

- Atendimento às áreas de conhecimentos, de interesse estratégico da Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA;

- Ao professor de maior número de aulas na instituição;
- Ao professor de maior tempo de vínculo com a INSTITUES;
- Ao professor com maior produção científica nos últimos dois anos;
- Ao professor com melhor avaliação na CPA.

O valor da bolsa é determinado pela aplicação da proporção de aulas por semana do professor na Faculdade FAMA em relação a valor base de bolsa, estabelecido pela Mantenedora INSTITUES. Como critério básico, considera-se que o valor da bolsa não pode ser superior a 25% do valor do salário percebido pelo professor e também não pode ser superior a 40% dos valores envolvidos na participação do professor no curso (mensalidades, deslocamentos, hospedagem e materiais).

Para os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos pela própria instituição será concedido o benefício de 50% de desconto no valor da mensalidade.

14.2.4 Núcleo de Apoio Pedagógico ao Professor

A proposta de um Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) nasceu da preocupação da Direção da FAMA com a formação e a prática pedagógica dos docentes frente às demandas do mundo contemporâneo e ao desafio do ensino superior.

Este processo de formação permanente deve promover nos docentes um perfil adaptado ao projeto institucional e que contemple:

- a. Sua capacidade de auto formação e auto avaliação em vista de uma constante renovação na sua competência científico-tecnológica, cultural e educativa para poderem reagir, positivamente, perante situações sociais e culturais e desafios éticos e educativos sempre novos.
- b. A sua capacidade de compartilhar no projeto institucional, de trabalhar juntos, de realizar um verdadeiro diálogo interdisciplinar e de conduzir processos de ampla colaboração na sociedade e na Instituição.
- c. Uma especial sensibilidade perante os estudantes e a condição juvenil, sobretudo dos menos favorecidos, uma competência específica, segundo a própria especialidade, a fim de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária e mais aberta ao desenvolvimento integral dos jovens.

O Núcleo de Apoio Pedagógico - NAP está vinculado à Coordenação do Curso de Pedagogia e tem como finalidade, oferecer apoio técnico, pedagógico e material às necessidades dos cursos da Instituição, buscando a melhoria na qualidade do ensino. Através dele os Professores têm um espaço para aprofundar seus conhecimentos pedagógicos, sistematizar suas práticas, buscar novos caminhos e os acadêmicos poderão encontrar orientações para minimizar suas dificuldades quanto à organização dos estudos. É, portanto, um mecanismo voltado ao estudo, ao questionamento, ao intercâmbio de experiências e, acima de tudo, de crescimento profissional e institucional, subsidiando o Professor com métodos e técnicas de ensino, com instrumentos de avaliação mais adequados para cada atividade desenvolvida e com orientações que possam minimizar os possíveis atritos existentes entre Professor e aluno.

14.3 Núcleo de Apoio ao Discente

A Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA mantém o NÚCLEO DE APOIO AO DISCENTE - NAD, com o objetivo de oferecer aos discentes, serviços e programas assistenciais desenvolvidos, por iniciativa própria ou mediante convênios firmados com entidades especializadas.

Estes serviços consistem em:

- a. **INTERMEDIÇÃO E VIABILIZAÇÃO DE ESTÁGIOS CURRICULARES E EXTRACURRICULARES** – Os alunos que atenderem o perfil determinado pela Empresa, Órgão ou Organização interessada em oferecer a vaga de estágio serão encaminhados para entrevista. A escolha dos candidatos é feita sem interferência da Instituição.
- b. **BOLSAS DE ESTUDO** – Oferecimento de bolsas de estudo aos alunos de baixa renda através de parcerias ou Programas do Governo Federal, como por exemplo, o FIES, oferecido pelo MEC em parceria com a Caixa Econômica Federal, que visa financiar as mensalidades dos acadêmicos das instituições de ensino superior pagas, do país. Para se inscrever, o aluno deve preencher um "protocolo de inscrição", feito individualmente, via internet.
- c. **BOLSAS DE PESQUISA** - Programa de incentivo e apoio à pesquisa, através do fomento de Projetos de Iniciação Científica coordenados pelos docentes da FAMA com a participação dos discentes.

d. APOIO ÀS ATIVIDADES DE EXTENSÃO - Divulgar e compartilhar com a sociedade o conhecimento produzido e adquirido através do apoio ao desenvolvimento e implantação de projetos e demais atividades que contemplem a Extensão.

e. APOIO PSICOPEDAGÓGICO - O Apoio Psicopedagógico se vê entendido como um processo dinâmico, contínuo, sistemático, estando integrado em todo o currículo escolar sempre encarando o acadêmico como um ser que deve desenvolver-se harmoniosa e equilibradamente em todo os aspectos: cognitivo, físico, social, moral, estético, político e educacional.

Integrada com a Coordenação do Curso, Docentes e Pedagogos deverão atuar em um processo cooperativo, auxiliando no desempenho do acadêmico que apresente problemas no âmbito psicológico e social, encaminhando quando necessário para serviço especializado de psicologia.

Em acordo com a coordenação atuar também, junto ao corpo docente no programa de nivelamento de turma assessorando no auxílio didático pedagógico atendendo principalmente aos primeiros períodos.

14.3.1 Serviços de Encaminhamento Profissional, de Apoio Pedagógico e de Acompanhamento Psicopedagógico.

A Direção organizará juntamente com a Coordenação de Curso o horário de permanência dos docentes com a finalidade de instruir a orientação acadêmica e a iniciação científica no sentido de apoiar o aluno na sua caminhada acadêmica.

14.3.2 Acompanhamento Pedagógico de Discentes

O nivelamento na instituição se concretizará através de 03 fases:

- Fase da triagem: A fase de triagem dos ingressantes com necessidades de nivelamento e diagnóstico destas necessidades se iniciará na primeira semana de aula do primeiro semestre letivo e se estenderá até o final do primeiro mês do ano letivo.

Compete ao Coordenador de Curso o planejamento e a coordenação das ações que conduzam à triagem dos ingressantes e ao diagnóstico de suas necessidades no(s) curso(s) que coordena. Os trabalhos de triagem e diagnóstico ocorrerão de forma concomitante às aulas previstas para o período.

- Fase de Planejamento Coordenado de ações de nivelamento: Na fase de planejamento, os Coordenadores de Curso se reunirão, e planejarão de forma conjunta, visando à racionalização de ações, o nivelamento na Faculdade como um todo.

As ações serão programadas para ocorrerem no primeiro e/ou no segundo semestre do primeiro ano letivo. Exemplo destas ações é o oferecimento de componentes, oficinas, cursos, tutoriais, estudos dirigidos entre outras.

- Fase de execução das ações de nivelamento: Na fase de execução das ações de nivelamento, os alunos deverão participar das atividades planejadas. Independentemente da modalidade da ação de nivelamento prevista, os alunos participantes serão avaliados quanto ao seu aprendizado.,

14.4 Corpo Técnico Administrativo

Recursos humanos, com dedicação integral de quarenta horas semanais e, parcial, de no mínimo trinta horas, são os necessários à gestão e suporte administrativo, respectivamente, devendo ser formados por:

14.4.1 Coordenação de Curso:

Um(a) professor(a) contador, com no mínimo o título de mestrado, com regime de tempo parcial ou integral, que exerça as atribuições descritas anteriormente para o cargo de coordenação.

14.4.2 Técnicos do Laboratório de Informática:

Profissionais com a formação técnica ou superior na área de informática, com no mínimo 30 horas de atividades semanais, participando continuamente de programas de atualização.

14.5 Recursos de Infraestrutura

14.5.1 Laboratório de Informática

A FAMA conta com três laboratórios de informática conforme descrição a seguir:

Laboratórios de Informática 1 e 2	
Espaço físico: <ul style="list-style-type: none"> Área: 82 m² 	Semestres de Utilização no curso: 2° e 3° – Demais componentes quando solicitado
Componentes específicos: <ul style="list-style-type: none"> Todos 	
Equipamentos básicos: <ul style="list-style-type: none"> 30 computadores para alunos 01 computador para o professor, (ligado em rede) 	
Mobiliário: <ul style="list-style-type: none"> 01 mesa para o professor 01 cadeira para o professor 01 quadro branco Data show 30 mesas para computadores 30 cadeiras para alunos 	

Laboratório de Informática 3	
Espaço físico: <ul style="list-style-type: none"> Área: 82 m² 	Semestres de Utilização no curso: 2° e 3° – Demais componentes quando solicitado
Componentes específicos: <ul style="list-style-type: none"> Todos 	
Equipamentos básicos: <ul style="list-style-type: none"> 54 computadores para alunos 01 computador para o professor, (ligado em rede) 	
Mobiliário: <ul style="list-style-type: none"> 01 mesa para o professor 01 cadeira para o professor 01 quadro branco Data show 54 mesas para computadores 54 cadeiras para alunos 	

14.5.2 Sala de aula

Sala de Aula	
Espaço físico: <ul style="list-style-type: none"> Área mínima de 50,00 m² 	Séries de Utilização no curso: 1 a 10
Quantidade: 06	
Componentes específicos: <ul style="list-style-type: none"> Todos 	

Equipamentos básicos: <ul style="list-style-type: none">• Infraestrutura para aulas teóricas – data-show com computador
Mobiliário: <ul style="list-style-type: none">• 01 mesa• 01 cadeira• 50 cadeiras universitárias• 01 quadro branco• 01 data show_

Além dos recursos descritos acima, outros, de uso genérico e didático, devem estar disponíveis em número suficiente, como: retroprojetores, projetores multimídia, televisores, aparelhos de som entre outros, além de biblioteca que contenha acervo com as obras indicadas nos planos de ensino, acesso a redes e periódicos específicos da área.

14.6 Biblioteca e Acervo

O espaço físico destinado a Biblioteca abrange área mínima de 330,98 m². Estarão à disposição dos alunos os seguintes serviços: seção de referência, seção de circulação e empréstimo, seção de processamento técnico, sala de leitura informal, cabinas individuais, acervo geral, seção de periódicos, cabina com recursos audiovisuais (individuais ou não) e mapoteca, obras de referência e reprografia.

Para a catalogação do acervo nas normas dos serviços bibliográficos será utilizado sistema próprio para automatização de bibliotecas.

A rede de processamento terá, no início, composição mínima de 02 computadores para o apoio administrativo, 03 para usuários em atividades de pesquisa bibliográfica "on line" e em "CD-ROM", uma unidade para referências bibliográficas, uma unidade para empréstimo e três unidade para acesso à Internet.

A Biblioteca facultará ao usuário o livre acesso ao acervo e realizará empréstimos domiciliares a todos os usuários cadastrados. Estarão disponíveis para empréstimo todas as obras do acervo geral e fitas de vídeo, os CDs-ROM e os disquetes. Algumas obras só poderão ser consultadas no recinto da Biblioteca, como: as de referência, os livros-texto que só possuem um exemplar, a coletânea de leis e normas técnicas, os mapas e os periódicos.

A Biblioteca prestará aos usuários os seguintes serviços:

- Consulta local:

Auxílio à pesquisa e orientação aos usuários, possibilitando-lhes a recuperação e acesso às informações desejadas;

- Levantamento bibliográfico:

Listagem de referências sobre temas específicos, de acordo com as necessidades dos usuários;

- Normalização de trabalhos científicos:

Assistência ao usuário na utilização de normas da ABNT para apresentação de trabalhos técnico-científicos.

Serão programados, periodicamente, os acompanhamentos a grupos de usuários da Biblioteca, fornecendo-lhes orientação sobre cada seção e serviços prestados. Os horários de funcionamento da biblioteca seguirão os estabelecidos pela FAMA.

A atualização do acervo será feita de acordo com as indicações nos planos de ensino e através da solicitação de professores com o ciente da coordenação do curso.

A quantidade e qualificação técnica dos servidores para atendimento ao curso, nos quatro primeiros semestres são: 1 bibliotecária graduada em Biblioteconomia e 02 auxiliares de biblioteca, com ensino superior completo.

14.7 Programas de Bolsas de Estudo para Discentes

A Faculdade Aldete Maria Alves concede bolsas de estudo, integrais ou parciais, de acordo com as modalidades e critérios de regulamento específico descrito a seguir:

1. Disposições Gerais

A FAMA mantida pela Instituição Ituramense de Ensino Superior (doravante denominada INSTITUES), concederá bolsas de estudo, integrais ou parciais, de acordo com as modalidades e critérios descritos neste regulamento.

A concessão de bolsas de estudo tem como objetivo possibilitar aos alunos com dificuldades financeiras a continuidade dos estudos na FAMA;

A atribuição de bolsas é de julgamento exclusivo da FAMA, salvo condições de obrigatoriedade legal.

Os recursos para manutenção destas bolsas são oriundos da Receita da INSTITUES.

2. Das Modalidades de Bolsas e Critérios de Atribuição

São modalidades de bolsas:

- a. Bolsa para Policiais Militares
- b. Bolsa Parentesco
- c. Bolsa Ex-aluno
- d. Bolsa aos melhores alunos classificados no processo seletivo
- e. Bolsa Iniciação Científica
- f. Bolsa Monitoria
- g. Bolsa Colaborador
- h. Bolsa Cidade

2.1 Das Bolsas para Policiais Militares

2.1.1. As bolsas para Policiais Militares têm como objetivo fomentar a possibilidade de profissionais vinculados a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais ou esposa e filhos destes, darem continuidade aos seus estudos, seja no nível de graduação ou de pós-graduação, desde que aprovados em processo seletivo.

2.1.2. Para ter direito a usufruir das bolsas para Policiais Militares o interessado deve encaminhar requerimento à direção financeira, em prazo estipulado no calendário acadêmico, seguido dos seguintes documentos:

- a. comprovação do exercício da profissão
- b. RG e CPF
- c. comprovante de matrícula na FAMA

2.1.3. As bolsas para Policiais Militares contemplam os alunos aptos a recebê-la segundo análise pela Direção Financeira do requerimento definido no item 2.1.2 com o desconto de 25% no valor total da mensalidade.

2.1.4. Poderá também ser concedida a Bolsa para Policiais Militares a esposa e filhos de Policiais Militares.

2.1.5. O interessado a modalidade descrita no item 2.1.4. deve encaminhar requerimento à direção financeira seguido dos seguintes documentos:

- a. comprovação do exercício da Profissão Militar
- b. Certidão de casamento ou nascimento
- c. RG e CPF
- c. Comprovante de matrícula na FAMA

2.1.6. As bolsas para esposa e filhos de Policiais Militares contemplam os alunos aptos a recebê-la segundo análise pela Direção Financeira do requerimento definido no item 2.1.5 com o desconto de 10% no valor total da mensalidade.

2.2 Das Bolsas Parentesco

2.2.1. As bolsas parentesco têm como objetivo estimular a participação de familiares nas atividades educacionais, irmãos, filhos, pais de alunos da FAMA.

2.2.2. Para ter direito a usufruir das bolsas parentesco o interessado deve encaminhar requerimento à direção financeira seguido dos seguintes documentos:

- a. RG e CPF
- b. comprovante de matrícula que caracterize parentesco (filho, pais, irmãos)
- c. comprovante de matrícula na FAMA do requerente

2.2.3. As bolsas parentesco contemplam os alunos aptos a recebê-la segundo análise pela Direção Financeira do requerimento definido no item 2.2.2 com o desconto de 05% no valor total da mensalidade.

2.3 Das Bolsas para Ex-alunos

2.3.1. As bolsas para ex-aluno têm como objetivo estimular a formação continuada de alunos oriundos dos cursos de graduação da FAMA.

2.3.2. Para ter direito a usufruir das bolsas ex-aluno o interessado deve encaminhar requerimento à direção financeira seguido dos seguintes documentos:

- a. RG e CPF
- b. comprovação da situação de ex aluno (declaração/certificação de conclusão de curso)
- c. comprovante de matrícula na FAMA

2.3.3. As bolsas para ex-alunos contemplam os alunos aptos a recebê-la segundo análise pela Direção Financeira do requerimento definido no item 2.3.2 com o desconto de 20% no valor total da mensalidade.

2.4 Das Bolsas aos Melhores Alunos Classificados no Processo Seletivo

2.4.1. As bolsas aos melhores alunos classificados no processo seletivo têm como objetivo premiar alunos com notável desempenho no processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação da FAMA.

2.4.2. Para ter direito a usufruir das bolsas aos melhores alunos classificados no processo seletivo o interessado deve estar classificado até o 3º lugar no processo seletivo em cada curso e encaminhar requerimento à direção financeira seguido dos seguintes documentos:

- a. RG e CPF
- b. comprovante de matrícula na FAMA

2.4.3. As bolsas aos melhores alunos classificados no processo seletivo contemplam os alunos aptos a recebê-la segundo análise pela Direção Financeira do requerimento definido no item

2.4.2 com o desconto de 15% no valor total da mensalidade ao 1º classificado no processo seletivo (por curso), 10% no valor total da mensalidade ao 2º classificado no processo seletivo (por curso) e 5% no valor total da mensalidade ao 3º classificado no processo seletivo (por curso).

2.5. Das Bolsas de Iniciação Científica

2.5.1. As bolsas de Iniciação Científica têm como objetivo incentivar à formação, privilegia a participação ativa de bons alunos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada e continuada.

2.5.2. Para ter direito a usufruir das bolsas de Iniciação Científica o interessado, aluno ou docente da FAMA, deve atender os dispostos no edital de seleção para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da FAMA – PIBIC-FAMA.

2.6. Das Bolsas de Monitoria

2.6.1. As bolsas de Monitoria têm como objetivo incentivar à formação e a participação ativa de bons alunos visando ao desenvolvimento da aprendizagem

2.6.2. Para ter direito a usufruir das bolsas de Monitoria o interessado, deve atender os dispostos no edital de seleção para o Programa de Monitoria da FAMA.

2.7 Das Bolsas Colaboradores

2.7.1. As bolsas colaboradores têm como objetivo fomentar a possibilidade de profissionais vinculados a FAMA dar continuidade aos seus estudos, seja no nível de graduação ou de pós-graduação, desde que aprovados em processo seletivo.

2.7.2. Para ter direito a usufruir das bolsas colaboradores o interessado deve encaminhar requerimento à direção financeira seguido dos seguintes documentos:

- a. RG e CPF
- b. contrato de trabalho - FAMA
- c. comprovante de matrícula na FAMA

2.7.3. As bolsas colaboradores contemplam os alunos aptos a recebê-la segundo análise pela Direção Financeira do requerimento definido no item 2.3.2 com o desconto de 50% a 100% no valor da mensalidade.

2.8 Das Bolsas Cidade

2.8.1. As bolsas cidade têm como objetivo fomentar a possibilidade de alunos oriundos das cidades mineiras da microrregião de Iturama, darem continuidade aos seus estudos, seja no nível de graduação ou de pós-graduação, desde que aprovados em processo seletivo.

2.8.2. Para ter direito a usufruir das bolsas cidade o interessado deve encaminhar requerimento à direção financeira seguido dos seguintes documentos:

- a. RG e CPF
- b. comprovante de endereço
- c. comprovante de matrícula na FAMA

2.8.3. As bolsas cidade contemplam os alunos aptos a recebê-la segundo análise pela Direção Financeira do requerimento definido no item 2.3.2 com os descontos definidos anualmente pela direção da INSTITUES.

3 Das Disposições Finais

3.1 As bolsas não são cumulativas, entre si, bem como com outros programas, públicos ou privados de concessão de bolsas, financiamentos ou descontos. Caso o aluno seja agraciado por mais de uma modalidade de bolsa, prevalecerá a de maior valor.

3.2 Em todas as modalidades, quando o (a) aluno (a) for reprovado ou promovido com dependência (s) perderá o direito à bolsa na série ou período seguinte.

3.3 Salvo casos de exigências legais, as bolsas não incidem sobre valores de componentes de dependências e adaptações, e taxas de serviços administrativos (provas substitutivas e documentos emitidos pela Secretaria).

3.4 A INSTITUES se reserva o direito de rescindir, a qualquer momento, as bolsas tratadas neste regulamento e por ela concedidas, sem prévio aviso ou autorização.

3.5 A INSTITUES se reserva o direito de, mediante análise de casos especiais, aumentar ou diminuir os percentuais previstos no presente regulamento.

3.6 Casos omissos neste regulamento serão decididos pela Direção da INSTITUES.

14.8 Programa de Monitoria

Através da Resolução Normativa no 03/2007, a Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA, normatiza o Programa de Monitoria da Faculdade Aldete Maria Alves: O Conselho de Coordenação da Faculdade Aldete Maria Alves (FAMA), no uso das atribuições que lhe são conferidas resolve que:

- a. A função do monitor será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação, classificados em processo seletivo, realizado pela Coordenação do curso a que se vincule o componente objeto da seleção.
- b. O Programa de Monitoria da Faculdade FAMA abrangerá dois tipos de monitores: o remunerado e o voluntário;
- c. O monitor exercerá suas atividades sob a orientação do professor designado pela Coordenação de curso.
- d. O monitor desempenhará suas funções em regime de 16 (dezesesseis) horas semanais, sem vínculo empregatício com a Faculdade FAMA;
- e. Ao monitor remunerado será concedida a bolsa mensal pela Instituição Ituramense de Ensino superior, mantenedora da Faculdade FAMA, cujo valor será estabelecido face à disponibilidade de verba anual destinada ao programa;
- f. As atividades do monitor não poderão coincidir com suas obrigações acadêmicas em função dos componentes em que estiver matriculado ou com as obrigações de colaborador-aluno.
- g. Cada Coordenação de curso elaborará um Plano Anual de Monitoria, que será encaminhado à Direção Acadêmica, em data prevista no Calendário Acadêmico.
- h. O Plano anual de Monitoria proporá as vagas necessárias, levando em consideração, na justificativa, o número de professores por turma, o número de alunos por componente, o número de turmas por componente e as peculiaridades do ensino.

São atribuições do aluno monitor:

- a. constituir elo entre professores e alunos, visando ao desenvolvimento da aprendizagem;
- b. auxiliar o professor na realização de trabalhos práticos e experimentais, na preparação de material didático e em atividades de classe e/ou laboratório;
- c. auxiliar o professor na orientação de alunos, esclarecendo e tirando dúvidas em atividades de classe e/ou laboratório;
- d. participar de atividades que propiciem o seu aprofundamento no componente, como revisão de texto, resenhas bibliográficas e outras.

Fica vedado ao monitor o exercício da docência e de quaisquer atividades administrativas.

São obrigações do aluno monitor:

- a. exercer suas tarefas conforme plano de trabalho elaborado juntamente com o professor orientador;
- b. cumprir 16 (dezesseis) horas semanais de atividades de monitoria, conforme horários preestabelecidos com o seu orientador;
- c. manter endereço residencial atualizado na secretaria da Faculdade;
- d. prestar frequência mensal, em formulário próprio, e relatório semestral de suas atividades;
- e. entregar ao professor orientador, no início de cada período, confirmação de matrícula;

São atribuições do Professor Orientador:

- a. orientar o monitor em suas atividades para o perfeito desempenho de suas tarefas;
- b. estimular o monitor a participar de atividades que propiciem seu aprimoramento no componente;
- c. avaliar o desempenho do monitor;
- d. elaborar o Plano de Orientação do componente curricular, que deverá levar em consideração os seguintes itens: definição das atribuições; objetivos a serem alcançados; atividades específicas destinadas ao treinamento do pré-docente; cronograma de acompanhamento; metodologias a serem utilizadas; e avaliação do desempenho do monitor.
- e. encaminhar à Coordenação de Curso e à Direção Acadêmica o plano de orientação de componente no mínimo 30 dias antes da publicação do edital.
- f. encaminhar a frequência do monitor à Coordenação de Curso até o dia 05 de cada mês, para posterior emissão de folha de pagamento de Bolsa de Monitoria.

O candidato a monitor deverá tomar conhecimento, no ato da inscrição à prova de seleção, do plano de orientação a ser desenvolvido nos componentes correspondentes.

Os monitores poderão atuar como intérpretes de deficientes auditivos, desde que comprovem via certificado, possuir curso de Libras no ato da inscrição para monitoria.

Parágrafo único – Aos monitores que atuam como intérpretes de deficientes auditivos ficam dispensados a exigência de professor orientador.

A Coordenação do Programa de Monitoria ficará a cargo da Comissão de Monitoria que será constituída pelo Diretor Acadêmico, pelos coordenadores de curso de graduação e por 02 (dois) professores da Faculdade FAMA eleitos por seus pares.

A Presidência da Comissão de Monitoria será exercida pelo Diretor Acadêmico;

O mandato da Comissão de Monitoria será de 02 (dois) anos para os professores;

Caberá à Comissão de Monitoria:

- a. apreciar e aprovar os Planos Anuais de Monitoria elaborados pelos Coordenadores de curso de graduação;
- b. propor o número total de vagas para o Programa de Monitoria, levando em consideração os Planos Anuais de Monitoria, assim como a disponibilidade de verba anual destinada ao programa;
- c. promover a distribuição das vagas de monitoria por Curso;
- d. autorizar a publicação de editais, mediante análise dos Planos de Orientação submetidos pelos orientadores através da Coordenação de curso, para a realização de provas seletivas e homologar os resultados finais;
- e. Indicar os estudantes a serem contemplados com bolsas de monitoria;
- f. acompanhar e avaliar a execução dos Planos Anuais de Monitoria e Planos de Orientação de Componentes.

A seleção de monitores será realizada anualmente em prazo previsto no Calendário Acadêmico e terá validade de um ano letivo.

A divulgação do processo seletivo será feita pela Coordenação de Curso, através de Edital afixado em local apropriado, pelo prazo mínimo de 10 (dez) dias antes do início das provas, do qual constarão obrigatoriamente:

- a. os requisitos estabelecidos pelo Curso;
- b. o(s) programa(s) dos componentes objeto da seleção, exceto para monitores intérpretes – Libras;
- c. os critérios estabelecidos para os casos de empate;

d. as datas e os locais da realização das provas e outros esclarecimentos julgados necessários;

e. o Plano de Orientação correspondente ao componente, exceto para monitores intérpretes – Libras;

Para inscrição no processo seletivo, o candidato deverá comprovar, entre outros requisitos estabelecidos pelo Curso:

a. ter cursado com aproveitamento o mínimo de 01 (um) ano letivo, exceto para monitores intérpretes – Libras;

b. ter cursado o(s) componente(s) objeto da monitoria ou sua(s) equivalente(s) e nelas obtido média igual ou superior a 7,0 (sete) e não ter coeficiente de rendimento inferior a 5,0 (cinco);

c. comprovar disponibilidade de tempo para exercer a monitoria, apresentando em anexo a devida declaração;

O processo seletivo só poderá ser realizado fora do período estipulado no Calendário Acadêmico, mediante autorização da Comissão de Monitoria, à vista de justificativa apresentada pelo Coordenador de Curso.

A seleção dos candidatos será feita por uma comissão examinadora, formada por 2 (dois) professores, designada pelo curso a que o(s) componente(s) estiver(em) vinculada(s).

A coordenação de curso encaminhará à Direção Acadêmica a Ata de Seleção, na qual constarão os candidatos aprovados por ordem de classificação.

No exame dos candidatos serão obedecidos os seguintes critérios:

a. na prova escrita será avaliado o domínio do conteúdo do(s) componente(s) na(s) qual(is) o monitor irá atuar, cabendo a cada examinador atribuir uma nota de zero a 10;

b. na análise do histórico escolar, serão considerados os requisitos constantes do art.90, parágrafo 20, cabendo a cada examinador atribuir-lhes uma nota de zero a 10. Este item pode ser dispensado no caso de seleção de monitor interprete de Libras, devendo neste caso verificar o aproveitamento em curso específico.

c. a nota final de cada avaliação será a média aritmética das notas conferidas pelos examinadores;

d. a nota final do candidato será a média aritmética das notas finais da avaliação prevista no inciso III;

e. será considerado aprovado no concurso o candidato que conseguir nota igual ou superior a 7,0 em cada uma das duas avaliações;

f. no caso de candidatos com notas finais iguais, terá preferência aquele que tiver cursado maior número de créditos; persistindo o empate, aquele que apresentar maior coeficiente de rendimento;

g. a divulgação dos resultados far-se-á após a realização da última avaliação, dando-se conhecimento das notas de cada examinador em cada avaliação e da nota final, com a respectiva classificação, através da ata da seleção.

Ao aluno monitor será permitido o exercício da monitoria por no máximo 02 (dois) anos letivos, consecutivos ou não, num mesmo componente curricular ou em componentes diferentes, remunerada ou voluntária.

É vedada a acumulação da Bolsa de Monitoria com qualquer modalidade de bolsas internas.

Ao término de cada ano letivo, os monitores deverão apresentar relatório de atividades, com o parecer do Professor Orientador, que deverá ser referendado pelo Coordenador de Curso e encaminhado à Direção Acadêmica/Comissão de Monitoria para ser avaliado.

A dispensa das funções de monitor será concedida pela Comissão de Monitoria, diante das razões apresentadas pelo professor Orientador/Coordenador de Curso ou a pedido do próprio aluno monitor.

A substituição do monitor desistente só será possível até no máximo 30 dias após a publicação da Portaria.

O monitor dispensado pelo não cumprimento das normas do programa de monitoria não poderá se inscrever em novo exame de seleção.

O certificado será expedido pela Direção Acadêmica, mediante solicitação do monitor, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) frequência mínima de 75%;
- b) apresentação do Relatório de Atividades;
- c) avaliação do Professor Orientador, exceto para monitores intérpretes em Libras;
- d) avaliação do Coordenador de Curso.

Os alunos não contemplados com a Bolsa, e que estão participando do Programa de Monitoria como voluntários, estão sujeitos as mesmas normas.

A Comissão de Monitoria poderá baixar atos complementares a estas normas.

14.9 Programa de Nivelamento

O nivelamento na instituição se concretizará através de 03 fases:

1- Fase da triagem: A fase de triagem dos ingressantes com necessidades de nivelamento e diagnóstico destas necessidades se iniciará na primeira semana de aula do primeiro semestre letivo e se estenderá até o final do primeiro mês do ano letivo.

Compete ao Coordenador de Curso o planejamento e a coordenação das ações que conduzam à triagem dos ingressantes e ao diagnóstico de suas necessidades no(s) curso(s) que coordena. Os trabalhos de triagem e diagnóstico ocorrerão de forma concomitante às aulas previstas para o período.

2 - Fase de Planejamento Coordenado de ações de nivelamento: Na fase de planejamento, os Coordenadores de Curso se reunirão e planejarão de forma conjunta, visando à racionalização de ações, o nivelamento na Faculdade como um todo.

As ações serão programadas para ocorrerem no primeiro e/ou no segundo semestre do primeiro ano letivo. Exemplo destas ações é o oferecimento de componentes, oficinas, cursos, tutoriais, estudos dirigidos entre outras.

3 - Fase de execução das ações de nivelamento: Na fase de execução das ações de nivelamento, os alunos deverão participar das atividades planejadas. Independentemente da modalidade da ação de nivelamento prevista, os alunos participantes serão avaliados quanto ao seu aprendizado.

14.10 Programa de Acompanhamento de Egressos

O Programa de Acompanhamento do Egresso da FAMA tem como objetivo promover avaliação constante dos profissionais formados pela Faculdade, para lhes oferecer oportunidades de aperfeiçoamento profissional e formação permanente, além é claro, de acompanhar sua inserção no mercado de trabalho, detectando os sucessos e as dificuldades enfrentadas na carreira profissional, objetivando adequar quando necessário o PPC.

A responsabilidade pela operacionalização do Programa de Acompanhamento de Egressos da FAMA é da Direção Geral e da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

Para atingir os objetivos propostos, a Direção Geral, em conjunto com a CPA, deverá implantar e operacionalizar os seguintes mecanismos:

Banco de dados atualizado dos egressos - Os calouros, quando do Processo Seletivo, deverão responder um questionário socioeconômico, a fim de colhermos as informações sobre sua atuação no mercado de trabalho e renda percebida, além de outras

questões que definem seu perfil. Depois de formado, o ex-aluno deverá preencher um questionário no site da FAMA, a fim de colhermos informações pessoais (nome, endereço, telefone, e-mail, local de trabalho, etc), informações acadêmicas (curso que cursou, ano de conclusão, formação pós-graduação, etc.), informações sobre a atuação profissional, avaliação sobre o curso realizado dentre outras.

Endereço eletrônico - Criação do endereço eletrônico específico espaçoexaluno@facfama.edu.br, como canal para o ex-aluno poder sanar suas dúvidas, solicitar informações, fazer sugestões e críticas. O responsável pelo endereço eletrônico e encaminhamento das questões, bem como acompanhamento das respostas é a Direção Acadêmica, sempre com a supervisão e apoio da CPA.

Encontros técnico-profissional - As Coordenações dos Cursos deverão promover Encontros, Cursos de Extensão, Seminários, Reciclagem e Palestras, de cunho técnico-profissional, entre outros, para atender as necessidades dos ex-alunos da FAMA, promovendo seu aperfeiçoamento profissional e momento de interação com colegas de profissão e networking. Todos os Eventos abertos aos alunos e público em geral também deverão ser divulgados aos ex-alunos da Faculdade.

Acompanhamento profissional - A Direção Geral deverá elaborar, juntamente com a CPA, e aplicar às empresas da cidade de Iturama, um questionário com a finalidade de colhermos as seguintes informações:

- critérios de seleção e de contratação adotados;
- perfil do profissional desejado;
- dificuldades encontradas ou deficiências mais encontradas;
- formação desejada.

Acompanhamento junto aos conselhos profissionais e concursos - A Coordenação do Curso deverá acompanhar os resultados dos Concursos e Exames de Conselhos Profissionais, quando houver, com a finalidade de identificar ex-alunos da FAMA. Para isso a Secretaria deverá manter a Coordenação atualizada com a lista de formandos de cada turma. O resultado deverá ser encaminhado à Direção Geral da FAMA, para acompanhamento e divulgação, quando for o caso.

Informações sobre as atividades oferecidas pela FAMA - A Coordenação de Curso deverá manter os ex-alunos atualizados sobre as atividades ocorridas na Faculdade, por meio de e-mail, atualização do site e envio do Jornal da Faculdade aos ex-alunos, sistematicamente.

Incentivo à pós-graduação - A Direção Geral deverá manter os ex-alunos atualizados sobre as novas turmas de Pós-Graduação da FAMA com a informação da Política de Bolsas aos ex-alunos.

14.11 Sistema de Avaliação Institucional

14.11.1 Auto avaliação da IES

A avaliação institucional é o instrumento central, organizador da coerência do conjunto. A FAMA, o objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da IES; dentre outros aspectos, ensino-pesquisa-extensão, administração, responsabilidade e compromissos sociais, formações, etc.

O sujeito de nossas avaliações são o conjunto de professores, estudantes, colaboradores e membros da comunidade externa.

Com isso podemos conhecer as fortalezas e os problemas da instituição, identificar os graus de envolvimento e os compromissos de nossos professores, estudantes e servidores tendo em vista as prioridades básicas. Mas, não basta levantarmos as deficiências. É também muito importante identificar as qualidades e aspectos fortes. Através da avaliação identificamos as suas causalidades, explicitamos as possibilidades reais para a superação e estabelecemos as ações adequadas e os meios para a transformação desejada.

A FAMA, fundamentada pela Portaria nº 2.051/04, que regulamenta o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, cria a Comissão Permanente de Avaliação – CPA, na finalidade de realizar uma avaliação interna desta IES.

14.11.2 Conceituação

A avaliação é uma das mais ricas oportunidades para redefinir ou reafirmar a missão institucional e seus valores, revelando-se excelente exercício formativo para a comunidade acadêmica que passa a se responsabilizar pelo uso dos resultados.

Todas as necessidades advindas da Avaliação Institucional devem sempre, desencadear estudos, reflexões e propostas numa busca de modelos e programas educacionais apropriados, que estejam em consonância com o contexto a que se destina e voltados para a utilização das tecnologias de informação e comunicação, visando à construção de um conceito de qualidade de ensino mais condizente com a pós-modernidade.

14.11.3 Avaliação Interna

No contexto atual, a Avaliação Institucional é uma realidade no campo das políticas universitárias, dos governos e de vários organismos internacionais de financiamento da educação, e uma das necessidades estruturais do Ensino Superior Brasileiro.

A avaliação surge como uma das mais ricas oportunidades para redefinir ou reafirmar a missão institucional e seus valores, revelando-se excelente exercício formativo para a comunidade acadêmica que passa a se responsabilizar pelo uso dos resultados.

Todas as necessidades advindas da Avaliação Institucional devem sempre, desencadear estudos, reflexões e propostas numa busca de modelos e programas educacionais apropriados, que estejam em consonância com o contexto a que se destina e voltados para a utilização das tecnologias de informação e comunicação, visando à construção de um conceito de qualidade de ensino mais condizente com a pós-modernidade.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES norteia a avaliação do Ensino Superior Brasileiro dentro de três processos diferenciados, a saber:

Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES);

Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG);

Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Como parte de um mesmo sistema de avaliação, cada um destes processos é desenvolvido em situações e momentos distintos, fazendo uso de instrumentos próprios, mas articulados entre si.

No que tange a Avaliação das Instituições de Educação Superior, a Portaria nº 2.051/04, que regulamenta o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, estabelece que cada instituição de ensino crie comissões próprias para realizar a auto avaliação desta instituição, neste sentido a Faculdade Aldete Maria Alves - FAMA, criou em 2004, através da Portaria 04/04 a Comissão Permanente de Avaliação – CPA FAMA, com o objetivo de realizar uma auto avaliação desta IES.

Esta auto avaliação constitui-se em um estudo no intuito de identificar as fragilidades e potencialidades de cada uma das dimensões abaixo, assim como propor as melhorias necessárias.

Dimensões analisadas no processo de auto avaliação:

Dimensão 1: A missão e o plano de desenvolvimento institucional;

Dimensão 2: A política para o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização;

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição;

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade;

Dimensão 5: As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição;

Dimensão 7: Infraestrutura física;

Dimensão 8: Planejamento e avaliação;

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes;

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira.

Dimensão 11: A avaliação de cursos e avaliação de desempenho dos estudantes e sua influência nas ações institucionais.

Entendemos que se faz necessário avaliar para conhecer bem quais são os avanços e quais são as deficiências da FAMA. É fundamental à instituição responder aos seguintes questionamentos: O que podemos e devemos manter? O que precisamos aperfeiçoar? O que precisamos mudar? Pois só encontrando estas respostas pode-se chegar a um crescimento qualitativo desta faculdade.

14.11.4 Objetivos

14.11.4.1 Objetivo Geral

Possibilitar que os resultados obtidos forneçam os subsídios necessários à reflexão e revisão de políticas, programas e projetos que favoreçam os processos de gestão em todas as instâncias.

14.11.4.2 Objetivos Específicos

Avaliação da Faculdade

- Apontar aspectos frágeis e fortes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); da comunicação social da IES; das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo; da organização e gestão da instituição; do planejamento da auto avaliação e meta-avaliação; as políticas de atendimento aos estudantes; a sustentabilidade financeira da IES, traçando um perfil da FAMA.

Avaliação das Políticas Pedagógicas

- Verificar a relação das práticas pedagógicas com a Missão e com o Plano de Desenvolvimento Institucional da FAMA; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e a responsabilidade social da instituição.

Avaliação do Discente

- Detectar evidências que permitirão nortear procedimentos para a tomada de decisões visando a aperfeiçoar: a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como a qualidade do atendimento aos alunos e egressos.

Avaliação do Docente

- Identificar aspectos que evidenciem a competência e o desempenho do docente nas suas diversas atribuições no processo ensino-aprendizagem.

Avaliação da Infraestrutura

- Verificar se as condições da infraestrutura e serviços disponíveis nas unidades, na biblioteca, no laboratório de informática e no núcleo de práticas.

Avaliação da Intervenção Social

- Coletar dados acerca da intervenção social da FAMA no que se refere aos projetos desenvolvidos e serviços prestados que resultam na melhoria da qualidade de vida da comunidade externa, seja do ponto de vista econômico, social, ambiental, cultural ou artístico.

14.11.5 Metodologia

A Avaliação será essencialmente qualitativa. Todavia, buscar-se-á a conjugação dos benefícios desta com os da abordagem quantitativa e a pesquisa documental, por intermédio da consulta e análise de dados secundários existentes na FAMA. A abordagem qualitativa pressupõe a utilização de técnicas e instrumentos que darão informações mais profundas e úteis à avaliação, bem como facilitarão uma maior participação de indivíduos envolvidos, tornando o próprio ato de avaliar um momento intencionalmente pedagógico e de potencialização dos recursos humanos.

Para Lüdke e André (1986) a pesquisa qualitativa “tem o ambiente natural como fonte de dados e supõe o contato direto e prolongado do pesquisador”. Essa característica decorre do fato de que os fenômenos ocorrem naturalmente e são influenciados pelo contexto

onde estão inseridos, sendo assim, compreender as circunstâncias particulares de um determinado objeto é essencial para o desenvolvimento da investigação.

Durante a pesquisa documental serão utilizados documentos e informações já existentes que possam colaborar, permitam comparar e/ou ampliar as conclusões/inferências obtidas na abordagem qualitativa. Os principais documentos a serem consultados durante a pesquisa documental são: o PDI, o PPI, os PPC's, o Regimento e o Plano Anual de Ações.

Outros documentos poderão ser consultados a partir da necessidade encontrada. Os dados secundários a serem considerados na análise dizem respeito aos indicadores quantitativos disponíveis sobre o perfil da IES hoje, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão, tais como: número de publicações nacionais, horas dedicadas à pesquisa, número de projetos de extensão desenvolvidos, número de alunos matriculados, retenção/evasão, participação em eventos, cursos e treinamentos, número de servidores, custos administrativos, dentre outros. Ainda na abordagem quantitativa, para o processo de coleta de dados serão utilizados questionários previamente elaborados, como instrumento de coleta de dados. Estes questionários serão elaborados pela CPA tomando como referência as 11 dimensões explicitadas anteriormente.

Os questionários serão disponibilizados para preenchimento no formato online, no endereço eletrônico www.facfama.edu.br. No período estipulado no cronograma e amplamente divulgado, os docentes, discentes, pessoal técnico-administrativo e comunidade preencherão o questionário de forma voluntária.

Posteriormente os resultados dos questionários serão tabulados e analisados pela CPA juntamente com os dados oriundos da pesquisa documental. O resultado desta análise é explicitado no Relatório Anual de Auto avaliação da FAMA. Este processo de auto avaliação é desenvolvido com a participação dos segmentos docentes, técnico-administrativos, estudantes, dirigentes e representantes da sociedade, sob a coordenação da CPA.

Um processo de auto avaliação deste porte inclui, necessariamente, a negociação e a participação dos envolvidos tanto nas decisões relativas aos indicadores previstos quanto ao que diz respeito à definição das medidas decorrentes dos resultados obtidos. O processo de auto avaliação, objeto desta proposta, è desenvolvido em quatro etapas, sendo:

14.11.5.1 Primeira Etapa: Sensibilização, preparação e divulgação

Instituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), atendendo a Portaria 07/08 da FAMA:

- Capacitação da Comissão Própria de Avaliação;
- Planejamento das ações pelos membros da CPA e reuniões para acompanhar o desenvolvimento do projeto;
 - Apresentação do SINAES e do Projeto de Auto Avaliação da FAMA ao CONSEPE para análise e aprovação.
 - Apresentação do SINAES e do Projeto de Auto Avaliação da FAMA aos dirigentes e coordenadores da FAMA.
 - Apresentação do Projeto de Auto avaliação da FAMA à comunidade acadêmica, inclusive através do site www.facfama.edu.br.

14.11.5.2 Segunda Etapa: Desenvolvimento

Nesta etapa estão previstas as seguintes atividades:

- Levantamento dos documentos oficiais que definem as políticas e prioridades da FAMA;
- Levantamento das Resoluções da FAMA;
- Organização dos dados estatísticos referente aos últimos 10 anos, em tabelas e gráficos de forma a visualização do desempenho da FAMA, neste período;
- Estudo dos documentos oficiais identificando valores, concepções e sua coerência com o PDI, PPI e o Plano Anual de Atividades da FAMA;
- Avaliação da docência, compreendendo auto avaliação do estudante, auto avaliação do docente, a avaliação do docente pelo discente e das condições de ensino, tendo periodicidade anual;
- Elaboração de relatórios parciais, tendo a dimensão ensino como eixo articulador das demais dimensões já citadas;

Tabulação dos dados quantitativos e da análise dos documentos em um relatório parcial que servirá de base ao processo de auto avaliação a ser desenvolvido através de: seminários; fóruns; reuniões; oficinas de trabalho.

14.11.5.3 Terceira Etapa: Auto avaliação

Esta etapa contemplará as percepções dos atores envolvidos com a prática institucional e com representantes da sociedade. Será utilizada a abordagem qualitativa, através de oficinas e seminários, cujo ponto central é o debate em grupo, para a coleta de

percepções, expectativas e desejos da comunidade universitária a respeito do papel e futuro da FAMA. Esta metodologia qualitativa/participante é versátil, pois é, ao mesmo tempo, um instrumento de coleta de dados e um instrumento de intervenção e participação das pessoas numa reflexão sistematizada sobre o que faz a Instituição, sempre contextualizando e situando nos propósitos da FAMA. Os sujeitos envolvidos neste processo são os discentes, os docentes e os demais colaboradores da FAMA.

14.11.5.4 Quarta Etapa: Consolidação do Relatório Final de Auto avaliação.

Os relatórios terão a seguinte estrutura:

- Descrição da Instituição;
- Destaque das principais características nas áreas fins e meio;
- Descrição do processo de auto avaliação, sua metodologia, procedimentos e participantes;
- Resultados da auto avaliação, analisando cada dimensão e suas inter-relações, destacando os as potencialidades, fragilidades, proposições e medidas para correção de rumos da FAMA.
- Apresentação e discussão dos resultados através de seminários envolvendo toda comunidade acadêmica.
- Aprovação das proposições de políticas institucionais e medidas para aperfeiçoar o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Encaminhamento aos colegiados da FAMA e ao MEC/INEP.
- Publicação dos resultados da auto avaliação no Site institucional e nos murais da FAMA.

14.11.6 Recursos

14.11.6.1 Humanos:

Para a realização do Projeto de auto avaliação contar-se-á com: Os integrantes da Comissão Própria de Avaliação: direção, coordenação de curso de graduação e pós graduação, coordenação de pesquisa e extensão, docentes e discentes, técnicos administrativos, comunidade externa.

14.11.6.2 Materiais:

A FAMA coloca a disposição dos executores do Projeto de Auto avaliação institucional uma sala equipada com mobiliário e recursos adequados ao desenvolvimento do trabalho.

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao projeto pedagógico apresentado pode-se concluir que:

Está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), na Resolução CNE/CES 10, DE 16 de dezembro de 2004 e nos conceitos e valores relativos ao processo de formação técnico-educacional, que se consolidaram através das Comissões de Avaliação, quando das visitas à FAMA.

O principal propósito deste projeto é a aprendizagem, que se reflete na busca contínua do conhecimento e da atualização profissional. Neste contexto, procura-se desenvolver nos alunos um conjunto de habilidades, competências e o domínio de conteúdo, além de envidar esforços para a formação de um perfil de egresso que atenda aos objetivos das atribuições profissionais e do curso.

Apresenta matriz curricular conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais.

Iturama apresenta perspectivas sociais e infraestrutura favoráveis à implantação das atividades dos cursos oferecidos pela FAMA. Dentre elas destacam-se: a existência de setor industrial em franco crescimento, a expansão do setor de serviços, com possibilidades para abertura de micro e pequenas empresas, a presença de empresas com potencial para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, realização de estágios e atividades de extensão e de pós-graduação.

O curso é destinado aos concluintes do ensino médio com afinidade no conteúdo do curso e graduados de outras áreas e/ou técnicos, motivados na aquisição de conhecimentos específicos para fins profissionais.

As formas de avaliação e as medidas de correção empregadas buscam garantir o cumprimento da aprendizagem antes, durante e após a realização de cada etapa da proposta. Para tanto, foram implantados mecanismos que possibilitem diagnosticar desvios na

formação do aluno, fornecendo elementos para identificar as causas dos desvios e propondo providências que possam levá-lo a superar as deficiências.

E, finalmente, na filosofia deste projeto pedagógico está implícita sua contínua reavaliação, uma vez que, como processo, deve incorporar as evoluções dos desafios intelectuais, filosóficos e éticos provenientes das exigências e necessidades impostas pela sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. P. P. GEBRAN, R. A. **Docência no Ensino Superior: trajetórias e saberes.** Jundiaí-SP: Paco, 2013.

ALMEIDA JR., A. **Problemas do ensino superior.** São Paulo: Nacional, 1996.

BRASIL. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.

DAES/INEP/MEC. **“Documentos, Relatórios e Atas gerados pelo trabalho da Comissão do Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)”.**

DEMO. P. **Avaliação Qualitativa.** 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

FREITAS, M. A. G. **Avaliação e Relação Professor/aluno: como superar o pacto da mediocridade.** In. Anuário Abedi. Ano 2.2004, p.255 a 265.

LEI 10.861/2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.** Brasília, 2004.

LEI nº 9.394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.**

Minuta do Plano de Cargos e salários. Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA

PIERSON, A.; CORTEGOSO, H. C.; ARAUJO FILHO, A. L. T. **Flexibilização curricular: experiências e perspectivas.** In. Extensão Universitária: **Conceitos, Métodos e Práticas.** Universidade Federal do Rio de Janeiro – Sub –Reitoria de Desenvolvimento e Extensão. P.41-55.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA

REGIMENTO INTERNO. Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA

EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS 2022

MATRIZ ADOTADA PARA INGRESSANTES A PARTIR DE 2021

1º PERÍODO

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A CONTABILIDADE

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

A contabilidade e o profissional contábil, o patrimônio, ativo e passivo, procedimentos contábeis básicos.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

IUDICIBUS, Sérgio de. Contabilidade Introdutória. 11. Ed. São Paulo Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral fácil. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério. Contabilidade Básica (Inclui o PIS e a COFINS não acumulativos, Com alterações do novo Código Civil
15ª Edição - Editora Saraiva, 2015.

COMPLEMENTAR:

BERTI, Anélio. Contabilidade Geral. São Paulo: Ícone, 2001.

DUTRA, R.G. Custos uma abordagem prática. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Eugênio Celso, BAPTISTA, Antônio Eustácio. Contabilidade Geral, 3.ed. São Paulo, Atlas, 1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Introdução à teoria da Contabilidade. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: TEORIA DA CONTABILIDADE

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Evolução Histórica. Objetivos da Contabilidade. Teoria Contábil. Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TSP. Princípios de Contabilidade. Mensuração do Ativo. Mensuração do Passivo. O Patrimônio e sua Avaliação. Receitas, Despesas, Ganhos e Perdas.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

HOOG, Wilson Alberto Zappa. Exame de Suficiência em Contabilidade - Teoria da Contabilidade. 2.ed. Juruá, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina. Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LUZ. Érico Eleutério da. Teoria da Contabilidade. [Livro eletrônico] Curitiba-PR: Intersaberes, 2015.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; NIYAMA, Jorge Katsumi. Teoria da Contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

COMPLEMENTAR:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade: auditoria e perícia: CFC, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Código de ética profissional do contabilista. 6. ed. Brasília: CFC. 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade comercial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades, rumo às normas internacionais. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA APLICADA

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Abordagem de conceitos e princípios básicos de conceitos e aplicações das ferramentas matemáticas. Capacidade de interpretação, generalização, abstração e análise de situações aplicadas à Contabilidade através da resolução de problemas. Revisão de conceitos matemáticos do Ensino Fundamental e Ensino Médio (Potenciação; Regra de Três simples e composta; Notação Científica; Conversões de medidas; Radiciação; Fatoração, Frações, Relações Trigonométricas). Conjuntos numéricos. Funções elementares do primeiro grau e segundo grau.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CHIANG, Alpha; WAINWRIGHT, Kevin. Matemática para Economistas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GUIDORIZZI, Hamilton Luis. Um curso de cálculo. vol. 1. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. Matemática: para os cursos de Economia, Administração Ciências Contábeis. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas 1993.

CUNHA, Felix. Matemática Aplicada. São Paulo: Atlas, 1990.

VERAS, Lília Ladeira. Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAIO, Waldemar de. Fundamentos de matemática: álgebra, estrutura algebricas basicas e fundamentos da teoria dos numeros. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2011.

IEZZI, Gelson; Murakami, Carlos. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos funções. 9.ed. São Paulo - SP: Atual Editora LTDA, V. 1. 2013.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

A construção do pensamento filosófico. Mito. A physis e os pré-socráticos. Sofistas e a Maiêutica socrática. Ser e conhecimento em Platão e Aristóteles. A Filosofia Medieval. O advento do sujeito moderno em Descartes. Idealismo alemão: Kant e Hegel. O contratualismo em Hobbes e Locke. O materialismo em Marx. Perspectivismo moral em Nietzsche. Existencialismo. Fenomenologia. Filosofia analítica. Ontologia Hermenêutica em Heidegger. Filosofia da Alteridade. Fundamentos do ser humano. Grandes temas da reflexão contemporânea: realização humana na sociedade multicultural, técnica e tecnológica.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- CABRAL, Cleides Antônio. Filosofia. São Paulo: Pillares, 2006.
CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2009.
GHIRALDELLI JUNIOR, P. Introdução à Filosofia. São Paulo: Manole, 2003.
LIMA, Alex Oliveira Rodrigues de. Ética global: legislação profissional no terceiro milênio. São Paulo: Iglu, 1999.
REALE, M. Introdução à Filosofia. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

COMPLEMENTAR:

- BONJOUR, L; BAKER, A. Filosofia: Textos fundamentais comentados. Porto Alegre: Artmed, 2010.
HERWITZ, D. Estética: Conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2010
MACKENZIE, I. Conceitos-chave em Filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2011
STEGMÜLLER, W. Filosofia contemporânea. Introdução Crítica. Trad. Adaury Fiorotti e Edwino A. Royer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
SWEETMAN, B. Religião: conceitos-chave em filosofia. Trad.: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2013

DISCIPLINA: ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Conceitos. Ética geral. Empresarial e profissional. Importância do código de ética para as profissões. Processos, infrações e penalidades. Responsabilidade civil, criminal, fiscal e social. Legislação do exercício profissional.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- BARSANO, P. R. Ética profissional. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.
MATOS, F. G. de. Ética na gestão empresarial: da conscientização à ação. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
OLIVEIRA, D. de P. R. de. Comitês, comissões, conselhos e outros órgãos colegiados das empresas: estruturação, capacitação e atuação. São Paulo: Atlas, 2015.

COMPLEMENTAR:

- BITTAR, E. C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
LA TAILLE, Y. J. J. M. R. de. Formação ética: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2007.
LAASCH, O.; CONAWAY, R. N. Fundamentos da gestão responsável: sustentabilidade, responsabilidade e ética. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
MÁTTAR NETO, J. A. Filosofia e ética na administração. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Empreendedorismo no Brasil; Mudanças disruptivas e o contexto do empreendedorismo no Século XXI; Empreendedorismo e tecnologia; Inovação e empreendedorismo; Sustentabilidade e negócios de impacto social; Startups e Organizações Exponenciais (EXOs); Planejamento estratégico; Diferenças entre o plano e o modelo de negócios; Plano de negócios; Modelagem de negócios.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BATOCCHIO, Antônio; BIAGIO, Luiz Arnaldo. Plano de negócios: estratégia para micro e pequenas empresas. 2. Ed. – Barueri, SP: Manole, 2012.
BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo, SP: Atlas, 2012.
BRITTO, F.; WEVER, L. Empreendedores brasileiros II. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri/SP: Nanole, 2012.
DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. 30. ed. São Paulo: Ed. de Cultura, 2007.
DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2008.
DRUCKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios. Tradução de Carlos Malferrari – São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012.

COMPLEMENTAR:

BIZZOTTO, Carlos Eduardo Negrão. Plano de negócios para empreendimentos inovadores. São Paulo, SP: Atlas, 2008.
DI SERIO, Luiz Carlos; VASCONCELLOS, Marcus Augusto de. Estratégia e competitividade empresarial: inovação e criação de valor. São Paulo: Saraiva, 2009.
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2015.
FILION, L. J.; DOLABELA, F. Boa idéia! E agora? Plano de negócio, o caminho seguro para criar e gerenciar sua empresa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.
GOTTRY, S. Visão privilegiada em negócios. São Paulo: Ledscape, 2005.
HARVARD Business Review. Empreendedorismo e estratégia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
JUSTUS, R. Construindo uma vida: trajetória profissional negócios e o aprendiz. São Paulo: Larousse do Brasil, 2006.
LEAL, R. Superdicas para empreender seu próprio negócio. São Paulo: Saraiva, 2008.

2º PERÍODO

DISCIPLINA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Conceitos Básicos: Hardware e Software, Banco de dados, Telecomunicações e redes, Internet; e Comércio Eletrônico. Os sistemas e as organizações.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ALBERTIN, Alverto Luiz. Administração de Informática: funções e fatores críticos de sucesso. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CORNACCHIONE JR, Edgard Bruno. Informática Aplicada às Áreas de Contabilidade Administração e Economia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TURBAN, Efraim; RAINER JUNIOR, R. Kelly; POTTER, Richard E. Administração de tecnologia da informação: teoria e prática. 3. ed.. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005.

COMPLEMENTAR:

DERTOUZOS, Michael. A revolução inacabada: como os computadores podem realmente mudar nossas vidas. São Paulo: Editora Futura, 2002.

MUTCH, John; ANDERSON, Brian. Gerenciando privilégios em tecnologia da informação: implementando a política de privilégio mínimo. São Paulo - SP: Novatec Editora, 2012.

REZENDE, Denis Alcides. Tecnologia da informação: aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 8. ed.. São Paulo - SP: Atlas, 2011.

SILBERSCHATZ, Abraham. Sistemas operacionais: conceitos e aplicações. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na Empresa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TOLENTINO, Ricardo José Vaz. Aplicações web em XML: estágios atuais e tendências futuras. Belo Horizonte: Arte, 2004.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE BÁSICA

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Plano de Contas. Operações Financeiras. Contas de Compensação. Introdução à Escrituração Fiscal. Escrituração de operações de uma empresa comercial. Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros Acumulados e Demonstração do Resultado do Exercício.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDICIBUS, Sérgio de. Contabilidade Introdutória. 11. Ed. São Paulo Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

COMPLEMENTAR:

ATHAR, RAIMUNDO ABEN. Introdução à contabilidade. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

DANTAS, INÁCIO, Contabilidade: Introdução e intermediária. (Livro eletrônico) Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

DUTRA, R.G. Custos uma abordagem prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

- FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral. 23 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Comercial fácil. 16. ed. Revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.
GONÇALVES, Eugênio Celso, BAPTISTA, Antônio Eustácio. Contabilidade Geral, 5.ed. São Paulo, Atlas, 2004.
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Introdução à teoria da Contabilidade. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
BERTI, Anélio. Contabilidade Geral. São Paulo: Ícone, 2001.

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Processo de comunicação, Abordagem gramatical, Estrutura discursiva sob análise, Léxico e Ideologia, Estilística presente nos diferentes tipos de texto, Expressão escrita e oral presente leitura, na produção e na interpretação de textos, Os textos técnicos e científicos em uma abordagem científica, Elaboração e organização técnica do texto.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- ALMEIDA, Antônio Fernando de; ALMEIDA, Valéria Silva Rosa de. Português básico: gramática, redação, texto. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008.
MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MASIP, Vicente. Gramática sucinta de português [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental para cursos de Contabilidade, de Economia e Administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

COMPLEMENTAR:

- ANDRADE, Maria Margarida de . Língua portuguesa : noções básicas para cursos superiores. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
DUNKER, Christian Ingo Lenz. Discurso e ideologia. In: SIGNORINI, Inês (Org.). [Re]Discutir texto, gênero e discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. pp. 185-213.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: Leitura e Redação. 16. ed. São Paulo: Ática, 2006.
GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a ler, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: ed. Da Função Getúlio Vargas, 2006.
HENRIQUES, Claudio Cezar. Estilística e Discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade do português. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
LOPES, Edward. Fundamentos da Linguística Contemporânea. 20.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.
MACHADO, Anna Rachel (Coord.); LOUSADA, Eliane Gouvêa; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Novo acordo ortográfico da língua portuguesa. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREZ, Clotilde. Comunicação e marketing: teoria da comunicação e novas mídias: um estudo prático. São Paulo: Futura, 2002.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: leitura e redação. 5.ed. São Paulo: Ática, 2006.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Fluxo de caixa, Porcentagem, Juros Simples, Juros Compostos, Fórmulas Básicas, Capitalização, Descontos e Taxas de Juros. Porcentagem, Aumento e Desconto em porcentagem, Capitalização simples.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 11. ed. São Paulo. Atlas, 2009.

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira: objetiva e aplicada. 8. ed. São Paulo. Saraiva, 2009.

SOUZA, Alceu ; CLEMENTE, Ademir. Decisões financeiras e análise de investimentos: fundamentos, técnicas e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. Matemática financeira. São Paulo. Atlas, 1992.

ASSAF NETO, Alexandre . Finanças corporativas e valor. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009

CRESPO, Antonio Arnot. Matemática Comercial e Financeira. São Paulo. Saraiva, 2000.

SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática Financeira: aplicações à análise de investimentos. Pereira Barretos-SP: Makron Books, 1995.

VERAS, Lilia Ladeira. Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro. 6. ed. São Paulo. Atlas, 2007.

VERAS, Lilia Ladeira. Matemática Aplicada à Economia. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

Araújo, Carlos Roberto Vieira. Matemática financeira: uso das minicalculadoras HP-12C e HP-19BII. São Paulo - SP: Atlas, 1993.

Faro, Clóvis de. Matemática financeira. 9. ed.. Pereira Barreto - SP: Atlas, 1982.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

História da formação do pensamento sociológico. Objeto e métodos. As matrizes clássicas da sociologia: Durkheim, Marx e Weber. Estado Moderno, ordenamento jurídico e as leituras da realidade atual.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- FERREIRA, Delson. Manual de Sociologia: dos Clássicos à Sociedade da Informação. 2 ed. São Paulo, Atlas, 2003. (download)
- FORACCHI, Maria Alice Mencarini; MARTINS, José de Souza. Sociologia e Sociedade: Leituras de Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro, LTC, 2006. (download)
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marinad e Andrade. Sociologia Geral. 7 ed. São Paulo, Atlas, 2006. (download)
- BERGER, Peter. Perspectiva Sociológica: Uma visão humanista. Petrópolis, Vozes, 2018. (download)
- COSTA, Maria C. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2007. (download)
- MARTINS, Carlos B. O que é sociologia. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (download)
- WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito Capitalista. 11 ed. São Paulo: Pioneira, 1996. (download)

COMPLEMENTAR:

- ANDRADE, L. R. de. Liberdade privada e ideologia. São Paulo - SP: Acadêmica, 1993
- ARAÚJO, U. Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal. São Paulo – SP: Moderna, 2001
- LAKATOS, E.M. Introdução à Sociologia. São Paulo: Atlas, 1997.
- MARCONI, M.A.; PRESSOTO, Z.M.N. Antropologia: uma introdução. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Introdução geral à compreensão da estatística; Distribuição de frequências. Apresentação gráfica; Medidas de tendência central; Separatrizes; Medidas de dispersão; Medidas de assimetria e curtose; Medidas de assimetria e curtose; Probabilidade; Aplicação de Softwares Estatísticos com uso do Computador.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística Básica. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística Básica: probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson Prentice, 2012.
- SILVA, Ermes Medeiros da. Estatística 1. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- TOLEDO, Geraldo Luciano. Estatística básica. 2.ed.. São Paulo - SP: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

- COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. Estatística. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.
- FONSECA, Jairo Simon . Estatística aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- KAZMIER, Leonard J. Estatística aplicada à economia e administração. São Paulo: McGrawHill, 2014.
- PEREIRA, Wilsom. Estatística – Conceitos Básicos. 2. Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1984.
- SPIEGEL, Murray R. Estatística. 3. ed. São Paulo: Makron, 1993.
- STEVENSON, William. Estatística Aplicada à Administração. São Paulo: Harbra, 2001.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

A construção do conhecimento antropológico. Os grandes teóricos da Antropologia. Antropologia sociocultural: noções fundamentais. Especificidades da Antropologia Social ou Cultural: o conceito de cultura, a crítica ao etnocentrismo e o princípio do relativismo cultural. O trabalho de campo e a observação participante como o método antropológico. O campo da antropologia e o paradoxo da unidade na diversidade: o humano nas ciências humanas e na cultura. Reflexões sobre diferentes problemáticas de pesquisa sobre diversidade cultural: diferença e universalidade ou universalismo e particularismo. Cultura e ideologia: análise do conceito de cultura na relação com os fenômenos da indústria cultural e da produção cultural. Antropologia contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- BAUMAN, Z. Vida líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- DA MATTA, R. Relativizando: Uma Introdução à Antropologia. Social. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GEERTZ, C. Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- LAPLANTINE, F. Aprender Antropologia. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.
- LARAIA, R. Cultura: Um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1986.
- MARCONI, M. de A.; PRESOTTO, Z. M. N. Antropologia: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2013.

COMPLEMENTAR:

- ADORNO, T. W. Sociologia: Theodor W. Adorno, G. Cohn (org.). São Paulo: Ática, 1986.
- AGUIAR, R. S. Antropologia sociocultural. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.
- ALTHUSSER, L. A. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- BAUMAN, Z. Vida líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- CASTRO, C. (org.). Antropologia cultural/ Franz Boas: textos selecionados. 6. Ed. Rio de Janeiro (RJ): J. Zahar, 2010.
- CASTRO, C. (org.). Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano 1: as artes de fazer, Petrópolis, R.J.: Vozes, 1994.
- DA MATTA, R. Relativizando: Uma Introdução à Antropologia. Social. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DUMONT, L. O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985
- ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. São Paulo: Global Editora, 2984.
- EVANS-PRITCHARD, E. E.. 1978. Os Nuer. S.Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, I. Vigiar e punir. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- GARCIA CANCLINI, N. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2006.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana* 3 (1): 7-39, 1997.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- LAPLANTINE, F. Aprender Antropologia. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.
- LARAIA, R. Cultura: Um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural Dois. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- MALINOWSKI, B. Malinowski: Antropologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo. Ática, 1986.
- MAUSS, M., Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp. Volumes I e II, 1974.
- MEAD, M. Sexo e Temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- MINER, H. Ritos corporais entre os Nascirema. In: A. K. Roener; de VORE, P. L. You and the others: readings in Introductory Anthropology. Cambridge: Elrich, 1976.
- SAHLINS, M. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- TURNER, V. O Processo Ritual. Petrópolis: Editora Vozes, 1974. VELHO, G. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

3º PERÍODO

DISCIPLINA: CONTABILIDADE E ANÁLISE DE CUSTOS

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Finalidade da Contabilidade de custos; Terminologia Contábil; Classificação dos Custos; Custeio Integral ou Absorção; Custeio Variável ou Direto; Custeio Baseado em Atividades; Custeio por Departamentos ou Departamentalização; Relação custo / volume / lucro e sua importância no processo produtivo e decisório.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto, Rubens. Manual de Contabilidade das sociedades por ações. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEONE, G. S. G. Custos. Planejamento, Implantação e Controle. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR:

- DUTRA, René Gomes. Custos: uma abordagem prática. 6. ed. São Paulo: Atlas 2009
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Comercial, 8.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, Eliseu; ROCHA, Wellington. Contabilidade de Custos: livro de exercícios. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL I

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA:

Fatos Contábeis: Permutativos, Modificativos e Mistos, Operações diversas de atividades econômicas de uma empresa, Influências das depreciações, exaustões e amortizações, Estrutura de Lançamentos, Provisões, Folha de Pagamento.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral Fácil. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPLEMENTAR:

BERTI, Anélio. Contabilidade Geral. São Paulo: Ícone, 2001

DUTRA, René Gomes. Custos: uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo: Atlas 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Comercial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Wellington. Contabilidade de Custos: livro de exercícios. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

O Direito Comercial e o Direito de Empresa. O Empresário. As Sociedades. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Títulos de Crédito. Lei de Recuperação Judicial e Extrajudicial. Lei da Propriedade Industrial. Direito Tributário. Tributo: Definição e Espécies Tributárias. Competência Tributária e Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Tributos Municipais, Estaduais e Federais. Simples Federal.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CHAGAS, E. E. das.; LENZA, P. (Coord.). Direito empresarial esquematizado. 3. ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

CHICOLI, Paulo. Direito de Empresa no Novo Código Civil. São Paulo: Pílares. 2004.

COELHO, F. U. Curso de direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

FINKELSTEIN, M. E. (Coord.). Direito empresarial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MAMEDE, G. Manual de direito empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Vol. II.

COMPLEMENTAR:

BRASIL, Lei nº. 5.172, que Dispõe sobre o Código Tributário Nacional.

BRASIL, Lei nº. 11.101/2005 – Nova Lei de Falências. 2004.

BRASIL, Novo Código Civil Brasileiro - Lei nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FAZZIO JÚNIOR, W. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2014.

MORAES, Alexandre; BONOSSO, Luiz Roberto. Constituição Federal do Brasil interpretada. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NEGRÃO, R. Manual de direito comercial de empresa: teoria geral da empresa e direito societário. São Paulo: Saraiva, 2013.

RAMOS, A. L. S. C. Direito empresarial esquematizado. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2014.

REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TOMAZETTE, M. Curso de Direito Empresarial: teoria geral e direito societário. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2016.

DISCIPLINA: ECONOMIA

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Introdução à Economia. Evolução do Pensamento Econômico. Economia e Direito. Introdução à Microeconomia. Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado. Custos de Produção. Estruturas de Mercado. Introdução à Macroeconomia. Inflação. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Política e programação econômica. Estratégias governamentais para controlar os preços nas décadas de 1980/90. Plano real. Poder de compra. Correção Monetária. Crescimento e Desenvolvimento Econômico.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GREMAUD, Amary Patrick. Economia Brasileira Contemporânea. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia: Micro e Macro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

COMPLEMENTAR:

CORNACCHIONE, Edgard Bruno Junior . Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP . Manual de Economia: equipe dos professores USP. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIANI, Flávio . Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ROSSETTI, José Paschoal . Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERIÓDICOS:

CONJUNTURA ECONÔMICA. Diversos números.

Revista Carta Capital, Jornal “O Estado de São Paulo”, Jornal Valor Econômico, Jornal Folha de São Paulo.

DISCIPLINA: GESTÃO COM PESSOAS

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Gestão de Pessoas Intraempreendedora. Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal. Desenvolvimento Organizacional. Mudanças Organizacionais. Cultura Organizacional. Qualidade de Vida no Trabalho. Relações Trabalhistas. Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho. Auditoria de Recursos Humanos. O papel da Administração de Recursos Humanos no cenário atual.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Motivação nas Organizações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Recursos Humanos: o capital humano nas organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ROBBINS, Stephen. Comportamento Organizacional. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2008.

COMPLEMENTAR:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Liderança: Administração do sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LACOMBE, Francisco. Recursos Humanos: Princípios e Tendências. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARELLO, Sérgio. Administração de Pessoal. São Paulo: Ática, 1998.

DISCIPLINA: COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Comportamento e Personalidade. Emoções e Inteligência Emocional. Conflitos e Negociação. Liderança.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

MCSHANE, Steven L., VON GLINOW, Mary Ann. Comportamento Organizacional, 6th edição. AMGH, 01/2014. [Minha Biblioteca].

HITT, Michael A., MILLER, C. Chet, COLELLA, Adrienne. Comportamento Organizacional, 3a edição. LTC, 01/2013. [Minha Biblioteca].

CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento Organizacional: a Dinâmica do Sucesso das Organizações, 3rd edição. Manole, 01/2014. [Minha Biblioteca].

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Psicologia Aplicada à Administração de Empresas: Psicologia do Comportamento Organizacional, 5a edição. Atlas, 09/2015. [Minha Biblioteca].

OLIVEIRA, Marco Antônio. Comportamento Organizacional para Gestão de Pessoas. Saraiva, 05/2010. [Minha Biblioteca].

COMPLEMENTAR

SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). Novas medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CHIAVENATO, I. Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações 3a ed. – Barueri, SP : Manole, 2014.

CHIAVENATO, I. Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: como incrementar talentos na empresa. 7a ed. rev. e atual. – Barueri, SP: Manole, 2009.

HITT, M. A.; MILLER, C. C.; COLELLA, A. Comportamento organizacional. 3a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

OLIVEIRA, M. A. Comportamento organizacional para a gestão de pessoas: como agem as empresas e seus gestores. São Paulo: Saraiva, 2010.

VECCHIO, R. P. Comportamento organizacional: conceitos básicos. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

4º PERÍODO

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Objetivos e funções da administração financeira. Decisão de investimento a curto prazo. Planejamento e controle de lucro: orçamento empresarial. Taxa interna de retorno. Valor presente líquido. Fundamentos de risco e retorno. Risco de um ativo individual. Decisões de financiamento a curto e longo prazos. Alavancagem e estrutura de capital.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. 10. ed. São Paulo. Harbra, 2004.

SANVICENTE, Antônio Zoratto. Administração Financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, Alceu. Decisões Financeiras e Análise de Investimentos: fundamentos, técnicas e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COMPLEMENTAR:

Braga, Roberto. Fundamentos e técnicas de administração financeira. São Paulo - SP: Atlas, 2010.

CASAROTTO FILHO, Nelson ; KOPITTKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisões, estratégia empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROPPELLI, A.A.; NIKBAKNT, Ehsan . Administração financeira. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HOJI, Masakazu. Administração Financeira: uma abordagem prática. 5. São Paulo: Atlas, 2006.

SOBANSKI, Jaert J. Prática de Orçamento Empresarial: um exercício programado. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ROSS, Stephen A. Princípios de administração financeira. 2. ed.. São Paulo - SP: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

A transição do feudalismo ao capitalismo. Os projetos societários gestados nos modos de organização das relações de produção: o Liberalismo, o Keynesianismo e o Neoliberalismo. As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação e suas expressões na economia brasileira.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- ARAUJO, Carlos Roberto Vieira. História do Pensamento Econômico: Uma Abordagem Introdutória. São Paulo, Atlas, 1995 (download).
- GASTALDI, J. P. Elementos da Economia Política. São Paulo, Saraiva, 1990 (e-book).
- NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. Economia Política – Uma Introdução Crítica. São Paulo, Cortez, 2006 (Biblioteca Básica do Serviço Social) (download).
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1995.(download)
- GREIDER, William. O mundo na corda bamba: como entender o crash global. São Paulo: Geração, 1997 (download).
- HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções. Paz e Terra, São Paulo, 2012.
- HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 21 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986 (e-book)
- LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia brasileira: fundamentos e atualidades. 3 ed. São Paulo: Atlas,2005 (e-book).

COMPLEMENTAR:

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

A importância da metodologia científica na vida acadêmica; Tipos de conhecimento; O problema de pesquisa, hipóteses, variáveis e objetivos; Delimitação temática; Construção da metodologia (métodos de abordagem e procedimento, tipos de pesquisa, técnicas de investigação); Revisão de literatura; Análises de resultados; Arco de Maguerez; Elaboração de artigos científicos e produções acadêmicas em geral; Normas da ABNT: citação, referência, estrutura e formatação; Ética em pesquisa e na produção científica.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- FURASTÉ, P. A. Normas técnicas para o trabalho científico. 15. ed. Porto Alegre: Costoli, 2010.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- REY, L. Planejar e redigir trabalhos científicos. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2008.

COMPLEMENTAR

- CARVALHO, M. C. M. de. Construindo o saber. 18. ed. São Paulo: Papyrus, 2007.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. Metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COZBY, P. C. Métodos de pesquisa em ciências do comportamento. São Paulo: Atlas, 2003.

ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE DE CUSTOS

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Decomposição dos custos de produção no custeio por absorção, Custeio por absorção – Outros tópicos. Variável direto. Custeio baseado em atividades. Custo padrão. Análise das variações.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto, Rubens. Manual de Contabilidade das sociedades por ações. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONE, G. S. G. Custos. Planejamento, Implantação e Controle. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos.. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR:

DUTRA, René Gomes. Custos: uma abordagem prática. 6. ed. São Paulo: Atlas 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Comercial, 8.ed. São Paulo: Atlas,2009.

MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Wellington. Contabilidade de Custos: livro de exercícios. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL II

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA:

Fatos que alteram compras e vendas. Notas Explicativas. Demonstrações Contábeis obrigatórias a partir de 2008: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa de Demonstração dos valores Adicionados. Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral Fácil. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPLEMENTAR:

BERTI, Anélio. Contabilidade Geral. São Paulo: Ícone, 2001

DUTRA, René Gomes. Custos: uma abordagem prática. 6. ed. São Paulo: Atlas 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Comercial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Wellington. Contabilidade de Custos: livro de exercícios. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Sistema. Competência tributária, Limitações constitucionais ao poder de tributar, classificação jurídica dos tributos, Fontes do direito tributário, Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração das normas jurídicas.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 34. ed. São Paulo, Malheiros, 2013.
SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de Direito Tributário. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COMPLEMENTAR:

BRASIL, Constituição Federal de 1988 e posteriores emendas.
BRASIL, Lei nº. 5.172, que Dispõe sobre o Código Tributário Nacional.
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 22 ed. São Paulo: Saraiva. 2010.
BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. 4 ed. São Paulo: Noeses, 2007.
MARTINS, Sergio Pinto. Manual de Direito Tributário. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 34 ed., São Paulo, Editora Malheiros, 2013.

DISCIPLINA: DIREITO E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Direito do Trabalho na Empresa - Organização Internacional do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. Relação de Emprego. Direito Coletivo de Trabalho. Direito de Greve. Dano Moral no Trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

GARCIA, Gustavo Barbosa. Curso de Direito do Trabalho, 11ª edição. Forense, 02/2017. [Minha Biblioteca].
GOMES, Orlando, GOTTSCHALK, Elson. Curso de Direito do Trabalho, 19ª edição. Forense, 09/2011. [Minha Biblioteca].
BARSANO, Paulo Roberto. Legislação Aplicada à Segurança do Trabalho. Érica, 06/2014. [Minha Biblioteca].

COMPLEMENTAR:

MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do Trabalho - relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho, 7ª edição.. Saraiva, 2/2016. [Minha Biblioteca].

CUNHA, Maria Inês M. A. Direito do Trabalho, 6a edição. Saraiva, 03/2010. [Minha Biblioteca].

NETO, JORGE, Francisco Ferreira, CAVALCANTE, Jouberto de Pessoa. Manual de Direito do Trabalho, 4a edição. Atlas, 03/2017. [Minha Biblioteca].

CALVO, Adriana. Manual de direito do trabalho, 3a edição.. Saraiva, 3/2016. [Minha Biblioteca].

MANUS, Pedro Paulo Teixeira . Direito do Trabalho, 16a edição. Atlas, 07/2015. [Minha Biblioteca].

5º PERÍODO

DISCIPLINA: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Objetivos da análise; As Demonstrações Contábeis; Técnicas de análise (Liquidez e Endividamento, Giro, Rentabilidade).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

IUDICIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende . Demonstrações contábeis: estrutura e análise. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMPLEMENTAR:

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍBUS, Sérgio de. Contabilidade comercial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine . Análise financeira de balanços. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. Análise de balanços para controle gerencial. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: ANÁLISE DE CUSTOS

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Formulação do Preço de Vendas, Custeio Variável, Comparação entre Custeio por Absorção e Custeio Direto ou Variável. Relação Custo/Volume/Lucro, Reflexos no lucro em decorrência de mudanças no preço, Utilização das informações de custos para tomadas de decisões, Custeio Padrão, Custeio baseado em Atividades, Implantação de Sistemas de Custos, Informações entre fabricar ou comprar.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

DUTRA, René Gomes. Custos. Uma abordagem prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEONE, George Sebastião Guerra. Custos. Planejamento, Implantação e Controle. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR:

BRIMSON, James A. Contabilidade por atividades: uma abordagem de custeio baseado em atividades. São Paulo - SP: Atlas, 1996.
CHING, Hong You. Gestão baseada em custeio por atividades. 3.ed.. São Paulo - SP: Atlas, 2001.
CORTIANO, José Carlos. Processos Básicos de Contabilidade e Custos: uma prática saudável para administradores. 1ª Ed. São Paulo-SP: Câmara Brasileira do Livro, 2014[livro eletrônico]
CRUZ, June Alisson W. [et.al]. Formação de Preços: mercado e estrutura de custos. Série: Gestão Financeira. Curitiba: Intersaberes. [Livro eletrônico], 2012
IUDICIBUS, Sergio de. Contabilidade Comercial, 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009
JACINTHO, Jussara Maria Moreno. Contabilidade de custos. São Paulo - SP: Ática, 1989.
LORENTZ, Francisco. Contabilidade e Análise de Custos: uma abordagem prática e objetiva: 250 exercícios resolvidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015[livro eletrônico]
MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
MARTINS, Eliseu; ROCHA, Wellington. Contabilidade de custos: Livro de exercícios. 9. ed. São Paulo; Atlas, 2009.
NAKAGAWA, Masayuki. ABC custeio baseado em atividades. 2. ed. São Paulo - SP: Atlas, 2001.
SANTOS, Luiz Fernando Barcelos dos. Gestão de Custos: Ferramenta para a tomada de decisões. Curitiba- PR: Intersaberes.[Livro eletrônico] 2014.
STARK, José Antonio Ferreira. Contabilidade de Custos. São Paulo-SP: Pearson Prentice Hall. 2007.[livro eletrônico]
WARREN, Carl S; REEVE, James M; Fess, Philip E. Contabilidade gerencial. 2.ed. São Paulo - SP: Thomson Learning, 2008.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE EM AGRONEGÓCIOS I

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Estudo da cadeia do agronegócio. Contabilidade aplicada às atividades rurais, cooperativas especialmente agricultura e pecuária. Fluxo contábil. Exame e registro de operações típicas.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de agronegócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisocial. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
MARION, José Carlos. Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

BATALHA, Mário Otávio. Recursos humanos para o agronegócio brasileiro Brasília: CNPq, 2000.

- MARION, José C. (coord). Contabilidade e Controladoria em Agribusiness. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARION, José Carlos . Contabilidade rural. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SANTOS, Gilberto José dos. Administração de custos na agropecuária. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE FISCAL

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Sistema tributário Nacional. Tributos e suas espécies. Crimes contra a Administração Pública e Ordem Tributária. Contribuições sociais. Imposto de Renda na Fonte. Taxas diversas. Regimes de tributação. Lucro da exploração. Apuração e Escrituração Contábil; Elisão (planejamento tributário).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade Fiscal e Tributária. Saraiva, 2014.
- FABRETTI, Lúdio Camargo . Código tributário nacional comentado. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária: teoria e prática. 8.ed.. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2014.

COMPLEMENTAR:

- BORGES, Humberto Bonavides. Gerencia de impostos: IPI, ICMS, ISS e IR. 7.Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- FABRETTI, Lúdio Camargo . Direito Tributário: para os cursos de administração e ciências contábeis. São Paulo: Atlas, 2002.
- FABRETTI L. Camargo. Contabilidade Tributária. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- FABRETTI, Lúdio Camargo. Prática tributária da micro e pequena empresa. 4.ed.. São Paulo - SP: Atlas, 2000.
- IUDICIBUS, Sérgio de. Contabilidade Comercial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009
- MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. Contabilidade Tributária. São Paulo: Saraiva, 2009.
- PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária: teoria e prática. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2009.

DISCIPLINA : DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Desenvolvimento histórico da educação especial mundial. Sistema educacional brasileiro em uma perspectiva inclusiva. Escola inclusiva: currículo e aprendizagem. Portador de necessidades especiais e relações sociais: família, escola e outros espaços de convivência.

Gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Impactos desses temas na escola. Papel dos profissionais da educação diante dessas questões.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

FURLANI, J. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MADUREIRA, G. H. Atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

VIANNA, C. Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COMPLEMENTAR

ALIAS, G. Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: princípios, fundamentos e procedimentos na educação inclusiva. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

HOLOVKO, C. S.; CORTEZZI, C. M. Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise. São Paulo: Blucher, 2017.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

HOLOVKO, C. S.; CORTEZZI, C. M. Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise. São Paulo: Blucher, 2017.

PACHECO, J.; EGGERTSDÓTTIR, R.; MARINÓSSON, G. L. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. dos S. (orgs.). Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

TEIXEIRA, C. M.; MAGNABOSCO, M. M. Gênero e diversidade: formação de educadoras/es. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TEIXEIRA, Cíntia Maria. Gênero e diversidade: formação de educadoras/es. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto,

MG: UFOP, 2010. Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise [livro eletrônico] / organização de Cândida Sé Holovko,

Cristina Maria Cortezzi. – São Paulo: Blucher, 2018.

DISCIPLINA : OPTATIVA

6º PERÍODO

DISCIPLINA: RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade corporativa. Responsabilidade ambiental e gestão ambiental pública e privada. Ferramentas de gestão ambiental. Responsabilidade Social Corporativa. Relatórios de Sustentabilidade. Indicadores de sustentabilidade. Balanço Social.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

AMATO NETO, João (Org.). **Sustentabilidade e produção**: teoria e prática para uma gestão sustentável. São Paulo - SP: Atlas, 2011.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 2.ed.. São Paulo - SP: Atlas, 2011.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2.ed.. São Paulo - SP: Atlas, 2014.

COMPLEMENTAR:

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 2.ed.. São Paulo - SP: Saraiva, 2009

LIRA, Waleska Silveira; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Gestão, sustentável dos recursos naturais**: uma abordagem participativa. 21.ed. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2013.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE EM AGRONEGÓCIOS II

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Fluxo contábil. Exame e registro de operações típicas. Tributação das atividades rurais.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de agronegócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisocial. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

BATALHA, Mário Otávio. Recursos humanos para o agronegócio brasileiro. Brasília: CNPq, 2000.

MARION, José C. (coord). Contabilidade e Controladoria em Agribusiness. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, José Carlos . Contabilidade rural. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Gilberto José dos. Administração de custos na agropecuária. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA E TRABALHISTA

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Apuração e escrituração contábil. Ajustes do lucro contábil para apuração do lucro real. Reconhecimento dos efeitos dos ajustes na apuração do lucro real. Apuração e escrituração de lucro presumido e simples elisão. Apuração e escrituração contábil de tributos. Natureza e conceito do planejamento tributário. Tipos de planejamento tributário. Processo de

elaboração de planejamento tributário. Modelos de planejamento tributário. Folha de pagamento: aspectos introdutórios. Encargos dos funcionários. Benefícios Sociais. Encargos da Empresa. Contabilização e apresentação da folha de pagamento.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ANDRADE FILHO, E. O. Imposto de renda das empresas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
FABRETTI, L. C. Contabilidade tributária. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
REZENDE, A. J.; PEREIRA, C. A.; ALENCAR, R. C. de. Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, A. P. de. Curso de falência e recuperação de empresa. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
BORGES, Humberto Bonavides. Gerencia de impostos: IPI, ICMS, ISS e IR. 7.Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
FABRETTI, Lúdio Camargo . Direito Tributário: para os cursos de administração e ciências contábeis. São Paulo: Atlas, 2002.
FABRETTI, Lúdio Camargo. Prática tributária da micro e pequena empresa. 4.ed.. São Paulo - SP: Atlas, 2000.
FABRETTI L. Camargo. Contabilidade Tributária 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
FIPECAFI. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.
HARADA, K. ICMS: doutrina e prática. São Paulo: Atlas, 2017.
JARDIM, E. M. F. Manual de direito financeiro e tributário. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018
IUDICIBUS, Sérgio de. Contabilidade Comercial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009
IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. Contabilidade comercial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. Contabilidade Tributária. São Paulo: Saraiva, 2009.
PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária: teoria e prática. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2009.

DISCIPLINA: TRABALHO DE CURSO I

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Abordagem sobre a ciência e conhecimento científico. Métodos científicos e diretrizes metodológicas para a leitura, compreensão e documentação de textos. Processos e técnicas de elaboração do artigo científico. Pesquisa – tipos; documentação. Elaboração do Projeto de Pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

FAMA. Faculdade Adete Maria Alves. Manual para Normalização de Trabalhos Científicos e Acadêmicos da Faculdade FAMA. Disponível em: <<http://www.facfama.edu.br>>.
CARMO NETO, Dionísio Gomes do. Metodologia científica para principiantes. 3. ed. Salvador BA: American World University Press, 1996.
ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 20. ed. São Paulo : Perspectiva, 2005.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COMPLEMENTAR:

- ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
- BASTOS, Cleverson Leite. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BASTOS, Lilia da Rocha. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2012.
- CARMO NETO, Dionísio Gomes do. Metodologia científica para principiantes. 3. ed. Salvador-BA: American word university press, 1996.
- CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo, SP: Afiliada, 2009.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2007.
- DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1985.
- _____. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
- FAMA. Faculdade Adete Maria Alves. Manual para Normalização de Trabalhos Científicos e Acadêmicos da Faculdade FAMA. Disponível em: <http://www.facfama.edu.br/uploads/files/2015_manual_normalizacao_fama1012.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre - RS: Artmed, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1996.
- GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de metodologia da pesquisa científica. São Paulo, SP: Avercamp, 2005.
- KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- _____. Técnicas de pesquisa: planejamento, amostragens e elaboração. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.
- MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1997.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- MOTA, Davide. Pesquisa na internet. Rio de Janeiro, RJ: SENAC, 1998.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DISCIPLINA: SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Sociedade da Informação e do Conhecimento. Ambiente empresarial: externo e interno. Visão sistêmica. Sistemas organizacionais. Sistemas de informações. Tecnologia da

informação. Sistemas integrados de gestão. Sistemas de informações gerenciais e contábeis. Informação contábil e processo decisório. Desenvolvimento e implantação de sistemas de informações.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BORGES, Tiago Nascimento; BIANCOLINO, César Augusto; GIL, Antonio de Loureiro. Sistemas de informações contábeis - uma abordagem gerencial. Editora Saraiva, 2011.

PADOVEZE, Clovis Luis. Sistemas de informações Contábeis: Fundamentos e Análise. 7 ed. Atlas, 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luis. Controladoria estratégica e operacional. 3ª edição. Editora Cengage Learning. 2013.

COMPLEMENTAR:

DERTOUZOS, Michael. A revolução inacabada: como os computadores podem realmente mudar nossas vidas. São Paulo: Editora Futura, 2002.

LAUDON, Kenneth. Sistemas de informação gerenciais. 9. ed.. São Paulo - SP: Pearson, 2012.

SILBERSCHATZ, Abraham. Sistemas operacionais: conceitos e aplicações. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERENCIAL

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Natureza da contabilidade gerencial e conceitos. Contabilidade por responsabilidade. Formação estratégica de preços. Influência das técnicas quantitativas na contabilidade gerencial. Controle gerencial: gestão estratégica de custos. Estudos de casos relacionados a controles gerenciais e sistemas de informações. Sistemas de Recompensa.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CORONADO, Osmar. Contabilidade gerencial básica. 7ª ed. Saraiva, 2010.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. Introdução à contabilidade gerencial. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luis. Controladoria estratégica e operacional. 3ª edição. Editora Cengage Learning. 2013.

COMPLEMENTAR:

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO . Custos: ferramentas de gestão. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu . Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos . Contabilidade empresarial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RICARDINO, Álvaro. Contabilidade gerencial e societário: origens e desenvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. Análise de balanços para controle gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CARGA HORÁRIA: 20 horas

EMENTA

Integração entre a teoria e a prática; Aplicação dos conhecimentos adquiridos com o curso; Condições estruturais; Área de ambiente contábil. Contabilidade/Processo Decisório; Gestão Contábil.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CORONADO, Osmar . Contabilidade Gerencial Básica. São Paulo: Saraiva, 2010.
IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade Comercial. 8.ed. edição. São Paulo: Atlas, 2009.
IUDICIBUS, S. Análise de Balanços. 10. ed. , São Paulo: Atlas.2009.

COMPLEMENTAR:

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 6. Ed. São Paulo: Atlas 2010.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Código de ética profissional do contabilista. 6. ed. Brasília: CFC. 2002.
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
_____. Teoria da Contabilidade. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009
MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10 ed. São Paulo: Atlas 2009.
MARTINS, Eliseu et all. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2013.
REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. Demonstrações contábeis: estrutura e análise. 3. Ed.São Paulo: Saraiva, 2009.
SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. Análise de balanços para controle gerencial. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

7º PERÍODO

DISCIPLINA: CONTABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL I

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Evidenciação dos gastos ambientais. Balanço Social.. Desenvolvimento sustentável. Contabilidade financeira e gerencial ambiental. Contabilidade financeira e direito ambiental. Obrigações principais e acessórias. Escrituração mercantil e auxiliar.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

COSTA, Carlos Alexandre G. da. Contabilidade ambiental: mensuração, evidenciação e transparência. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço social e o relatório da sustentabilidade. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

ASHLEY, Patricia Almeida. Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. Saraiva, 2012.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10 ed. São Paulo: Atlas 2009.

PADOVEZE, Clovis Luís. Manual da contabilidade básica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RICARDINO, Alvaro . Contabilidade gerencial e societária: origens e desenvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade avançada. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

WARREN, Carl. S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E. . Contabilidade gerencial. 2.ed. São Paulo: Thomson, 2008.

DISCIPLINA: PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM I

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Conceitos de Perícia Contábil, Espécies de Perícia Contábil, Exercício da profissão de perito, Remuneração do Trabalho Pericial, Depósitos Prévio, Integral e Complementar, Organização e Planejamento da Perícia Contábil, Fundamentos da perícia contábil judicial e extra-judicial.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Avançada. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SÁ, Antonio Lopes de. Perícia Contábil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

COMPLEMENTAR:

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. Perícia Contábil. 5. ed. Atlas, São Paulo, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade: auditora e perícia. São Paulo: CFC, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Comercial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. Perícia Contábil. 5. ed. Atlas, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral Fácil. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DISCIPLINA: FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTÁRIAS

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Introdução ao Estudo das Finanças Públicas – participação do Governo na Economia, explicações Técnicas; Gasto Público – conceito, classificação, programação financeira, execução da despesa e licitação; Conceituações: orçamento público; histórico e tipos; Conceituação e estrutura do Orçamento-Programa; Princípios orçamentários; Ciclo orçamentário: elaboração – aprovação – execução – controle; Orçamento na Constituição Brasileira; Plano plurianual e a integração planejamento, orçamento e gestão; Lei das Diretrizes Orçamentárias; orçamentos anuais; processo orçamentário: elaboração, execução, controle e avaliação; O Orçamento como forma de intervenção do Estado. Política orçamentária e processo orçamentário no Brasil. Práticas orçamentárias participativas. Constituição, finalidade e gestão dos Fundos Especiais. Fundo Especial de natureza contábil

e de natureza financeira. Plano de Aplicação. Conta vinculada. Aplicação dos recursos. Prestação de Contas.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- CASTRO, D. P. de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- LIMA, Diana Vaz de. CASTRO, Róbison Gonçalves de. Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). 3. ed. 2012.
- PALUDO, A. V. Orçamento público e administração financeira e orçamentária e LRF: teoria e questões. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- QUINTANA, Alexandre Costa; MACHADO, Daiane Pias; QUARESMA, Jozi Cristiane da Costa; MENDES, Roselaine da Cruz. Contabilidade Pública - 2ª Ed. Atlas, 2015.
- ROSEN, H. S.; GAYER, T. Finanças públicas. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- VIGNOLI, Francisco Humberto; FUNCIA, Francisco Rozsa. Planejamento e orçamento público. 1ª ed. Editora FGV- Série Gestão Pública. 2014.

COMPLEMENTAR:

- ANGÉLICO, João. Contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 8. ed. 2009.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico do orçamento (MTO) Edição 2019. Brasília: SOF, 2018. Disponível em: <<https://www1.sioop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto.pdf>>.
- BRUNO, R. M. Lei de responsabilidade fiscal e orçamento público municipal. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2013.
- CRUZ, Flávio da. Auditoria governamental. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- FRANCO, Hilário. Auditoria contábil. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIACOMONI, James. Orçamento público. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- KOHAMA, Hélio. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 5 .ed, 1996.
- MCASP- Manual de Contabilidade aplicada ao setor público. 5. ed. 2013. Secretaria do Tesouro Nacional.
- PEREIRA, J. M. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- SILVA, V. L. da. A nova contabilidade aplicada ao setor público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- SLOMSKI, V. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2005.
- SILVA, Jair Cândido da . Manual de execução orçamentária e contabilidade pública. Brasília: Brasília Jurídica, 1997.

DISCIPLINA: AUDITORIA CONTÁBIL I

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Conceitos básicos de auditoria; Normas técnicas e profissionais de auditoria; Perfil ético do auditor; Planejamento de auditoria; Modalidades de auditoria; papéis de trabalho; Pareceres de auditoria; Auditoria das contas patrimoniais; Auditoria das contas de resultado; Auditoria governamental.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- CREPALDI, S. A. Auditoria contábil: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria contábil: teoria e prática. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de ; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MELO, Moisés Moura de; SANTOS, Ivan Ramos dos. Auditoria Contábil. 1. edição. Freitas Bastos Editoria. 2012.
- PINHO, R. C. de S. Fundamentos de auditoria. São Paulo: Atlas, 2009
- SANTOS, J. L. dos; GOMES, J. M. M. Fundamentos de auditoria contábil. São Paulo: Atlas, 2006.

COMPLEMENTAR:

- ALMEIDA, M. C. Auditoria: um curso moderno e completo. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARAÚJO, I. da P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETTO, P. H. T. Auditoria contábil. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.
- ATTIE, William . Auditoria: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- CRUZ, Flávio da. Auditoria governamental. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- CARVALHO, J. C. O. de. Auditoria geral e pública: teoria e questões comentadas. Rio de Janeiro: Campus, 2006..
- FRANCO, Hilário. Auditoria contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade comercial. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SÁ, Antonio Lopes de . Curso de auditoria. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA: CONTROLADORIA APLICADA

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Controladoria e o papel do controller, o modelo de gestão e o processo de gestão, sistema de informação de Controladoria, Controladoria estratégica, Balanced Scorecard, Relatórios Gerenciais, Planejamento e controle sob as atividades da empresa.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARION, José Carlos . Contabilidade empresarial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Oliveira, Luis Martins de; Perez Júnior, José Hernandez; Silva, Carlos Alberto dos Santos. Controladoria estratégica: textos e casos práticos com solução. 8.ed.. São Paulo - SP: Atlas, 2011.

COMPLEMENTAR:

- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO . Custos: ferramentas de gestão. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RICARDINO, Álvaro. Contabilidade gerencial e societária: origens e desenvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. Análise de balanços para controle gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE COMERCIAL

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Plano de Contas, Escrituração. Patrimônio e Variações Patrimoniais. Operações com Mercadorias. Controle de estoque. Tributos incidentes. Apuração do Resultado do Exercício. Demonstrações Contábeis.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, Jose Carlos. Contabilidade comercial. 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, Justino. Introdução à contabilidade: teoria e mais de 200 questões. 3.ed. Niterói: Impetus, 2015. ISBN: 978-85- 7626-843-7.

CHAVES, Francisco Coutinho. Contabilidade tributária na prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2016. ISBN: 978-85-97-00364-2.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Curso de contabilidade intermediária superior em ifrs e CPC. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN: 978-85- 2248-90-39. Minha Biblioteca

CARNEIRO, Claudio. Impostos federais, estaduais e municipais. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. ISBN: 978-85-026-259-76. Minha Biblioteca

EQUIPE ATLAS. Lei das Sociedades por Ações. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2015. v.28. ISBN: 978-85-224-947-36. Minha Biblioteca

MARION, José Carlos. Contabilidade básica: atualizada conforme os pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000 e ITG 1000. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2015. ISBN: 978-85-224-988-71. Minha Biblioteca.

SANTOS Fernando de Almeida. Contabilidade com ênfase em micro, pequenas e médias empresas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN: 978-85-224-891-14. Minha Biblioteca

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CARGA HORÁRIA: 75 horas

EMENTA

Integração entre a teoria e a prática; Aplicação dos conhecimentos adquiridos com o curso; Projeto de Estágio; Qualificação da empresa; Condições estruturais; Área de ambiente contábil. Gestão contábil.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CORONADO, Osmar . Contabilidade Gerencial Básica. São Paulo: Saraiva, 2010.
IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade Comercial. 8.ed. edição. São Paulo: Atlas, 2009.
IUDICIBUS, S. Análise de Balanços. 10. ed. , São Paulo: Atlas.2009.

COMPLEMENTAR:

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 6. Ed. São Paulo: Atlas 2010.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Código de ética profissional do contabilista. 6. ed. Brasília: CFC. 2002.
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
_____. Teoria da Contabilidade. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009
MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10 ed. São Paulo: Atlas 2009.
MARTINS, Eliseu et all. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2013.
REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. Demonstrações contábeis: estrutura e análise. 3. Ed.São Paulo: Saraiva, 2009.
SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. Análise de balanços para controle gerencial. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS EM CONTABILIDADE I

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Matriz e filial. Resultados de investimentos no exterior. Remuneração do capital próprio. Demonstrações consolidadas.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CORONADO, Osmar . Contabilidade Gerencial Básica. São Paulo: Saraiva, 2010.
IUDÍCIBUS, S. De; MARION, José Carlos. Contabilidade Comercial. 8.ed. edição. São Paulo: Atlas, 2009.
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços: análise da liquidez e do endividamento análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira indicadores e análises especiais. 10. ed.. São Paulo - SP: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 10. Ed. São Paulo: Atlas 2012.
MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10 ed. São Paulo: Atlas 2009.
REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. Demonstrações contábeis: estrutura e análise. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. Análise de balanços para controle gerencial. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

8º PERÍODO

DISCIPLINA: PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM II

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Exercícios profissional da perícia contábil; Técnicas de trabalhos periciais; Quesito; legislação pertinentes a matéria contábil associados com tipos de perícias contábeis; Técnicas elaboração de laudos e relatórios periciais contábeis.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Avançada. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SÁ, Antonio Lopes de. Perícia Contábil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

COMPLEMENTAR:

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. Perícia Contábil, 5. ed. Atlas, São Paulo, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade: auditora e perícia. São Paulo: CFC, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Comercial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. Perícia Contábil. 5. ed. Atlas, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral Fácil. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Avançada. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES (LABORATÓRIO)

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Estabelecer uma relação entre a teoria e a prática. Utilização de planilhas eletrônicas.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CORONADO, Osmar . Contabilidade Gerencial Básica. São Paulo: Saraiva, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de ; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades, rumo às normas internacionais. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade Comercial. 8.ed. edição. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR:

ASSAF NETO, Alexandre . Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, S. Análise de Balanços. 10. ed. , São Paulo: Atlas.2010.

RICARDINO, Álvaro. Contabilidade gerencial e societário: origens e desenvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVICH, José Leônidas. Análise de balanços para controle gerencial. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WARREN, Carl. S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E. Contabilidade gerencial. 2.ed. São Paulo: Thompson, 2008.

DISCIPLINA: AUDITORIA CONTÁBIL II

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Conceitos básicos de auditoria; Normas técnicas e profissionais de auditoria; Perfil ético do auditor; Planejamento de auditoria; Modalidades de auditoria; papéis de trabalho; Pareceres de auditoria; Auditoria das contas patrimoniais; Auditoria das contas de resultado; Auditoria governamental.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CREPALDI, S. A. Auditoria contábil: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.

PINHO, R. C. de S. Fundamentos de auditoria. São Paulo: Atlas, 2009

SANTOS, J. L. dos; GOMES, J. M. M. Fundamentos de auditoria contábil. São Paulo: Atlas, 2006.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, M. C. Auditoria: um curso moderno e completo. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAÚJO, I. da P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETTO, P. H. T. Auditoria contábil. São Paulo: Saraiva, 2008.

ATTIE, William . Auditoria: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, J. C. O. de. Auditoria geral e pública: teoria e questões comentadas. Rio de Janeiro: Campus, 2006..

CRUZ, Flávio da. Auditoria governamental. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCO, Hilário. Auditoria contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade comercial. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SÁ, Antonio Lopes de . Curso de auditoria. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE SOCIETÁRIA

CARGA HORÁRIA: 80 horas

EMENTA

Conceito, finalidade, os aspectos constitutivos da empresa, os tipos de sociedades ,os Princípios Contábeis, as alterações promovidas pela Lei 11638/07, ramificações da Contabilidade Societária. Demonstrações Contábeis em aplicações práticas segundo a Legislação Societária. Operações com Mercadorias.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade introdutória. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LEMES, Sirlei et al. Casos para ensino em Contabilidade Societária. Atlas, 2014.

MARTINS, Eliseu . Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR:

BERTI, Anélio . Contabilidade geral. São Paulo: Ícone, 2001
MARION, José Carlos. O ensino da contabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. Análise de Balanços para controle gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
RIBEIRO, Osni Moura . Contabilidade geral fácil. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade avançada. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL II

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Gestão ambiental. Responsabilidade social da empresa. A contabilidade e o meio ambiente. Ativo ambiental. Passivo ambiental. Receita ambiental. Despesa ambiental. Custo ambiental. Custeio das atividades.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

COSTA, Carlos Alexandre G. da. Contabilidade ambiental: mensuração, evidenciação e transparência. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço social e o relatório da sustentabilidade. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR:

ASHLEY, Patricia Almeida. Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. Saraiva, 2012.
MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10 ed. São Paulo: Atlas 2009.
PADOVEZE, Clovis Luís. Manual da contabilidade básica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
RICARDINO, Álvaro . Contabilidade gerencial e societária: origens e desenvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2005.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade avançada. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
WARREN, Carl. S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E. . Contabilidade gerencial. 2.ed. São Paulo: Thomson, 2008.

DISCIPLINA: TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS EM CONTABILIDADE II

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA

Fusão, Cisão, Incorporação e Extinção, Depreciação, Amortização e Exaustão, Ganhos ou Perdas de Capital, Passivo a Descoberto, Juros Sobre o Capital Próprio – Demonstração do Valor Adicionado.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CORONADO, Osmar . Contabilidade Gerencial Básica. São Paulo: Saraiva, 2010.
IUDÍCIBUS, S. De; MARION, José Carlos. Contabilidade Comercial. 8.ed. edição. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços: análise da liquidez e do endividamento análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira indicadores e análises especiais. 10. ed.. São Paulo - SP: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 10. Ed. São Paulo: Atlas 2012.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10 ed. São Paulo: Atlas 2009.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. Demonstrações contábeis: estrutura e análise. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. Análise de balanços para controle gerencial. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: LIBRAS

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA:

Aspectos históricos e educacionais da surdez. Diretrizes. Fundamentos legais da Língua Brasileira de Sinais. Características básicas da fonologia, morfologia e de sintaxe com apoio de exemplificação visual. A LIBRAS em contextos triviais de comunicação.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

GESSER, Audrei. Libras: que língua é essa. São Paulo: Parábola, 2009.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: Conhecimento além dos sinais . São Paulo: Pearson ,2011.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2001.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. Decreto-lei no 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 23 dez. 2005.

CAPOVILLA, F. C. e RAFHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, Vol. I e I: Sinais de A à Z. Ilustração: Silvana Marques. São Paula: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FELIPE, T. A. N. Introdução À Gramática de Libras. Rio de Janeiro: 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; CRUZ, Carina Rebello. Língua de Sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011. Ebook.

STROBEL, Karin. História da educação de surdos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA:

Evolução do conceito de Contabilidade; Finalidade da Contabilidade; Princípios da Contabilidade; Patrimônio; Patrimônio Líquido; Contas, Variações Patrimoniais; Técnicas Contábeis.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

MALACRIDA, Mara Jane Contrera. Fundamentos da Contabilidade. Saraiva. 2011
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica - 3ª Ed. Saraiva. 2013
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica Fácil - 29ª Ed. Saraiva. 2013

COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. Introdução à Contabilidade: atualizada em conformidade com a Lei nº 11 638/2007 - 3ª Ed. Saraiva. 2009
MALACRIDA, Mara Jane Contrera. Fundamentos da Contabilidade. Saraiva. 2011
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral Fácil - 9ª Ed. Saraiva. 2013

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS POLÍTICAS

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA:

A concepção da política na modernidade, vista a partir de seus principais pressupostos e conceitos teóricos. As diferentes dimensões do objeto da Ciência Política. Análise das doutrinas filosóficas sobre a política. Natureza, origem, constituição e finalidade da comunidade política. O Estado moderno. Teorias sobre a origem do Estado (Natural x Contratual). Conceitos fundamentais da ciência Política: Poder, dominação, representação, participação, democracia, Autoridade, igualdade, liberdade.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

SOUZA, Marcos da Cunha e. Instituições e Organização do Estado. Curitiba: Intersaberes, 2018.
ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Manole, 2010.
REIS, Friede. Lições Esquemáticas de Ciência Política e Teoria Geral do Estado (evolução das instituições e do pensamento político). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 4o Edição, 2017.

COMPLEMENTAR:

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Pensamento Social e Político Brasileiro. Curitiba, Intersaberes, 2017.
LEITE, Fernando. Ciência Política: da Antiguidade aos dias de hoje. Curitiba, Intersaberes, 2016.
PINSKY, Jaime & PINKSY, Carla Bassanezi. História da Cidadania. 5o. Edição. São Paulo: Contexto, 2010.
WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da Política 1. 14o. Edição. São Paulo: Ática, 2006.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE EMPRESARIAL

CARGA HORÁRIA: 40 horas

EMENTA:

Técnica de elaboração das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração de Fluxo de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Valor Adicionado. Notas Explicativas.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

IUDICIBUS, Sérgio de. Contabilidade Introdutória. 11. Ed. São Paulo Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral fácil. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
15ª Edição - Editora Saraiva, 2015.

SANTOS, J. L. dos et al. Manual de práticas contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PEREZ JUNIOR, J. H.; OLIVEIRA, L. M. de; Contabilidade avançada. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério. Contabilidade Básica (Inclui o PIS e a COFINS não acumulativos, Com alterações do novo Código Civil

COMPLEMENTAR:

BERTI, Anélio. Contabilidade Geral. São Paulo: Ícone, 2001.

DUTRA, R.G. Custos uma abordagem prática. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Eugênio Celso, BAPTISTA, Antônio Eustácio. Contabilidade Geral, 3.ed. São Paulo, Atlas, 1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Introdução à teoria da Contabilidade. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C.; FAHL, A. C.; Contabilidade financeira. São Paulo: Anhanguera publicações, 2011.